

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

TAISE GABRIEL SALVARO

**DIREITOS SOCIAIS E MORADIA: DESVELANDO SUAS
CONTRADIÇÕES.**

Teresa Kleba
Teresa Kleba Lisboa
Coordenadora do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 08/08/05

Florianópolis, Agosto 2005.

TAISE GABRIEL SALVARO

**DIREITOS SOCIAIS E MORADIA: DESVELANDO SUAS
CONTRADIÇÕES.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social, Departamento de Serviço Social,
Centro Sócio Econômico, Universidade
Federal de Santa Catarina.
Orientadora: Prof. Iliane Kohler.

Florianópolis, Agosto 2005.

TAISE GABRIEL SALVARO

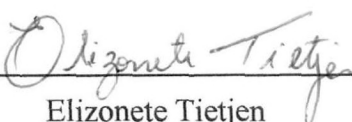
**DIREITOS SOCIAIS E MORADIA: DESVELANDO SUAS
CONTRADIÇÕES.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social, da
Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do grau de Bacharel em
Serviço Social.


Banca Examinadora



Iliane Kohler
Professora do Depto. de Serviço Social da UFSC
Presidente da Banca



Elizonete Tietjen
Assistente Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis – Secretaria Municipal de
Habitação e Saneamento Ambiental
1º. examinadora



Maria Dolores Thiesen
Professora do Depto. de Serviço Social da UFSC e Assistente Social do Conselho
Regional de Serviço Social – CRESS.
2º. examinadora

Florianópolis, Agosto 2005.

*À minha mãe, **Antoninha**, a meu pai **Valdir**,
a meu irmão **Roberto** e a minha avó
Concília, a inteira dedicação deste
trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Quatro anos, se passaram;

Durante quatro anos, permaneci distante de pessoas importantes na minha vida;

Por quatro anos lembrei e tive saudade dos amigos que deixei pra trás, mais muitos foram os amigos que conquistei, e que tiveram um papel importante na minha vida acadêmica e pessoal. A vocês, amigos e amigas agradeço cada conselho, o apoio em cada passo, em cada obstáculo, em cada queda e em cada vitória.

Pessoas importantes fizeram parte dessa luta, hoje devo agradecer e oferecer uma parte da felicidade da minha conquista.

Agradeço a Deus, em primeiro lugar por sempre guiar meus passos.

Aos meus pais, que me deram a oportunidade para o início dessa caminhada, e a força para alcançar o objetivo, a minha eterna gratidão.

A meu irmão, que mesmo muito distante, sempre me auxiliou nas questões emocionais e técnicas, como a "doação" do computador.

A vocês minha família querida, dezessete pessoas que me apoiaram em todos os momentos e que muito representam em minha vida. Pessoas que embora menos presentes, porém nunca ausentes, sempre me acompanharam e torceram pelo meu sucesso.

A minha supervisora de estágio, que além de ser uma grande profissional e uma excelente supervisora de campo, se tornou e se mostrou uma grande amiga, e por assim dizer, agradeço a minha mentora Prof. Iliane Kohler que me acompanhou nestes últimos passos da minha caminhada universitária, fazendo deste trabalho um desafio a ser conquistado.

Agradeço as minhas amigas e companheiras de vida acadêmica, Gisele, Narjara, Renata, Betina, Sabrina, Juliana, Thais, Andréia e a Ana. Amigas que me acompanharam na descoberta de novos caminhos, de novas experiências e que com certeza estarão guardadas para sempre, para toda eternidade em meu coração. Agradeço também pelos vários momentos de "socialização" de risos.

Agradeço fielmente por todas as festas realizadas pelo Projeto Gravatá, e aos integrantes deste tão respeitado evento. Amigos verdadeiros, responsáveis pelas melhores festas da universidade e com certeza da minha vida.

Agradeço ainda as amigas vizinhas, Elisangela, Ivana e Vivian, que tiveram uma grande participação no fim da minha jornada acadêmica.

Agradeço ao Gui, uma pessoa especial que tive a oportunidade de encontrar no fim de minha caminhada.

Agradeço aos amigos que estiveram distantes, e principalmente a Camila, pessoa muito importante na minha vida e que mesmo distante representa uma grande parte dessa conquista e da minha felicidade.

Agradeço imensamente a minha querida "Fran Fran", uma pessoa tão pequena mas com um coração tão grande, que esteve presente nas horas em que o coração e os sentimentos se exaltaram, momentos em que tivemos que perceber que a vida continua.

Agradeço o Diego pelas horas perdidas em frente ao computador.

E ainda, agradeço a Clemair por ter me acompanhado no momento da realização da pesquisa em campo.

Agradeço a minha avó "Concília", que com suas palavras ensinou qual o melhor caminho a ser seguido, e de que forma que deve ser seguido. Nunca e jamais ignorar os sentimentos dos outros, mesmo que pra isso devêssemos permanecer calados. Como mesmo ela diz "o calado sempre vence", e com isso vivo e continuo vivendo a vida em busca da felicidade e da paz, lembrando que "não só dos livros vêem os ensinamentos".

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação profissional e pessoal, e para a realização de mais este sonho, a vocês os meus sinceros e eternos agradecimentos.

Não estamos advogando o romantismo. Ninguém imagina que é bonito ser pobre. Nada justifica politicamente a falta de opções proporcionadas à metade da população brasileira que vive em condições de miséria. Nem todas as "tradições" da cultura popular são "bonitas", tampouco recomendamos que tudo nela seja rigorosamente preservado. Não podemos deixar de lutar pela justiça social, por uma sociedade verdadeiramente igualitária.

Cláudia Fonseca in Caminhos da Adoção.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo principal a análise da eficácia do Programa Habitar Brasil - HBB/BID, implantado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira. Inicialmente, faz-se a introdução ao assunto, sobre o surgimento da crise habitacional e as ações de intervenção do poder estatal, como também de sua inibição para com o assunto, problema assumido posteriormente pela esfera do terceiro setor e sociedade civil, discorrendo sobre uma investigação a partir de uma consistente base teórica. Em relação à pesquisa empírica, a metodologia utilizada privou pela abordagem quali-quantitativa, considerando o olhar dos (as) moradores (as) sobre a realidade por eles vivenciada. Os resultados da pesquisa evidenciam a relevância do acesso ao direito à moradia digna e as manifestações da mobilização social na luta pela qualidade vida, em uma sociedade construída a partir da urgência capitalista, reproduzindo consequências nocivas ao homem como ser social.

Palavras-Chave: Programa Habitar Brasil - HBB/BID, direitos humanos, moradia, urbanização, Conjunto Habitacional Vila Cachoeira.

LISTA DE ABREVIATURAS

IAP'S	Instituto de Aposentadorias e Pensões
FCP	Fundação da Casa Popular
PAH	Plano de Assistência Habitacional
BNH	Banco Nacional de Habitação
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
PHB	Política Habitacional Brasileira
PAIH	Plano de Ação Imediata para Habitação
COHAB	Companhias Habitacionais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FMIS	Fundo de Integração Social
DSS	Departamento de Desenvolvimento Social
SMHTDS	Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social
IPUF	Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
CRASS	Centro de Referências de Assistência Social.
COMOSG	Conselho dos Moradores do Saco Grande II
AMVIC	Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira

COMCAP	Companhia de Melhoramentos da Capital
CASAN	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
AFLOV	Associação Florianopolitana de Voluntários
IGEOF	Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
FNRU	Fórum Nacional da Reforma Urbana
CDI	Centro de Desenvolvimento da Informática

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Manifestação dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira e do Bairro Saco Grande II.....	63
Figura 02 - Reunião executada com o prefeito, secretários e representantes da comunidade do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira e do Bairro Saco Grande II.....	63
Figura 03 - Manifestação dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira e do Bairro do Saco Grande II.....	64
Figura 04 - Processo de remanejamento dos (as) moradores (as) da marginal - Via Expressa-282.....	71
Figura 05 - Processo de construção do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira.....	72
Figura 06 - Fachada externa da habitação popular do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira.....	73
Figura 07 - Foto do curso de capacitação de manicura/pedicura.....	77
Figura 08 – Foto curso de capacitação de artesanato.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Mapeamento sobre o Estado de origem/procedência dos (as) moradores (as).....	90
GRÁFICO 02 - Mapeamento sobre o total de homens e mulheres que compõem o perfil social dos (as) moradores (as).....	91
GRÁFICO 03 - Mapeamento dos (as) moradores (as) por faixa etária.....	93
GRÁFICO 04 - Mapeamento do grau de escolaridade dos (as) moradores (as).....	95
GRÁFICO 05 - Mapeamento dos ramos de atividades dos (as) moradores (as).....	97
GRÁFICO 06 - Mapeamento da situação empregatícia dos (as) moradores (as).....	98
GRÁFICO 07 - Mapeamento do rendimento salarial dos (as) moradores (as).....	99
GRÁFICO 08 - Mapeamento sobre a forma de aquisição do imóvel.....	101
GRÁFICO 09 - Mapeamento quanto à opinião dos (as) moradores (as) sobre o acesso à moradia via Fundo Perdido ou financiamento.....	102
GRÁFICO 10 - Mapeamento quanto ao motivo da doação do imóvel popular.....	103
GRÁFICO 11 - Mapeamento quanto a opinião dos (as) moradores (as) em relação à obtenção da casa própria.....	105
GRÁFICO 12 - Mapeamento quanto a existência de problemas na infra-estrutura do imóvel	

popular.....	106
GRÁFICO 13 - Mapeamento quanto a satisfação com a infra-estrutura do imóvel popular.....	107
GRÁFICO 14 - Mapeamento sobre a modificação na infra-estrutura da imóvel popular.....	118
GRÁFICO 15 - Mapeamento quanto à opinião dos (as) moradores (as) a respeito dos serviços de saúde oferecidos.....	111
GRÁFICO 16 - Mapeamento sobre a participação dos (as) moradores (as) em programas assistenciais.....	113
GRÁFICO 17 - Mapeamento dos (as) moradores (as) de acordo com a mobilização e participação em eventos de organização comunitária.....	115
GRÁFICO 18 - Mapeamento sobre a noção quanto à responsabilidade pela execução das melhorias na comunidade.....	126
GRÁFICO 19 - Mapeamento quanto a opinião dos (as) moradores (as) em relação á importância da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira.....	131
GRÁFICO 20 - Mapeamento quanto à satisfação com o Programa Habitar Brasil.....	132

LISTA DE TABELAS

Tabela n.º01 - Mapeamento da opinião dos (as) moradores (as) quanto às vantagens de morar no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, no Bairro Saco Grande II e na Cidade de Florianópolis.....117

Tabela n.º02 - Mapeamento da opinião dos (as) moradores(as) quanto às desvantagens de morar no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, no Bairro Saco Grande II e na Cidade de Florianópolis.....119

Tabela n.º03 - Mapeamento quanto à noção de medo entre os homens e as mulheres.....122

Tabela n.º04 - Mapeamento quanto à noção de medo entre os meninos e as meninas.....123

SUMÁRIO

RESUMO.....	07
LISTA DE ABREVIATURAS.....	08
LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE GRÁFICOS.....	11
LISTA DE TABELAS.....	13
1 - INTRODUÇÃO.....	16
2 - A CRISE DA MORADIA NAS CIDADES E OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA SOCIAL.....	24
2.1 A crise da moradia nas cidades: seu enfrentamento nas esferas pública e privada.....	24
2.2 Direitos Sociais e sua relação com o direito á moradia: alguns componentes fundamentais.....	33
2.2.1 Direitos Humanos e cidadania.....	34
2.2.2 Direitos Sociais e a esfera pública estatal.....	41
2.2.2.1 Política Habitacional Nacional: breve trajetória na sua relação Com o direito á moradia.....	43
2.2.2.2 A Política Habitacional do Município de Florianópolis: possibilidades e adversidades.....	47
2.2.2.2.1 Programa Habitar Brasil: uma tentativa pelo avesso.....	53
2.2.3 A mobilização social na luta pela direito á moradia e qualidade de vida.....	55

3- QUESTÕES LOCAIS DE HABITAÇÃO POPULAR: O OLHAR DOS (AS) MORADORES (AS) JUSTIFICANDO AS POSSIBILIDADES E LIMITES DA CONQUISTA DO DIREITO À MORADIA.....	69
3.1 O Conjunto Habitacional Vila Cachoeira como expressão da Política Habitacional Municipal no período de 1997 a 2004.....	69
3.2 Intervenção do Serviço Social: possibilidades na materialização de direitos sociais na questão habitacional.....	75
3.3 A pesquisa: questões norteadoras e os caminhos para a sua realização.....	83
3.4 A fala dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira: moradia digna e o conflito social.....	87
3.4.1 Quem são os sujeitos? Breve perfil sócio-econômico dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira.....	89
3.4.2 O Direito Social e o acesso à moradia.....	100
3.4.3 A moradia, e a qualidade da infra-estrutura.....	105
3.4.4 Acesso às políticas públicas setoriais e programas assistenciais: direitos sociais em construção.....	110
3.4.5 Vida Associativa e suas dimensões.....	114
3.5 Novos caminhos: percepção da consciência e mobilização social dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, vistos como atores sociais.....	116
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
5 – REFERÊNCIAS.....	140
6- ANEXOS.....	145

1 - INTRODUÇÃO

Vivemos sob o signo da mundialização e do desenvolvimento da economia, da tecnologia e, ao mesmo tempo, do retrocesso da vida social dos habitantes. O homem ao mesmo tempo em que produz a cura para algumas doenças, desencadeia outras, ao mesmo tempo em que proporciona o bem-estar para as pessoas, cria situações que deteriorizam a qualidade de vida dos indivíduos sociais.

Esse é o ciclo no qual nos inserimos e nos percebemos como personagens principais de uma sociedade que é palco de lutas incansáveis para uma vida melhor, com mais condições de subsistência, gozando de nossas belas paisagens ou, nas piores das hipóteses, do que restam delas.

Regras e normas de convivência sobre obrigações foram instituídas para os indivíduos sociais e deveres que, da mesma maneira que os direitos, foram instituídos constitucionalmente.

Porém neste trabalho, nos centramos em nossos Direitos Sociais, como premissa básica de uma vida social digna na cena atual na história da sociedade na qual vivemos.

Os Direitos Sociais dizem respeito, principalmente, à garantia dos meios necessários à qualidade de vida, ou melhor, de vida digna do indivíduo, desconsiderando sua raça, sua cor, seu sexo e sua classe social.

A institucionalização dos direitos sociais teve sua origem na sociedade com a Declaração dos Direitos Humanos do Homem, no ano de 1948. Através dessa declaração, foram formulados Direitos Sociais que objetivaram o bem-estar do indivíduo social.

No ano de 1988, o País conquista um importante documento, do Congresso Nacional, para a promulgação da qualidade de vida dos indivíduos. A consolidação institucional dos Direitos Humanos, através da Constituição Federal de 1988, que se instaurou após muita espera e muita luta das camadas populares e indivíduos apoiadores dessa causa, apresentou-se como um marco histórico na vida social humana no que se diz respeito à esperança de uma vida melhor em uma sociedade que demonstrava suas falhas e suas ineficiências em respeito à vida humana.

Diante desses problemas mensurados através do desenvolvimento econômico, tecnológico e político da sociedade, podemos destacar a problemática urbana como uma mola propulsora de demais problemas sociais que degradam a vida social e econômica do indivíduo.

A urbanização e a construção de uma capital industrial, após a década de 30, consolidam a precarização e a deteriorização da qualidade de vida urbana dos indivíduos sociais, emergindo a necessidade de ações intervencionistas do Estado, focalizadas para a área urbana. Surge dessa maneira, como estratégia, a reforma urbana, ou seja, uma reorganização das grandes cidades surgidas com o início do capitalismo, ou seja, da produção em grande escala e de desenvolvimento econômico e político.

Bem como, em esfera nacional e local, essas lutas preconizaram resultados na esfera urbana. Como precursora, destacamos os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, específicos para a política urbana, que prevêm uma série de instrumentos para a garantia, no âmbito de cada Município, do direito à cidade, da defesa da função social da

cidade, da propriedade e da democratização da gestão urbana, consolidando ainda em seu artigo 12º, a moradia como um direito social do homem.

Após esse acontecimento, e ainda considerando o fortalecimento das lutas das camadas populares, salienta-se que alguns objetivos foram alcançados. Como a criação do Ministério das Cidades, o Fórum Nacional pela Reforma Urbana, a atual Lei n. 10.257/2001 conhecida como Estatuto da Cidade, Encontros Nacionais da luta pela Moradia, em nível local, citamos, como um evento expressivo, o Fórum da Cidade, todos com objetivos se não iguais, semelhantes, de proporcionar aos indivíduos sociais a possibilidade de morar, e morar com dignidade. Tendo acesso, não só ao direito à moradia, como também ao direito, à vida, à liberdade, à segurança, à igualdade e à propriedade.

Nesse contexto, vale salientar que a grandiosidade dos artigos definidos na Constituição Federal de 1988 contrasta com a realidade socioeconômica profunda de condições de subsistência vivenciada por segmentos majoritários da humanidade, tanto na área de saúde, educação, trabalho, e em específico, como objetivo de estudo neste trabalho, na habitação.

Corroborando com Bobbio (1992), o atual problema da questão dos Direitos Humanos, não se trata de sua fundamentação, isso já foi feito através da Constituição Brasileira de 1988. O problema atual encontra-se na maneira de garanti-los a todos os indivíduos sociais.

É nesse contexto em que se encontra o suporte para a motivação da realização do presente Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como objetivo principal, identificar conquistas e garantia de direitos sociais no contexto das políticas públicas, enfocando a questão habitacional, especificamente no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira,

desenvolvido pelo Programa Habitar Brasil - HBB/BID localizado no bairro Saco Grande II na grande Florianópolis.

Vale destacar as diferenciações sobre o Programa Habitar Brasil/HB e o Programa Habitar Brasil – HBB/BID, para o melhor entendimento no decorrer do presente trabalho. Ambos tratam a questão habitacional, no que se refere na organização do espaço urbano em regiões de assentamento subnormais precários de baixa renda. Porém, o HB, é realizado com recursos do Orçamento Geral da União em parceria com o município, assim atende a questão habitacional de maneira, mais focalizada no acesso a moradia. Já o Programa Habitar Brasil - HBB/BID é uma iniciativa do governo federal, com a cooperação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e do município, considerando que este último toma formas mais abrangentes no cenário habitacional. Vale salientar que no decorrer do Trabalho de Conclusão de Curso, citaremos o Programa Habitar Brasil – HBB/BID, por ser o programa executado no Conjunto Habitacional Vila, o *locus* da presente pesquisa.

Esse descompasso entre a teoria e a prática revela-se de maneira mais abrangente nas camadas populares, desprovidas de condições econômicas e com acesso restrito ou, às vezes, inexistente aos direitos sociais.

Em 1998, Florianópolis conquista o troféu de capital de melhor qualidade de vida do País. Atualmente, da mesma maneira que a cidade oferece melhor qualidade de vida, apresenta também um quadro social já preocupante, especialmente considerando as tendências de crescimento da população de baixa renda, na área urbana.

Ao perceber o cenário atual da habitação popular, especificamente no Município de Florianópolis, percebe-se que mais uma vez o que está garantido no papel não é o que realmente acontece. São visíveis as insuficiências na concepção, na execução e no

acompanhamento dos programas e projetos protagonizados pelas políticas públicas locais na área habitacional ou também denominadas áreas de interesse social.

Os objetivos nos novos assentamentos, comprometidos com o acesso a direitos sociais são alcançados precariamente, resultando na não resolução das expressões das questões sociais, particularmente, do mundo do trabalho, relações sócio-comunitárias, culturais, infância e juventude, saúde e ambientais.

Dessa maneira, apresento o referido trabalho como um mecanismo de conhecimento específico da realidade dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira através de um estudo sobre o acesso e a garantia dos direitos sociais, focalizando para o direito à moradia digna, considerando suas contradições e seus aspectos positivos e negativos, segundo o olhar focalizado dos (as) moradores (as) do local.

Julgamos ser necessário também, expressar que foi devido ao período da realização do estágio obrigatório, que nos instigou à execução da referida pesquisa. Diante da proveitosa experiência em campo, no acompanhamento da operacionalização do 'Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social' do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, pude perceber de maneira superficial, considerando a complexidade dos problemas sociais ali existentes, a realidade dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira e o abismo entre os direitos sociais e o acesso a eles.

Considerando que atualmente, como citamos anteriormente, programas sociais na área habitacional estão sendo executados em nível nacional e municipal, apresentamos, no presente trabalho, as primeiras aproximações sobre a pesquisa realizada junto aos moradores de quarenta e uma casas de um total de duzentos e cinco do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, localizado no Bairro Saco Grande II, Florianópolis, Santa Catarina.

Realizamos uma proveitosa experiência junto aos moradores do citado Conjunto Habitacional como estagiária do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, que nos instigou buscar identificar como o acesso à habitação configura a realidade atual dos moradores do local.

Assim nos questionamos: de que maneira estes programas estão sendo executados? Até que ponto o indivíduo tem acesso aos seus direitos sociais, e ao direito à moradia digna? Como o indivíduo sente-se inserido em programas habitacionais como o Habitar Brasil-HBB/BID? Como se percebem como sujeitos, atores sociais na busca da consolidação dos direitos através de sua consciência de organização e mobilização social? Tentando demonstrar as situações de contradições entre a garantia ao direito à moradia e de que maneira esse direito é consolidado.

O trabalho encontra-se dividido em dois itens de desenvolvimento do referido assunto discutido no presente Trabalho de Conclusão de Curso:

No primeiro item, estarei apresentando expressões da questão moradia no País, desde a origem da crise habitacional e a emergência da reforma urbana, demonstrando a habitação e qualidade de vida como um direito do homem.

Nesse contexto, de busca de soluções para a crise nas moradias, se desenvolveu uma Política Habitacional. Sobre este assunto, se dará continuidade ao capítulo, realizando um breve resgate histórico da habitação, da formulação e execução da Política Habitacional, e seus programas e projetos, no âmbito nacional e municipal. Especificando, no âmbito nacional, o estudo visa observar como se apresenta essa política, sua trajetória, o que ela contempla, desde os anos 30 até os dias atuais.

Nesse item, são feitas referências sobre a atuação do Estado no decorrer dos anos, nas decisões e aplicações de ações que envolveram e que envolvem questões

habitacionais e a busca da qualidade de vida da classe baixa, nunca se desvinculando dos interesses do capital vigente, ações estas descritas no universo nacional e no municipal. Faremos, ainda, recortes na perspectiva municipal sobre o do Programa Habitar Brasil e suas especificidades, ou seja, demonstrando a diferença entre o Programa Habitar Brasil/HB e o HBB/BID, este último executado no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira pela Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Dando continuidade, são destacadas as ações da esfera não estatal, e a busca pela garantia dos Direitos Humanos e, conseqüentemente, a luta pela moradia dos Movimentos Populares Urbanos, movimentos estes tidos como expressão da intervenção da sociedade civil na esfera social.

No segundo item, focalizaremos o nosso estudo ao universo local do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, caracterizando sua infra-estrutura e realizando um breve histórico sobre o processo de remanejamento e reassentamento dos (as) moradores (as) no referido conjunto.

Procuraremos demonstrar a importância do trabalho social na área habitacional, e como o Serviço Social se insere nesse universo, trazendo suas competências técnico-operativas e ético-políticas, prescritas no código que regulamenta a profissão e na Lei Orgânica da Assistência Social, responsável pela legalização das ações de assistência social e pelas ações intervencionistas do profissional nas situações presenciadas.

E ainda, nesse item, serão apresentados os resultados da pesquisa, a metodologia usada e a avaliação sobre os dados obtidos, para que, dessa maneira, se possa analisar se os objetivos específicos e o objetivo geral foram alcançados, e assim esclarecer se o Programa Habitar Brasil-HBB/BID é efetivo e atende todas as necessidades dos indivíduos, através da garantia dos Direitos Sociais e por assim dizer, do Direito à Moradia.

Com este trabalho, espera-se proporcionar à instituição pública um conhecimento mais abrangente da realidade vivenciada pelos (as) moradores (as). E ainda, executando um processo de avaliação da política pública de habitação. Assim como afirma Arreteche (1998, p.31):

[...] somente a avaliação de programas efetivamente implementados poderá estabelecer uma relação casual entre determinada modalidade da política pública e o sucesso ou fracasso na realização de seus propósitos ou ainda entre esta política e um dado resultado ou impacto sobre a situação social prévia à sua implementação.

Ao assistente social, esperamos que este trabalho torne-se um instrumento para o conhecimento da realidade do seu objeto de trabalho, ou seja, o Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. "Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero *pano de fundo* para o exercício profissional, tornando-se *condição do mesmo*". (IAMAMOTO, 1998)

Enfim, esperamos que este trabalho sirva de instrumento para a comunidade na luta por políticas públicas sustentáveis e para o fortalecimento da participação sócio-comunitária e popular que resulte no acesso aos direitos sociais, e que garanta aos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira a qualidade de vida com a cidadania de todos que acreditam na importância de atuar coletivamente para se construir uma cidade mais digna para se viver feliz.

2 - A CRISE DA MORADIA NAS CIDADES E OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA SOCIAL.

2.1 A crise da moradia nas cidades: seu enfretamento nas esferas pública e privada

"De alguma maneira é preciso morar. Na cidade, no campo, na metrópole, morar é como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas dos indivíduos." (RODRIGUES, 1997, p.11).

A questão da moradia emerge, portanto, em uma conjuntura marcada por grandes transformações. A manufatura rural e o artesanato, formas de produção na Idade Média, são extintas, e ainda a falta de uma política agrária e agrícola acabam por desencadear um intenso fluxo de migrantes em direção aos centros das cidades, em busca de melhores oportunidades de emprego e qualidade de vida. Essas pessoas trazem na bagagem a esperança de uma vida melhor.

Com base em Ribeiro (1985), o surgimento da grande capital industrial vem acompanhado da emergência de renovação urbana, ou seja, uma remodelação do espaço urbano, realizado tanto pelas empresas como pelo Estado, almejando uma adaptação urbana às novas exigências da sociedade capitalista, implicando na produção de todo um conjunto de equipamentos e de infra-estrutura urbana: sistema de transportes e comunicação, sistema de abastecimento de água e esgoto sanitário, etc.

A imensa massa de trabalhadores, atraídos aos centros urbanos devido a oportunidades de emprego criadas pela grande indústria não tinham onde habitar. A solução

para esse problema provinha de pequenos comerciantes da época, que transformavam suas casas comuns em casa de cômodos, que deveriam ser utilizados pela classe trabalhadora, tendo como lucro o pagamento de aluguel. A escassez de moradias irá permitir que os proprietários dos imóveis existentes cobrem elevados aluguéis, mesmo por moradias precárias.

Já nessa fase, a habitação torna-se uma mercadoria e, com o crescente desenvolvimento industrial, o comércio de imóveis tende a se fortificar ainda mais, como veremos a seguir.

"Assim sendo, em todas as antigas cidades que passam a sediar a industrialização assistiremos a um intenso processo de renovação, visando adaptar o espaço às necessidades, econômicas, e políticas, geradas pelo grande capital industrial". (RIBEIRO, 1985, p.22).

Dessa maneira, as indústrias investem na construção de alojamentos para a classe proletária, a fim de proporcionar aos trabalhadores uma melhor qualidade de vida, consolidada na preocupação com o capital humano e valorização da força de trabalho, fator necessário à acumulação do capital.

Esse processo de reestruturação urbana consta na construção de residenciais operários. "Ao lado das fábricas são erguidos agrupamentos de moradia. Ruas inteiras, vilas, quarteirões, de casa são construídos para os operários pelo empresariado industrial". (BLAY, *apud* PERUZZO, 1984, p.29).

Salientamos que estas 'vilas operárias' são caracterizadas por Peruzzo (1984, p. 29):

[...] como blocos de casas geralmente divididas por parede comum. Os custos das construções são reduzidos em relação aos das casas isoladas. Neste período, o lote urbano tem preço baixo. O investimento que o

industrial tinha que fazer, portanto, para a construção das vilas era compensador.

Como vimos anteriormente, essa iniciativa das grandes indústrias tinha como objetivo a qualidade de vida dos trabalhadores, o que resultaria no desempenho dos seus empregados na área de produção do capital. Esses objetivos se consolidavam através de situações como o fato de o operário estar perto das fábricas, não necessitando de transporte, nem tempo para ir de sua casa ao trabalho. Com isso há mais energia humana à disposição do capital, fazendo com que a jornada de trabalho dos operários possa se estender até mais tarde.

O custo inicial do investimento na construção das habitações feito pelas indústrias era ressarcido significativamente através do aumento da produção do capital e também pelo fato de que era cobrado aluguel da casa, enfraquecendo, dessa maneira, a possibilidade de manifestação do operário por melhores salários e condições de trabalho, visto que suas reivindicações poderiam fazê-lo perder o emprego e, conseqüentemente, a moradia. Dessa forma, as 'vilas operárias' eram vistas como uma maneira de manter a força de trabalho cativa à empresa, e não regulada pelo Estado.

No período seguinte até 1964, ocorrem transformações que afetaram o problema habitacional. A evolução da sociedade e das indústrias, que passa a focalizar suas atenções ao comércio industrial internacional, dispensando o interesse das indústrias na construção das 'vilas operárias'.

Outra causa da desistência por parte da indústria, na construção de imóveis para os operários, é a valorização do solo urbano, devido ao comércio imobiliário vigente e também essa desistência deve-se à crescente oferta de mão-de-obra.

Com o crescimento urbano e industrial, aumenta a acumulação de capital e também surgem os conflitos entre o capital e trabalho, sendo que, dessa maneira, a indústria aciona o Estado para estabelecer o salário mínimo aos trabalhadores, visto que a classe trabalhadora, durante esses anos de desenvolvimento industrial e econômico, toma conhecimento de seus direitos e consolida lutas em busca de sua efetivação.

Com base em leituras de autores como Peruzzo (1984) e Silva (1989), evidencia-se que o Estado torna-se responsável pela criação de normas e ações que visam resguardar os interesses da classe operária. Nesse âmbito, o poder estatal encontra-se inserido na perspectiva de amenizar os conflitos entre o capital e o trabalho, utilizando-se de instrumentos que viabilizem os Direitos Humanos exigidos pelos indivíduos, através da execução de políticas públicas, a fim de harmonizar o conflito emergente na sociedade capitalista. Dessa forma, ao mesmo tempo em que auxilia nos objetivos da classe trabalhadora, favorece um melhor relacionamento com a classe dominante, ou seja, o capital.

A intervenção estatal no setor do salário mínimo possibilita o aumento na remuneração dos trabalhadores, refletindo na inserção dos operários no mercado imobiliário.

Entretanto, o período de calmaria entre o capital e o setor da força de trabalho encerrou-se no momento em que se desencadeou a crise econômica, repercutindo, principalmente, no salário pago aos indivíduos, que se torna insuficiente para a compra de um imóvel, de um lote e para a construção de sua casa, e ainda os indivíduos ressurgiram com maior intensidade as lutas e reivindicações.

As opções de moradia já não se apresentavam abrangentes. O salário recebido pelos operários já não respondia às suas necessidades diárias, como habitação, alimentação, transporte, saúde, etc.

Nessa realidade de insuficiência salarial, vê-se reproduzir as consequências na área habitacional e na qualidade de vida dos indivíduos. Como mesmo relata Rodrigues (1997, p.12):

Esta diversidade deve-se a uma produção diferenciada das cidades e refere-se à capacidade diferente de pagar dos possíveis compradores, tanto pela casa/terreno, quanto pelos equipamentos e serviços coletivos. Somente os que desfrutam de determinada renda ou salário podem morar em áreas bem servidas de equipamentos coletivos, em casas, com certo grau de conforto. Os que não podem pagar vivem em arremedos de cidades, nas extensas e sujas "periferias" ou nas áreas centrais ditas "deterioradas". Nestes arremedos de cidades, há inclusive os que "não moram", vivem embaixo de pontes, viadutos, em praças, em albergues, não têm teto fixo ou fixado no solo. Nestes arremedos de cidade, mergulha-se num turbilhão de miséria, de sujeira, o que torna cada dia mais difícil ter força para resistir a estas cidades e aos efeitos da miséria.

"Dessa maneira temos aí a primeira causa da crise de moradias: a combinação de um rápido aumento da população urbana com a destruição de imóveis do parque imobiliário existente. Cria-se, assim, uma situação de penúria aguda de moradias". (RIBEIRO, 1985, p.22)

Evidencia-se também que a incapacidade do indivíduo trabalhador, operário em adquirir um imóvel com condições ideais de infra-estrutura resulta da condição financeira insuficiente, ou seja, de não poder pagar por um bom imóvel.

Corroborando com Ribeiro (1985), a crise nas moradias é consequência de um crescimento urbano, devido ao desenvolvimento industrial e a ineficiente política pública de habitação desenvolvida pelo Estado e também pelo próprio setor industrial, que focalizaram as suas atenções aos lucros e a intensificação do desenvolvimento industrial, ignorando os problemas sociais decorrentes desse processo.

A crise de moradias, neste contexto, pode ser considerada uma das peças responsáveis pela grande demanda das expressões da questão social emergentes na sociedade.

A fim de suprir a necessidade de morar, os trabalhadores optam pela aquisição ou mesmo pela ocupação irregular das terras em lugares desfavoráveis, áreas públicas e de proteção ambiental. E nesses locais, começam o processo de construção da sua moradia, desconsiderando suas conseqüências estruturais, ambientais, sociais e econômicas que este processo acarretará. Formam-se as favelas como uma estratégia de sobrevivência e ainda, como relata Zaluvar (1985, p.14):

A favela ao longo desse século foi representada como um dos fantasmas prediletos do imaginário urbano: como foco de doenças, gerador de mortais epidemias; como sítio por excelência de malandros e ociosos, negros inimigos do trabalho duro e honesto; como amontoado promíscuo de populações sem moral.

O processo de favelização aparece nesse contexto como uma resposta à crise das moradias e desvelando a não distribuição equitativa da riqueza socialmente produzida. Esta que esteve presente sempre que se considera a capacidade de pagar dos compradores. Não se reconhecem grandes empresários ou executivos que tenham dificuldades de morar adequadamente, desde que, é claro, paguem por essa mercadoria tornada escassa e cara. Para quem conta com recursos limitados, a oferta de imóveis no mercado não é compatível com seus salários. Para quem conta com recursos limitados, a crise habitacional não é nova.

Atualmente percebe-se que não é a favela que faz parte da cidade, a cidade é que passou a fazer parte da favela.

Segundo pesquisa realizada no ano de 2003 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 30% dos 5.507 Municípios brasileiros têm favelas ou

cortiços. O País saltou de 717 favelas, em 1992, para 3.905, no ano de 2004, sendo que o dado é apenas um dos indicadores da desigualdade entre as cidades brasileiras¹.

Ao fazer esta breve reflexão histórica em torno da crise da moradia e suas conseqüências, faremos algumas considerações que facilitarão a compreensão das políticas públicas emergenciais dentro da realidade caótica vivida na área habitacional.

Concordando com Silva (1989), a *urbanização* das grandes metrópoles deu-se pela esperança de migrantes na busca de uma melhor qualidade de vida, que partiram de suas cidades atraídos pelas ofertas de empregos nas indústrias que estavam se desenvolvendo a cada ano. As grandes cidades logo se tornam capitais urbanas, e, no entanto, o universo urbano não passa de uma aglomeração para a produção, determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, exigindo a concentração da mão-de-obra próxima aos meios de produção. O modo urbano apresenta-se como a expressão e exigência do modo de vida capitalista.

Neste contexto, segundo Carvalho (2000, p. 93):

Vive-se no Brasil hoje um verdadeiro 'apartheid' entre ricos e pobres. Não se percebe, mas este 'apartheid' é notório, especialmente nas regiões metropolitanas, onde a maioria da população vive confinada em cortiços, favelas e casas precárias das periferias, excluídas não apenas do acesso a bens e serviços, mas também do usufruto da própria cidade. A pequena população rica vive em bairros que são verdadeiros condomínios fechados como todos os bens e serviços disponíveis.

Atualmente, percebe-se um agravamento tanto nas condições de vida dos (as) moradores (as) de classe baixa como também da classe média e alta. Todos são atingidos pelas conseqüências de um processo de urbanização desordenado, no qual os grandes congestionamentos tornam insuportáveis os deslocamentos nas grandes cidades, o

¹ Fonte: www.ibge.org.br

transporte de massa é precário, a violência e o desemprego alcançam índices superiores a cada ano.

Evidencia-se, desta maneira, que nos últimos anos, em Santa Catarina, a violência urbana tomou um índice expressivo, percebida no cotidiano social, e também a recente implantação do Sistema Integrado de Transporte do Município de Florianópolis tem suscitado questionamentos quanto à sua eficiência de mobilidade. O aumento das tarifas tem incluído a capital do Estado no cenário nacional dos segmentos que articulam resistências à realização de uma política de transporte pública e cidadã (movimento do passe livre, movimento sócio-comunitário/bairro, sindicato dos trabalhadores do transporte coletivo, movimento estudantil, entre outras organizações cidadãs e usuários).

Considerando o contexto atual da sociedade e de sua ocupação urbana, percebe-se a emergência de uma nova organização do espaço urbano em uma sociedade desenvolvida industrialmente e tecnologicamente, mas que ao mesmo passo apresenta situações conflitantes e perturbadoras que degradam as condições humanas de existência.

Os habitantes da cidade somente se constroem cidadãos quando vivem com dignidade, o que significa dispor dos recursos necessários para realizar livremente a sua humanidade. Desse modo, cabem às diversas esferas da sociedade, promover políticas públicas que visem assegurar a cada pessoa as condições materiais e políticas para garantir-lhe o bem viver nas melhores condições possíveis. Buscas, nesta direção, historicamente, têm sido realizadas através da reforma urbana, que é apresentada segundo SILVA (*apud* SILVA, 2002, p. 146):

[...] como um conjunto de reformas necessárias para alterar esse quadro de desigualdades, reivindicando uma "nova ética social", que trazia como dimensão importante à politização da questão urbana, compreendida como elemento fundamental para o processo de democratização da sociedade brasileira.

A questão habitacional tem destaque através da reforma urbana, que se fundamenta segundo Silva (2002, p.148):

[...] por princípios que orientam as atuações na área habitacional. Assim, estes princípios são citados da seguinte maneira: direito à cidade e à cidadania, entendida como a participação dos habitantes das cidades na condução de seus destinos. Inclui à terra, aos meios de subsistência, à moradia, à educação, à saúde, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer, e à informação. Inclui também o respeito às minorias, a pluralidade étnica, sexual e cultural e ao usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado, sem distinções de gênero, etnia, raça, linguagem e crença. Gestão democrática da Cidade, entendida como a forma de planejar, produzir, operar e governar as cidades submetidas ao controle social e à participação da sociedade civil; Função social da Cidade e da Propriedade, como prevalência do interesse comum sobre o direito individual de propriedade. É o uso socialmente justo do espaço urbano para que os cidadãos se apropriem do território, democratizando seus espaços de poder, de produção e de cultura dentro dos parâmetros de justiça e da criação das condições ambientalmente sustentáveis.

Partindo desses princípios, vê-se, na Reforma Urbana, a possibilidade de reorganizar a cidade combatendo a lógica de acumulação capitalista, invertendo as prioridades na definição das ações do poder público que devem ser estabelecidas para garantir os Direitos Humanos do indivíduo e de grupos sociais.

A questão 'vida digna' se direciona para a concepção de acesso e consolidação de direitos sociais promovida pelas políticas públicas. Questões emergenciais, como o saneamento básico, saúde, lazer, moradia, educação, empregabilidade, programas assistenciais, entre outros, tornam-se indispensáveis para o cotidiano dos indivíduos. A aplicação e distribuição de políticas públicas são consideradas meio ou instrumento da garantia dos direitos sociais humanos.

Mais especificamente, figura-se, atualmente, a expressão 'vida digna' como a possibilidade de o cidadão residir em um ambiente saudável, em um imóvel livre de 'lonas' e 'compensados', considerando essas exigências como direito do homem, ou seja, o direito

de ter qualidade de vida sustentada antes de tudo por uma moradia digna. Porém percebe-se que a cada ano que passa os Direitos Humanos avançam insuficientemente no âmbito das ações desenvolvidas pelo poder estatal, acarretando em um processo acelerado de intensificação dos problemas sociais.

No contexto do presente estudo, a categoria Direitos Humanos assume uma centralidade necessária à compreensão da instigante temática que é o direito de acesso à moradia.

No próximo item tentaremos discorrer sobre alguns elementos que a configuram na materialização do projeto ético-político do Serviço Social na atualidade.

2.2 Direitos Sociais e sua relação com o direito à moradia: alguns componentes fundamentais.

A problemática habitacional, no seu espaço complexo, mostra-se resumidamente como um direito do homem a uma moradia digna, o qual é assegurado no artigo 6º da Constituição Federal de 1988: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Mas o que julgamos ser o direito social à moradia? Quais são as estratégias e métodos para a consolidação desses direitos? De que maneira o poder estatal e a sociedade civil podem intervir nessa luta pela busca da moradia digna? Neste item, estaremos realizando uma reflexão partindo do pressuposto de que a cidadania, a política pública e a sociedade civil são seus componentes fundamentais na materialização do direito à moradia.

2.2.1 Direitos Humanos e cidadania.

Os Direitos Humanos surgiram das necessidades de cada tempo e da luta para conseguir efetivá-los através de leis. Sabe-se que ao abordarmos o assunto, devemos lembrar que os direitos sociais são conquistas do ser humano na luta por melhores condições de vida, esses direitos estão elencados na Constituição Federal de 1988. Os Direitos Humanos dizem respeito, principalmente, à garantia dos meios necessários à qualidade de vida, ou melhor, de vida digna ao indivíduo independente da raça, da cor, do sexo e da classe social.

Diríamos ainda, que são direitos que visam resguardar os valores mais preciosos da pessoa humana, ou seja, resguardar a solidariedade, a igualdade, a fraternidade, a liberdade, a dignidade e a autonomia do indivíduo.

Nesse contexto, a Constituição Federal de 1988 no seu artigo 5º prevê cinco direitos inerentes ao indivíduo - "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade".

As primeiras concepções sobre os Direitos Humanos surgiram na doutrina jusnaturalistas, a qual era defendida por teorias de pensadores como Thomas Hobbes, John Locke e Jean Jacques Rousseau, dedicados a identificar na natureza humana a existência de Direitos Humanos inatos ao homem. Para esses pensadores, os Direitos do Homem se fundamentam na natureza, como inerentes à própria natureza do homem, e que ninguém pode contestar. São direitos naturais e universais que pertencem ao homem, independentemente do Estado legítimo, da Igreja, e das condições que esses indivíduos se encontram.

Entretanto considerando que os Direitos Humanos não sejam inatos ao homem, salienta-se que muitas foram às mobilizações para que o indivíduo pudesse ter acesso a seus direitos. A preocupação pela consolidação dos direitos do homem e do cidadão se tornava, a cada ano, algo necessário e imprescindível. Tanto que muitos anos se passaram para que as constantes lutas gerassem resultados.

Fatos marcaram a caminhada para a consolidação dos Direitos Humanos conceituada no século XX, que foi aprovada no dia 10 de dezembro de 1948, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, contendo, nos seus 30 artigos, deveres e direitos fundamentais do homem, sob os aspectos, social, cultural e político, estendidos internacionalmente a fim de contemplar as necessidades de cada País em específico.

Pode-se afirmar que a Carta das Nações Unidas de 1945 que, internacionalizou os Direitos Humanos e promulgou a Declaração dos Direitos Humanos no ano de 1948, como vimos anteriormente, deve ser tratada como umas das principais ações da luta pelos direitos. Essa carta trazia no seu bojo, normas que determinavam importância de se defender, promover e respeitar os Direitos Humanos e as liberdades fundamentais. Sabe-se que a carta não definiu o conteúdo dessas expressões, pois só foram definidas com precisão com o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, como fora citado anteriormente.

Na incumbência de instrumento jurídico a serviço da coletividade que declara, garante e respeita esses valores consagrados universalmente, o Estado é responsabilizado pela distribuição e garantia dos direitos igualitários aos indivíduos, tido aqui como um ente superior.

Concordando com Bobbio, (1992, p.49) quando o autor diz que:

O problema do reconhecimento dos direitos do homem, bem entendido, não nasceu hoje. Pelo menos desde o início da era do homem, através da difusão das doutrinas jusnaturalistas, primeiro, e das Declarações dos Direitos do Homem, incluídas nas Constituições dos Estados liberais, depois, o problema acompanha o nascimento, o desenvolvimento, a afirmação, numa parte cada vez mais ampla do mundo, do Estado de direito. Mas é também verdade que somente depois da Segunda Guerra Mundial é que esse problema passou da esfera nacional para a internacional, envolvendo – pela primeira vez na história – todos os povos. No final do século XIX, sobretudo no presente século XX, os Direitos Humanos receberam novos contornos, surgindo desta maneira, os direitos individuais, coletivos, sociais e políticos, garantidos pela Constituição Federativa de 1988, no caso nacional. A questão dos direitos, nesse final de século, encontra-se de frente com novos desafios, impostos pela lógica do mercado, por uma nova economia e uma nova política, fazendo emergir a necessidade de uma nova geração de direitos e novas formas de cidadania e de distribuição e garantia desses direitos.

Ao nos centrarmos na realidade vivida pelos indivíduos sociais, e considerando as expressões da questão social emergentes na sociedade atual, percebe-se que esses Direitos Humanos são realmente pouco e/ou em muitas circunstâncias desrespeitados pelas autoridades competentes, de modo que ocorre sua constante violação até mesmo por aqueles que deveriam garanti-los. São exemplos recentes: Guerra do Leste Europeu, Guerra do Iraque, formas de combate às ações terroristas e as formas de exclusão social impostas por organismos político-financeiros nacionais/internacionais (Organização Mundial do Comércio, Fundo Mundial de Investimento, Banco Mundial).

Os Direitos Humanos elencados no texto constitucional dependem da regulamentação através de leis, pelos próprios organismos estatais que tem como responsabilidade a distribuição, o financiamento e a garantia desses direitos. Essa responsabilidade é executada através de formulação, execução e gestão de políticas públicas que objetivam a concretização dos Direitos Humanos previstos legalmente ao indivíduo nos artigos da constituição.

Mas o que são políticas públicas na sua relação com os Direitos Humanos? Segundo Abranches (1987), são mediante as políticas públicas que são distribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é o direito coletivo e não individual, bem como a busca da equidade e universalidade desses direitos que deveriam ser assegurados pelo Governo, tanto na esfera federal, estadual e municipal. Porém, como temos conhecimento, o Estado neoliberal inibe essa responsabilidade de distribuição e financiamento dessas políticas, acarretando situações cada vez mais intensificadas de pobreza, exclusão social e revolta coletiva e/ou individual.

Na sociedade capitalista, as necessidades humanas coletivas ou individuais são objetos de atuações que buscam compensar o mal-estar, os custos sociais, os efeitos perversos, derivados de ações indispensáveis à acumulação. Dessa forma, a democracia capitalista mostra-se incapaz de regular os Direitos Humanos com os seus objetivos centrais, o desenvolvimento econômico e o aumento do capital, direcionando essa tarefa ao Estado através do desenvolvimento de políticas públicas. Porém, é fato que há um abismo entre a formulação de políticas públicas e a sua real aplicação e efetivação, pelo compromisso que o Estado assume com os interesses relacionados à acumulação capitalista.

Evidenciamos a existência, na sociedade atual, de programas sociais que visam à distribuição das políticas públicas, como da habitação, saúde, educação, trabalho, entre outras. Considerando a sua existência, mesmo que lenta ou não compreendendo a total eficiência, a distribuição das políticas sociais faz parte do plano de ações anuais de órgãos públicos apresentadas como atividades de extrema importância para que se consolidem os direitos sociais e a qualidade de vida social.

Ao observarmos a realidade social vivida pelos habitantes dessa sociedade desigual, discriminatória, ambiciosa, percebe-se que as políticas sociais, quando são executadas e distribuídas, são feitas de maneira paliativa, não atingindo a universalidade. Uns tem acesso, a maioria não, algumas são realizadas de maneira satisfatória e muitas não chegam a ser executadas. Com isso, as expressões da questão social, não são superadas e sim aparecem, permanecem e se solidificam como principais causas da má qualidade de vida da maioria dos indivíduos, repercutindo, de maneira mais amena, na realidade da classe média e alta.

Conclui-se que atualmente o real problema da questão dos Direitos Humanos, não se trata de sua fundamentação, ou seja, discutir os Direitos Humanos. Segundo Bobbio (1992), percebe-se que o problema do fundamento dos Direitos Humanos teve sua solução atual na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual representa a manifestação da única prova através de um sistema de valores que pode ser considerado humanamente fundado e, portanto, reconhecido: e essa prova é o consenso geral acerca da sua validade.

Segundo Bobbio (1992, p. 24):

O problema central dos Direitos Humanos se insere nas maneiras de garanti-los efetivamente aos indivíduos. Quando se trata de enunciá-los, o acordo é obtido com relativa facilidade, independentemente do maior ou menor poder de convicção de seu fundamento absoluto; quando se trata de passar à ação, ainda que o fundamento seja questionável, começam as reservas e as oposições.

As histórias da busca pela consolidação dos Direitos Humanos nas sociedades estendem-se até hoje. Acredita-se que a Revolução Francesa em 1789, a Declaração Universal dos Direitos de 1948 e assim como o surgimento da Constituição Federal de 1988, são resultados de diversas mobilizações do povo que busca uma maneira justa de

viver no âmbito das contradições da desigualdade social e, em algumas circunstâncias superá-las.

Esse processo de mobilização, de luta e manifestação em prol da melhoria da qualidade de vida, acarretou no desenvolvimento de conscientização dos indivíduos em relação aos seus Direitos Humanos perante a sociedade. Os setores organizados da sociedade buscaram conhecer os seus direitos, e assim organizaram-se, e unidos começaram e seguem lutando e reivindicando por aquilo que por direito lhes pertence. Como afirma Boaventura Souza (2003), a expressão e avanços na consciência do "direito a ter direito".

Constituindo assim a sociedade civil organizada, uma esfera não-estatal de influência que emerge do capitalismo e da industrialização. Por sua vez, a definição normativa leva em conta o desenvolvimento de efetiva proteção dos cidadãos contra abusos de direitos. Já a visão das ciências sociais enfatiza a interação entre grupos voluntários na esfera não-estatal, conforme a definição abaixo: "Sociedade civil representa uma esfera de discurso público dinâmico e participativo entre o Estado, a esfera pública composta de organizações voluntárias, e a esfera do mercado referente a empresas privadas e sindicatos"². A sociedade civil cria grupos e pressiona em direção a determinadas opções políticas, produzindo, conseqüentemente, estruturas institucionais que favorecem a cidadania. Uma sociedade civil fraca, por outro lado, será normalmente dominada pelas esferas do Estado ou do mercado. Além disso, a sociedade civil consiste primordialmente na esfera pública, onde associações e organizações se engajam em debates, de forma que a maior parte das lutas pela cidadania são realizadas em seu âmbito per meio dos interesses

² Janoski (1998). Para a discussão do conceito de sociedade civil, consultar nosso livro *Cidadania e globalização* (Vieira, 1997). Ver site: www.dhnet.org.br

dos grupos sociais, embora - cabe a ressalva - a sociedade civil não possa constituir o *lotus* dos direitos de cidadania, por não se tratar da esfera estatal, que assegura proteção oficial mediante sanções legais.

Nesse âmbito, a concepção de *cidadania* está presente como um componente que materializa a busca dos nossos Direitos Humanos. Ela se caracteriza como um direito participativo, em que os indivíduos possuem a possibilidade de participar ativamente da vida social e do governo de seu povo. A luta do povo só se torna válida porque está presente a noção de cidadania, a qual pode ser conceituada como a forma de fazer valer os direitos garantidos, exigir a observância dos direitos e zelar para que não sejam desrespeitados.

Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

A cidadania não surge do nada como um toque de mágica, nem tão pouco a simples conquista legal de alguns direitos significa a realização desses direitos. Por isso é necessário que o cidadão participe, seja ativo na apropriação e consolidação dos direitos sociais.

Construir cidadania é construir novas relações e consciências. A cidadania tem exigências como a convivência, na vida social e pública. É no convívio do dia-a-dia que exercitamos o ato político de 'ser cidadão', através das relações que estabelecemos com os outros, com a coisa pública e o próprio meio ambiente. Ela é construída e conquistada como direito social a partir da nossa capacidade de organização, participação e intervenção social.

Com essa breve aproximação a elementos que compõem a categoria direitos humanos, podemos considerar que a exigência da moradia é inerente à construção de um projeto de sociedade e do Estado comprometido com a justiça e as igualdades sociais.

Nessa direção, desejamos com o próximo item contribuir na reflexão sobre a relevância do Estado nos avanços ao direito à moradia.

2.2.2 Direitos Sociais e a esfera pública estatal.

Desde a aprovação da Declaração dos Direitos Humanos de 1948 e a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado é comprometido como gestor e responsável pela distribuição dos direitos sociais, entre eles o direito à habitação. Para tanto, o Estado desenvolve programas que incentivam a produção de unidades habitacionais, sobretudo através da constituição de financiamentos especiais à construção, à comercialização, à erradicação de favelas, à remoção e ao reassentamento de moradores em locais de risco sócio-ambiental.

Bem como fora citado anteriormente, o Estado, a partir da década de 30, tornou-se uma das esferas responsáveis pela busca da qualidade de vida dos (as) moradores (as), no que se refere aos problemas urbanos decorrentes do processo de desenvolvimento industrial, que, com o passar dos tempos e com o processo de desenvolvimento econômico, tem-se firmado como gestor de políticas públicas, em específico, na política pública de habitação. Cabe a ele, assegurar ao indivíduo o que está garantido por lei na Constituição de 1988, no artigo 12º:

Todo o indivíduo tem direito à moradia, e fica o poder público obrigado a formular políticas habitacionais que permitam:

- I - regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas indevidamente ou em condições de sub-habitação;
- II - acesso a programas públicos de habitação de aluguel ou a financiamento público para aquisição ou construção de habitação própria;
- III - assessoria técnica à construção da casa própria.

Diante dos problemas sociais surgidos através do desordenado crescimento urbano e da necessidade imergente de solução e amenização das conseqüências trazidas, o Estado passa a voltar-se para ações interventivas no âmbito da habitação e na busca pela qualidade de vida dos indivíduos.

Informações alarmantes foram e continuam sendo causas de preocupação e implementação de ações voltadas ao direito à moradia e à vida digna, sendo por parte do setor público, sociedade civil e organizações sem fins lucrativos, como é perceptível ao analisarmos dados do IBGE que demonstram haver no Brasil um déficit de 7,2 milhões de habitações, com 32 milhões de pessoas sem moradias decentes³.

Porém, bem como expressa Peruzzo (1984), nota-se que a penúria da habitação só se constitui problema quando afeta a produção ou a reprodução da força de trabalho. Desse modo, suas ações interventivas teriam outros interesses além dos próprios indivíduos sociais, sendo que o capitalismo viu-se obrigado a agir, a fim de garantir que a sua 'força de trabalho' pudesse conviver em um ambiente agradável, o que os beneficiaria com a manutenção dos seus altos índices de desenvolvimento e lucro financeiro.

Entendemos ser fundamental compreendermos melhor essa questão historicamente e convidamos para a leitura do próximo item, não nos esquecendo que são partes de uma temática que devem ser articuladamente compreendidas ao longo do presente estudo.

³ Cf. nota 01 desta monografia.

2.2.2.1 Política Habitacional Nacional: breve trajetória na sua relação com o direito à moradia.

A história da habitação no mundo aparece pela primeira vez no Código de Hamurabi no século XVIII a.C. Durante a época greco-romana, o urbanismo era limitado à construção de moradias em lugares defensivos próximos a fontes de água para abastecimento. Na Europa, no século XIII, as cidades tornaram-se centros comerciais e as muralhas proporcionavam proteção contra os invasores. No século XIX, com a chegada da Revolução Industrial, as pessoas mudaram para as cidades, que passaram a crescer rapidamente.

Na sociedade industrial do século XX, a quantidade e a qualidade das moradias nos países em desenvolvimento e nas regiões mais pobres dos países desenvolvidos continuam insuficientes e não cobrem a demanda apresentada pela população.

No Brasil, até a década de 30, o Estado tem pequena interferência na área da habitação, interfere quase que exclusivamente com medidas de cunho sanitarista que objetivavam diminuir as más condições de higiene das moradias dos trabalhadores urbanos, buscando evitar a propagação das epidemias, que constituíam ameaças à saúde da população.

A partir da década de 30, o País passa por um período marcado pelo avanço da industrialização e pelo deslocamento do centro dinâmico da economia do espaço rural para o espaço urbano, o que acarretou, entre outras coisas, ao aumento demográfico da população, a falta de planejamento urbano e apoio do Estado, ao descompasso entre disponibilidade de espaço habitável e a demanda que se apresentava.

E ainda como aponta Lopes (2000), as primeiras ações referentes à habitação iniciam na década de 30 e estão vinculadas ao Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAP's), criadas em resposta às reivindicações dos ferroviários, sendo que o sistema acabou sendo estendido para outras empresas, que aplicavam parte de seus recursos no financiamento de moradias. Em 1937 houve a regulamentação desses investimentos sendo permitido empregar 50% destes recursos para a aquisição de habitação. Em 1939, os Institutos passaram, também, a conceder fiança para aluguéis de moradias.

Insere-se, nesse contexto, a política do Estado Novo que incentiva a propriedade privada entre a classe média e os trabalhadores melhor remunerados, os quais por possuírem melhor condição financeira, possuem também a condição de pagar pelo imóvel. Já a população carente da população tenta buscar solução para sua moradia, que é encontrado na construção de moradias em locais desprovidos de infra-estrutura, sem conforto imposto pela prática da autoconstrução e pela vida na favela.

Considerando Silva (1989), percebe-se que o quadro habitacional é agravado com a instituição da Lei do Inquilinato, congelando os aluguéis nos níveis de 31 de dezembro de 1941, o que representa uma intervenção direta do governo para desestimular a casa de aluguel. Essa medida deve ser compreendida em um quadro mais amplo, onde o Estado passa a intervir nos diversos setores da economia, fixando preços, influenciando na distribuição dos ganhos e perdas entre os diversos segmentos da classe capitalista e na regulamentação das relações de trabalho.

Ainda segundo Silva (1989), a casa própria é colocada no novo contexto capitalista e industrial como o horizonte de referência para o trabalhador, como única alternativa de morar na cidade. Exigindo, dessa maneira, que o indivíduo busque alternativas para a solução ou amenização para o seu problema de moradia.

Na década de 40, em 1946, no Governo Vargas, criou-se a Fundação da Casa Popular (FCP), através do Decreto-Lei 9.218, que segundo Silva (1989) representou o primeiro órgão em âmbito nacional voltado para prover habitações às populações de baixa renda que não participavam do mercado formal de trabalho, portanto não tinham acesso ao IAP's. A atuação da FCP orientou-se, em toda sua trajetória (1946-1964), por uma ação limitada, além de pautar-se pelo clientelismo na decisão de onde construir, e na seleção e classificação dos candidatos. "Ao mesmo tempo em que se apresentava tutora e paternal, mostrava-se autoritária na administração dos conjuntos, chegando a interferir no comportamento individual e social dos (as) moradores (as), transformando-se em verdadeiro instrumento de controle social" (ANDRADE & AZEVEDO, 1982, *apud* SILVA, 1989, p.41).

Dessa maneira, a FCP apresentava condições consideradas como obstáculos para a população de baixa renda no acesso à moradia através do financiamento.

Na década de 50, verifica-se o declínio desses programas de habitação devido a Lei do Inquilinato que congelava os aluguéis e tornava os conjuntos cada vez mais onerosos para os IAP's e para a FCP, e, também, devido à inflação do período e à aplicação indevida dos recursos destinados a habitação em outros serviços.

No ano de 1961, é criado o Plano de Assistência Habitacional (PAH), que apresentava uma inovação no que diz respeito à proporção entre a prestação de financiamento e o salário mínimo (a proporção não poderia comprometer mais de 20% do salário mínimo). Na seleção daqueles que tinham como objetivo participar do PAH, exigia-se estabilidade no emprego e tempo de residência na localidade. Na verdade, esses requisitos funcionavam como um mecanismo de exclusão para a população de baixa renda

e sem moradia. Desta maneira, este modelo de Política Habitacional adotado apresenta atendimento insignificante à carência habitacional crescente.

É no período pós-64 que aparecem as maiores mudanças do Estado em relação à política habitacional. Através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), o Estado tenta produzir habitação em massa para garantir a expansão do capitalismo. O surgimento do BNH caracterizou-se pela preocupação de incentivar a indústria de construção civil, acreditando que seus efeitos refletissem de forma positiva em outros setores da economia. Visava também atender os setores populares, financiando a moradia, absorvendo a força de trabalho e implantando infra-estrutura urbana.

No ano de 1986, o BNH foi extinto. Pode-se perceber, progressivamente, o agravamento da situação habitacional, concomitante com a maximização das precárias condições de vida das classes populares brasileiras.

Segundo Dantas, (2004, p.18):

Foi a partir dos anos 90, em específico no governo Collor-Itamar Franco (1991-1994), que foram tomadas algumas medidas no setor habitacional, como a criação do Plano de Ação Imediata para Habitação (PAIH). Porém, este plano não teve sucesso, pois não houve o cumprimento dos prazos estabelecidos, as unidades habitacionais tinham um custo muito maior que o previsto, os recursos não eram distribuídos de forma regular entre federações e estados, entre outros fatores.

Desde esse acontecimento, o País não tem uma política de habitação consistente. Segundo Erminia Maricato (2001), secretária-executiva do Ministério das Cidades, recém-criado, está elaborando uma nova política de habitação para o País: um novo sistema nacional que comprometa, além do governo federal, estados e Municípios, concentrando esforços nas famílias de baixa renda.

Evidencia-se o quadro emergencial no âmbito habitacional como mais uma das expressões de um desenvolvimento urbano desordenado. A habitação popular é tratada descentralizadamente, onde cada Município e estado responsabilizam-se pela implementação de uma Política Habitacional local.

O que no âmbito da construção dos direitos sociais se busca conquistar é uma política que contemple as boas condições de infra-estrutura das habitações e das áreas comuns, não se desvinculando da importância de todo um universo de distribuição dos bens materiais e simbólicos das políticas públicas, para possibilitar uma melhor qualidade de vida cidadã.

A Política Habitacional do Município de Florianópolis desenvolvida de 1979 até o ano de 2004 será abordada no próximo item como referência importante à problematização da temática do presente estudo.

2.2.2.2 A Política Habitacional do Município de Florianópolis: possibilidades e adversidades.

A questão habitacional tornou-se preocupante com o passar dos anos, também no Município de Florianópolis. Assim como em outras cidades de porte médio, Florianópolis encontra-se inserida como exemplo de um centro urbano que, vem sofrendo um crescimento desordenado, percebido com a ocupação irregular de áreas públicas de risco impróprias para moradia e ferindo a lei ambiental vigente no País.

São locais a princípio impróprios para a construção de moradias, tais como morros, mangues, áreas públicas, dunas e margens de rodovias. Os indivíduos acomodam-

se em pequenos abrigos, com espaço reduzido e sofrem os desdobramentos de uma situação que provoca precariedades em termos ambientais, sócio-familiares e econômicos.

Um em cada dez moradores do Município de Florianópolis vive em favelas. Os altos índices de favelização em Florianópolis explicam-se, em parte, pela adoção de outros critérios de análise. Segundo o IBGE, para haver favela é preciso uma completa ausência de infra-estrutura na região estudada (água, luz, esgoto). Nessa linha, o Estado inteiro teria poucas áreas de favelas. O critério utilizado no estudo sobre o índice do processo de favelização, entretanto, se baseia nos padrões determinados pelo Instituto de Administração Municipal (Ibam), que considera favela o local onde há deficiência de infra-estrutura que comprometa a qualidade de vida dos (as) moradores (as), precariedade de habitação e renda familiar inferior a três salários mínimos, entre outros aspectos. Nesse caso, no ano de 2003 a região da Capital contava com 55 favelas⁴.

Com efeito, em resposta a esses problemas os órgãos públicos buscam produzir novas soluções para os problemas antigos, incorporando, como condição, uma integração mais efetiva entre o governo e a sociedade. Qualquer produção habitacional deverá contemplar as variáveis socioculturais, de geração de trabalho e renda, de serviços e infra-estrutura urbana de desenvolvimento e organização comunitária, que compõem o contexto do cotidiano da vida urbana.

O tratamento da questão habitacional em Florianópolis, até época recente, foi marcado por intervenções parciais, pontuais e emergenciais.

A COHAB – SC, por muito tempo, desempenhou o papel de provedora da habitação na região, especialmente através de programas de construção de conjuntos

⁴ Fonte: www.pmf.gov.sc.br.

habitacionais populares ou de regularização fundiária em áreas de interesse social, tornando tardia a participação dos governos municipais.

Segundo Korc (1997), a primeira intervenção da Prefeitura Municipal foi o Projeto SAPÉ realizado no período de 1979 a 1984, com a construção de 26 casas em regime de mutirão.

No período de 1989/1992, o executivo municipal realizou um cadastramento das áreas consideradas de interesse social e a caracterização socioeconômica dos seus moradores, resultando no documento 'Perfil das Áreas Carentes de Florianópolis'. Em paralelo, foi criado o Fundo Municipal de Integração Social (FMIS), instrumento de natureza contábil, com a incumbência de financiar os empreendimentos e as ações nas áreas de habitação e desenvolvimento social. Na oportunidade, foi instituído o Conselho do Fundo Municipal de Integração Social, constituindo-se em um mecanismo de gestão com a representação das organizações sócio-comunitárias.

Em 1994, o Departamento de Desenvolvimento Social (DSS) implementou o Projeto de Atendimento Social nas áreas de população de baixa renda, cujo maior obstáculo diz respeito à legalização e ao uso da terra.

No período posterior de 1997 a 2000, tivemos o Projeto Bom Abrigo⁵, cujo objetivo e essência consistiam em recuperar áreas de favelas e implementar infra-estrutura, promovendo a melhoria de qualidade de vida da população, principalmente para as classes de baixa renda.

No ano de 1996, a Prefeitura iniciou a implantação de um projeto habitacional na Vargem do Bom Jesus, em Ingleses, com a construção de 16 moradias denominadas Conjunto Vila União, a fim de remover as famílias de baixa renda que ocuparam uma área

⁵ Ver anexo A.

pública no Balneário de Canasvieiras e uma área pública de preservação ambiental no Morro da Cruz. No ano de 1997, com recursos do Programa Habitar Brasil foram atendidas as famílias desabrigadas pelas chuvas de dezembro de 1995 e os ocupantes das marginais da Via Expressa (BR 282) na entrada de cidade, formando um grupo de 175 famílias.

No período de 1997/2000, são construídos o Conjunto Habitacional Vila Cachoeira e o Conjunto Habitacional Abraão, cujo objetivo era atender a 385 famílias residentes na Via Expressa – BR 282 e 140 habitações nas comunidades do Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte, para famílias carentes da região.

Nesse contexto, foi criada em 2000, através da Lei nº 5831, a Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social (SMHTDS)⁶, aliando as diretrizes da Administração Pública Municipal às exigências do Programa Habitar Brasil. Fato este que consolidou administrativamente e politicamente a dimensão da questão social e a relevância da atenção no Município às políticas públicas setoriais da habitação, trabalho e assistência social. Todo este processo evidencia em Florianópolis a possibilidade de demandas por moradia popular serem mais bem contempladas.

Assim, como as demais esferas do Governo, a SMHTDS tem como atribuição a formulação e a distribuição de direitos sociais direcionados às necessidades básicas de existência do cidadão.

São quatro os seus princípios: da oferta como garantia da diversidade, da gestão como garantia da permanência, da participação como garantia política e o princípio da inserção como garantia da integração da questão habitacional à vida urbana.

⁶ Vale destacar que, atualmente, em decorrência da nova gestão (2005-2009), corre o processo de desmembramento da Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, em duas novas secretarias: a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social e a Secretaria da Habitação e Saneamento Ambiental, ressaltando que segundo informações este processo ainda não foi aprovado.

Suas ações e intervenções habitacionais são focalizadas no objetivo geral e os específicos que seguem⁷:

Objetivo Geral da Política Municipal de Habitação

Universalizar o acesso à moradia, com a melhoria das condições de habitabilidade, de preservação ambiental e de qualificação dos espaços urbanos, avançando na construção da cidadania.

Objetivos específicos

- Atender, de forma direta, a população mais carente, associando processos de desenvolvimento social e de geração de renda;
- atender, de forma indireta e conjugada a outros setores do Governo e da iniciativa privada, a população na faixa de renda acima de cinco salários mínimos;
- viabilizar soluções habitacionais que atendam as minorias da população nativa de Florianópolis;
- possibilitar o acesso a terra às diversas camadas sociais;
- urbanizar as áreas com assentamentos subnormais, inserido-as no contexto da cidade;
- reassentar moradores de áreas impróprias ao uso habitacional e em situação de risco, recuperando o ambiente degradado;
- viabilizar a regularização fundiária, urbanística e edilícia de assentamentos subnormais e de parcelamento clandestinos e irregulares, atendendo a padrões adequados de preservação ambiental e de qualidade urbana;
- integrar a Política Habitacional às demais políticas públicas, com ênfase às sociais, de geração de renda, de educação ambiental e de desenvolvimento urbano;
- ampliar as parcerias com os setores públicos e privados para viabilizar a diversidade na oferta de habitações populares;
- estabelecer canais permanentes de participação das comunidades e da sociedade organizada na formulação, na implementação e no controle da aplicação dos recursos da Política Habitacional e nos seus programas específicos;
- assumir uma visão regional da problemática habitacional, buscando uma maior articulação com os municípios metropolitanos na busca de soluções e;
- buscar a integração como os diversos níveis: Federal, estadual e Municipal para atingir a racionalidade na aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros, utilizados na resolução das questões habitacionais;

⁷ Cf. Nota 03 desta monografia.

Esses objetivos, bem como as intervenções anteriormente citadas, possibilitam desvelar de que maneira algumas dessas intervenções conseguiram diminuir as expressões da questão social no âmbito da moradia.

Observa-se que as intervenções na área habitacional possuem caráter emergencial. Suas ações são executadas de forma paliativa, visando amenizar as consequências e não a solução dos mesmos. Não se acelerar as melhorias atuar nas causas que desencadeiam os problemas. Por exemplo, sabe-se que o índice de violência aumenta a cada dia. O poder público busca a solução no policiamento, no aumento da estrutura penitenciária, entre outras. Não se busca melhorar o setor da educação, do mercado de trabalho e na intensificação de oportunidades de capacitação para os indivíduos que se tornaram expressões vivas da má distribuição de renda.

A trajetória de reflexão até então realizada, nos esclarece sobre o direito à moradia na perspectiva da sua interdependência com a educação, saúde, mercado de trabalho, conscientização social da população e lazer. Possibilita-nos desviar olhares para um mundo utópico possível, uma sociedade mais justa e igualitária onde as políticas públicas sejam aplicadas de maneira que garantam, consolidem e ampliem os Direitos Humanos legalizados pela Constituição Federal de 1988.

No âmbito da esfera estatal, há também esforços que buscam atuar nas causas, atualmente repletas de adversidades, devido às contradições criadas pelo capitalismo, como o desdém do Estado e da classe dominante para com os setores não equitativamente incluídos no acesso e na distribuição de bens materiais e simbólicos de consumo dos cidadãos.

No próximo item, estaremos explicitando o Programa Habitar Brasil/HB e o Programa Habitar Brasil-HBB/BID, este executado no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira como cenário central que viabiliza apresentar o presente estudo.

2.2.2.2.1 Programa Habitar Brasil: uma tentativa pelo avesso.

Primeiramente vale destacar que o Programa Habitar Brasil, perpassa por dois momentos distintos, e assim se configura com dois programas, que em sua essência buscam o meu objetivo, o de proporcionar ao indivíduo social o acesso a moradia digna.

Assim, pensado inicialmente como um programa de caráter experimental, o Programa Habitar Brasil/HB concebido com o objetivo principal de apoiar os Municípios na construção de soluções para assentamentos urbanos precários de baixa renda, e o governo federal na elaboração das políticas pública urbana e habitacional. Ele cumpre hoje um papel relevante no apoio aos Municípios brasileiros no enfrentamento da questão urbana e habitacional. Este programa procura melhorar a condição de vida da população que reside em áreas degradadas, insalubres ou impróprias à moradia. São realizadas ações integradas de habitação, saneamento e apoio ao desenvolvimento comunitário. O Programa é realizado com recursos do Orçamento Geral da União em parceria com o município. Já o Programa Habitar Brasil-HBB/BID, é uma iniciativa do governo federal, com a cooperação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e do município, considerando que este último toma formas mais abrangentes no cenário habitacional⁸.

O Programa Habitar Brasil - HBB/BID cujo público alvo são famílias que recebem até 3 salários mínimos e moram em favelas de Regiões Metropolitanas,

⁸Ver site: www.pbh.gov.br

aglomerações urbanas ou capitais, executa obras de urbanização, pavimentação, ligações domiciliares de água, esgoto e luz, construção de casas, creches, centros esportivos e postos de saúde. Além disso, faz parte do Programa Habitar Brasil - HBB/BID a realização de trabalhos sociais com a comunidade - como educação sanitária e ambiental e a geração de emprego e renda -, que iniciam quando o contrato é assinado e se estendem por um ano após o término das obras. Vale destacar que 2003 para cá, foram contratados 50 novos projetos, beneficiando diretamente cerca de 65 mil famílias. Ao todo, o governo Lula já destinou R\$ 454 milhões para o Programa Habitar Brasil - HBB/BID, quantia seis vezes superior aos R\$ 50 milhões empenhados de 1999 a 2002, três primeiros anos do programa. Todo investimento do Programa Habitar Brasil - HBB/BID é repassado a fundo perdido para as prefeituras, que entram com uma contrapartida que vai de 5% até 20% do valor investido pelo Ministério das Cidades ⁹. No que se refere ao Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, o Programa desenvolvida é o Programa Habitar Brasil - HBB/BID, que operacionaliza dois sub-programas ¹⁰: a) Subprograma Desenvolvimento Institucional de Municípios/DI: objetiva a criação, ampliação ou modernização da capacidade institucional dos Municípios para atuar na melhoria das condições habitacionais das famílias de baixa renda, e ainda, visa propiciar condições para a ampliação da oferta de habitações de baixo custo e implantar estratégias de controle da ocupação irregular de áreas públicas e reservas ambientais. b) Subprograma Urbanização de Assentamentos Subnormais/UAS: objetiva a implantação, de forma coordenada, de projetos integrados de urbanização de assentamentos subnormais, que compreendam a regularização fundiária e a implantação de infra-estrutura

⁹ Fonte: www.cidades.gov.br

¹⁰ Fonte: Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira - Prefeitura Municipal de Florianópolis: 2003.

urbana e de recuperação ambiental nessas áreas, assegurando a efetiva mobilização e participação da comunidade na concepção e implantação dos projetos.

Face às possibilidades de participação, verifica-se por parte dos moradores um descontentamento em relação a sua qualidade de vida que o acesso à casa própria não supera.

Em resposta, há, na sociedade civil, estratégias de luta social para a conquista e consolidação da qualidade de vida na área habitacional e suas interfaces. Referimo-nos a intensificação da participação popular expressada através dos Movimentos Populares Urbanos, as quais, buscaremos visibilizar através de algumas das suas ações.

2.2.3 A mobilização social na luta pelo Direito à Moradia e qualidade de vida.

A realidade contraditoriamente construída é, enfim, o palco por excelência onde atuam os sujeitos novos e velhos das lutas sociais contemporâneas, os quais, unidos, buscam e lutam por seus direitos violados pela hierarquia da sociedade de classes.

Corroborando com Jacobi, (1993, p. 15):

Os indivíduos organizados, a partir de estratégias diferenciadas, mas com objetivos, se não idênticos, semelhantes, representam a visibilidade das práticas reivindicativas dos excluídos e das formas de dominação que lentamente vêm sendo questionadas pelos habitantes da periferia urbana.

O enfrentamento histórico de poderes políticos e do capital fez com que a vida associativa dos indivíduos se deslocasse para as comunidades e seus interesses localizados. O trabalho comunitário escapou aos controles do capital e assim conseguiu expandir-se.

A emergência dos Movimentos Sociais altera suas formas de mobilização social por temas mais abrangentes e assume lutas por reivindicações que os levam a fortalecer

processos de luta por segmentos sociais (gênero, terra, saúde, urbano, étnicos, etc). Lutam por projetos emancipatórios e querem ser reconhecidos como sujeitos políticos com autonomia em relação ao Estado.

Na década de 80, os Movimentos Sociais perdem as suas forças unitárias por reivindicações isoladas, e iniciam um processo na luta para formas agregadas. Nesse período, os Movimentos Sociais, de um modo geral, passaram a estruturar-se em grandes blocos.

Segundo Kleinschmidt (1984, p.33):

Começa assim uma nova etapa de crescimento, fortalecimento e ampliação do movimento popular. Com as experiências adquiridas, os movimentos populares vão se tornando autônomos e independentes, o povo vai desenvolver o seu espírito crítico e a consciência da realidade.

O Movimento Popular é considerado um mecanismo importante para a efetivação dos Direitos Humanos, e atualmente assume um protagonismo cada vez mais intenso na sociedade capitalista contemporânea em face da crise da democracia representativa. Hoje, eles representam a presença dos excluídos na luta incansável pela sua existência. Visto que cada vez mais aumenta a miséria, a falta de oportunidade, a violência e a desesperança de ter uma vida melhor. Portanto, cabe à sociedade carente lutar na busca da efetivação das políticas públicas.

O Movimento Social pode ser conceituado como "uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade". (AMMANN, 1991, p.22)

Segundo Kleinschmidt (1984, p.35), os Movimentos Sociais Urbanos:

[...] são considerados produtos das "forças de oposição emergentes", de caráter não-institucionalizado e originaram-se a partir de movimentos reivindicatórios, voltados para problemas locais e pela própria necessidade de garantir a subsistência.

O Movimento Social Urbano no processo de desenvolvimento das suas ações interventivas na Política Urbana Nacional tinha como proposta fundamental a realização do processo de produção da casa, sendo controlado pelos (as) moradores (as) organizados, e caberia ao Governo apenas garantir os recursos e a terra. Considerando Rodrigues (1997) e Ribeiro (1985), essa seria uma proposta autogestionária, ou seja, de autoconstrução da moradia, processo que se define como a construção das casas pelos próprios indivíduos organizados em mutirões.

Concordando com Bonduki (2000), logo se verificou que as coisas não aconteceriam dessa maneira. A proposta de autogestão dos (as) moradores (as) não foi aceita pelo poder público, que não quis se desfazer do papel tradicional de gerir projetos habitacionais não tendo, assim, a intenção de repassar esse poder às organizações populares. Para o Estado, a participação dos (as) moradores (as) era restrita em trabalhar em mutirão e só.

Ainda segundo Bonduki (2000), as ações defensivas contra a luta dos (as) moradores (as) organizados em serem os próprios gestores de suas habitações eram fortemente aplicadas. A COHAB busca limitar ao máximo o poder dos usuários, colocando obstáculos às propostas mais autogestionária dos movimentos, procurando tratá-los simplesmente como uma clientela de programas definidos por ela própria.

Um momento de extrema importância dos Movimentos Urbanos foi após 1984, quando se realiza a articulação entre os Movimentos Sociais Urbanos na luta por seus direitos habitacionais. Os integrantes dos movimentos uniram-se a fim de trocar experiências e dessa maneira fortalecem o seu poder de reivindicações e negociação frente ao poder público. Idéia reforçada por Bonduk (2000), afirmando que esse foi um momento

de crescimento político no qual eles passaram a ver que as propostas, as lutas e os problemas que enfrentavam eram semelhantes. Daí para a percepção de que juntos seriam mais fortes foi um passo.

Nesse contexto, organizaram-se encontros dos movimentos de moradia, como por exemplo, o I Encontro dos Movimentos por Moradia em 1984 e os outros que se realizaram após. Esses encontros resultaram em momentos e ações de extrema importância, nos quais foram se especializando, amadurecendo e, assim, suas lutas se tornavam mais significativas. Perceberam que poderiam exigir mais, e que tinham meios para alcançar seu objetivo principal, uma melhor qualidade de vida na área habitacional.

Como expressão dessa união de interesses e forças dos Movimentos Sociais Urbanos e como resultado dos encontros dos movimentos, se organizou o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU), formado por movimentos de moradia, Organizações não governamentais e intelectuais vinculados à temática urbana.

Considerando o FNRU um importante instrumento de luta e de afirmação da união dos Movimentos Sociais Urbanos, segundo Silva, (2002, p. 150):

O Fórum Nacional da Reforma Urbana possibilita às diferentes organizações a troca de experiências e socialização de informações. É o momento de todos os integrantes dos movimentos sociais urbanos, se encontrarem e discutirem as necessidades atuais, as metas, objetivos e as estratégias para seguir na sua luta pela moradia digna.

Considera-se que após um difícil e vagaroso processo de lutas sociais pela reforma urbana no País e ainda uma espera incansável pela tramitação das leis específicas na área habitacional que durou mais de dez anos, o Congresso Nacional incluiu um capítulo específico para a política urbana na Constituição Federal de 1988. Prevê uma série de instrumentos para a garantia, no âmbito de cada Município, do direito à cidade, da defesa da função social da cidade, da propriedade e da democratização da gestão urbana (artigos

182 e 183). Evidencia-se dessa maneira que esse foi um acontecimento de real importância no que se refere à consolidação da luta social pela constitucionalização do Direito à Moradia.

Desse modo Silva (2002), aponta que o espaço aberto na Constituição Federal de 1988 para a Política Urbana, a qual trazia como novidade a orientação para que as cidades cumprissem sua função social e promovessem o bem-estar de seus habitantes, em uma referência à necessidade de diminuir as desigualdades presentes no espaço urbano.

E ainda, concordando com Silva (2002), no período após a consolidação do capítulo específico à questão urbana na Constituição Federal de 1988, o FNRU prestou assessoria às organizações sociais locais no seu processo de interlocução junto ao poder público para a elaboração das Leis Orgânicas Municipais. Estas que se caracterizaram como a 'constituição da cidade'.

Segundo Ribeiro, (*apud* SILVA, 2002, p.148):

[...] as reformas no arcabouço jurídico dos municípios, realizadas após a Constituição Federal, foram fortemente influenciadas pela busca de um novo modelo de política e gestão da cidade, democrática, universalista e redistributiva dos benefícios e custos da urbanização. Em suma, o modelo de política urbana profundamente comprometida com os ideais da democracia, equidade e justiça social [...]

Consolida-se assim a edição da Lei Orgânica Municipal como uma lei voltada a instrumentalizar e capacitar os Municípios no desenvolvimento de seu papel constitucional de principal executor da política de desenvolvimento urbano.

Outro momento fundamental para as lutas sociais foi a recente aprovação pelo Congresso Nacional, após mais de dez anos de tramitação, da Lei nº 10.257 conhecida como Estatuto da Cidade, que se encontra em vigor desde o dia 10 de outubro de 2001,

regulamentando os instrumentos de política urbana que devem ser aplicados pela União, Estados e especialmente pelos Municípios.

Segundo o Estatuto da Cidade (2002), cabe a ele traçar diretrizes, regras básicas, e delegar uma série de atribuições aos Municípios, através da elaboração e votação de um plano diretor local de ações de intervenção na área urbana de cada Município em específico. Evidencia-se que esse plano diretor se caracteriza como um planejamento para a ação pública, que segue influenciado também pela participação da sociedade a fim de buscar a melhoria do desempenho e a valorização da capacidade técnica-administrativa das prefeituras. Os Municípios que ainda não aprovaram seu plano diretor deverão fazê-lo, sendo que a aplicação dessa lei que orienta os Municípios nas ações referentes ao direito à cidade e a qualidade de vida dos indivíduos sociais deverá ser aplicada em nível nacional até o final de 2006.

A aprovação do Estatuto da Cidade pode ser considerada uma vitória atual dos Movimentos Populares. Essa luta foi conduzida a partir da ativa participação de entidades civis e de Movimentos Sociais em defesa do direito à cidade e à moradia e, de lutas cotidianas por melhores serviços públicos e oportunidades de vida digna.

A criação do Ministério das Cidades, criado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 1º de janeiro de 2003, contempla uma antiga reivindicação dos Movimentos Sociais na luta pela reforma urbana. O Ministério trabalha de forma articulada e solidária com os estados e Municípios, além dos Movimentos Sociais, organizações não governamentais, setores privados e demais segmentos da sociedade ¹¹.

Em concordância com o Ministério das Cidades e devido à realização da I Conferência das Cidades, em 2003, e a institucionalização do Conselho das Cidades, em

¹¹ Cf. Nota 07 desta monografia

2004, expressam o reconhecimento por parte do governo federal da questão urbana como uma questão nacional a ser enfrentada por macro políticas públicas.¹²

A primeira Conferência Nacional das Cidades tinha por objetivo propor alterações na natureza e atribuições do Conselho das Cidades, opinar sobre sua estrutura e composição, indicar os membros titulares e suplentes, bem como sugerir a formação de comitês técnicos e sua composição. Na perspectiva dessa agenda, a implantação e o funcionamento do Conselho das Cidades criou-se uma nova dinâmica para a gestão das políticas urbanas, com a participação do poder público e dos Movimentos Populares, organizações não-governamentais, segmentos profissionais e empresariais,¹³ fortalecendo, dessa maneira, a noção de participação da sociedade na luta pelo direito à cidade e à moradia através das decisões institucionais a serem estabelecidas.

Percebe-se que, com o passar dos anos, se desenvolveu a consciência crítica das pessoas e de seus processos políticos-organizativos perante a sociedade e a estrutura organizacional responsável por construir e assegurar os direitos sociais.

Assim como relata Ribeiro (2005, p. 68):

Entendemos que a vida cotidiana é o *lôcus* privilegiado onde a sociedade adquire concretude, se materializa, onde redefine o lugar onde acontecem as mudanças. É no cotidiano que vemos materializados as dimensões de exploração e dominação. E é também exatamente onde estão colocadas as relações de poder e dominação que se explicita a possibilidade de questioná-la, alterá-las.

E ainda, segundo Ribeiro (2005), compreendemos que Movimentos Sociais se caracterizam por ações coletivas (práticas sócio-político-culturais), com diferentes significados e objetivos desenvolvidos "por sujeitos coletivos cuja sua especialidade é de

¹² Cf. nota 07 desta monografia

¹³ Fonte: www.fase.org.br

reivindicarem exatamente sua diferença e o direito de proclamá-la como base de sua própria constituição" (PAOLI 1995, apud RIBEIRO, 2005, p.68).

Mais recentemente, os moradores do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, do Bairro Saco Grande II, demonstraram mais uma vez que o alcance de direitos sociais através da luta social constitui-se em um processo político permanente.

Assim, ao participarmos do ato reivindicatório junto a Prefeitura Municipal de Florianópolis - gabinete do Prefeito - dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, na busca de melhoria da qualidade de vida, foi mais uma oportunidade para refletirmos sobre a contradição que é vivermos as consequências de um extraordinário avanço científico e tecnológico, e ao mesmo tempo, enfrentarmos problemas sociais que deterioram a nossa qualidade de vida pessoal e coletiva.

A humanidade teve de se adaptar a novas formas de sociabilidade diante dos conflitos sociais, políticos e econômicos trazidos da expansão do capitalismo ambicioso, até hoje vigente. Esse fato se agrava ainda mais devido à inibição da esfera pública, sobre a busca de soluções da pobreza, desigualdades sociais, exclusão social que é cada vez mais percebida no momento atual.

O mundo atual gira em torno do lucro, da concentração de riqueza, peças-chaves do capitalismo. A cada dia, a cada mês, a esfera governamental busca reduzir o déficit público e controlar a inflação através do corte de gastos públicos, extinção de órgãos públicos, descaracterização da responsabilidade do serviço público através do repasse a outros setores públicos da sociedade (Ongs, Terceiro Setor, Sociedade Civil), a implementação do arrocho salarial, entre outros. Como mesmo relata Iamamoto, (2004, p.24):

Vive-se hoje uma sociedade de mercado e os critérios de racionalidade do mercado invadem diferentes esferas da vida social. Uma lógica pragmática e produtivista exige a competitividade, a rentabilidade, a eficácia e eficiência em critérios para referenciar as análises sobre a vida em sociedade. Forja-se assim uma *mentalidade utilitária*, que reforça o individualismo, onde cada um é chamado a "se virar" no mercado.

Contudo mesmo de maneira paliativa, emergencial e com rara eficácia dos programas sociais ações estão sendo desenvolvidas. São ações que resultam de um processo de mobilização social na busca da garantia dos direitos sociais prescritos na Constituição Federal de 1988.

Neste contexto, cabe ao homem coletivamente organizado, diante de suas necessidades, buscar formas de garantir seus Direitos Humanos e sociais e assim viver numa

sociedade desigual como a que vivemos atualmente. E por assim dizer, é de nosso conhecimento que as lutas sociais se apresentam com um papel importante na história social, e são marcadas por claras atitudes de inconformismo diante da ordem imposta, que perpassam até os dias atuais com olhos voltados a um futuro mais digno e socialmente justo.

Este mecanismo social de luta por qualidade de vida fora percebido e acompanhado no dia 12 de abril de 2005. Nessa oportunidade



Figura 01: Manifestação dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira e do Bairro Saco Grande II.

Fonte: Taise Gabriel Salvaro

Data: 12 de abril de 2005



Figura 02 - Reunião executada com o prefeito, secretários e representantes da comunidade do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira e do Bairro Saco Grande II.

Fonte: Taise Gabriel Salvaro

Data: 12 de abril de 2005

foi possível acompanhar o ato reivindicatório dos representantes dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira e da diretoria do Conselho dos (as) Moradores (as) do Saco Grande II (COMOSG), frente ao desrespeito do órgão público local na garantia da qualidade de vida dos (as) moradores (as) do Conjunto e do bairro em geral. Às quatorze horas desse dia, reuniram-se trinta moradores do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, no hall de entrada da Prefeitura Municipal de Florianópolis, a fim de realizar uma reunião com o senhor prefeito em vigência, Dário Berguer, para discutir e apresentar as condições atuais do COMOSG e do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira.

O assessor político do prefeito Dário Berguer repassou a informação de que deveríamos formar uma comissão de cinco integrantes presentes na mobilização para a reunião com o Prefeito e com alguns Secretários Municipais (educação, obras, transporte, habitação e saúde). Deste modo, a comissão se formou com uma representante da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira (AMVIC), uma Agente de Saúde do bairro, uma moradora, o presidente e o vice-presidente do COMOSG e ex-estagiária do 'Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social', executado até o início do ano no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira.

Vale salientar que entre os 30 integrantes do ato, 27 eram moradores do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira. A fim de justificar o expressivo número de moradores do Conjunto Habitacional na manifestação, deve-se considerar o fato de que, a maioria, dos usuários



Figura 03 - Manifestação dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira e do Bairro do Saco Grande II.
Fonte: Taise Gabriel Salvaro
Data: 12 de abril de 2005

dos serviços oferecidos pelo COMOSG é, em grande parte, moradores do referido Conjunto Habitacional.

Os integrantes do ato traziam em suas mãos cartazes com frases que expressavam suas reivindicações como: "Onde está o prefeito que ia liderar com a comunidade?", "Queremos saber da prefeitura qual é a sua responsabilidade diante da construção de um shopping em uma área comunitária", "Estamos escondidos atrás da SC401, somos lembrados somente em época de campanha", "Estamos há sete anos reivindicando uma praça de lazer e esportes, será que não temos direito?", "O conselho do Saco Grande já está cansado de reivindicar seus direitos", "Os (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira foram abandonados", "Queremos a Assistente Social de volta", "Precisamos da manutenção do sistema de esgoto", "E a melhora no sistema integrado de transporte, esqueceu?", "A ponte da rua José Candido Amorim pede socorro, vamos nadando?", "A rua principal do bairro precisa de pavimentação".

Outra reivindicação foi a suspensão da ordem da Vigilância Sanitária de cancelamento das atividades do Projeto Renascer¹⁴ executado no COMOSG. Com o fechamento das atividades do COMOSG, paralizaram-se as demais atividades desenvolvidas no espaço físico do prédio como: o Projeto Agente Jovem da Prefeitura¹⁵ e do Grupo de Mães do bairro.

¹⁴ O Projeto Renascer atende cerca de 150 crianças na faixa etária de sete a quatorze anos no período que não se encontram na escola, iniciado em fevereiro do ano passado. Esse projeto disponibiliza almoço, e café da tarde para as crianças e ainda realizam atividades de reforço escolar e atividades interativas, como palestras educativas entre outras. Fonte: Ofício nº. 672/COMOSG/2005

¹⁵ O Projeto Agente Jovem é realizado com jovens entre 15 e 17 anos, pertencentes a famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo, ser egresso de programas sociais; estar ou ter estado sob medida sócio-educativa e/ou protetiva; ser egresso de programas de combate à exploração sexual. O projeto é uma ação da assistência social que, pautado na Emenda Constitucional nº. 20, buscou definir uma proposta de ocupação destinada a jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, que não configure trabalho, mas que possibilite, de fato, experiências práticas que os preparem para futura inserção no mundo do trabalho e permanência no sistema educacional. O jovem passa por uma capacitação teórico-prática em temas de saúde,

No documento entregue ao Prefeito, estava também expressa a reivindicação de contratação de um profissional de Serviço Social para retomar as atividades do 'Projeto de Participação Comunitária Desenvolvimento Social' do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira'; a execução da manutenção das áreas de infra-estrutura coletivas do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira; abertura do Centro Comunitário do Conjunto para a utilização do espaço pelos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional; questionamento sobre o processo de implementação do Centro de Referências de Assistência Social (CRASS) no prédio do Centro de Capacitação Profissional localizado na área do Conjunto; execução por parte do setor de obras da Prefeitura, da manutenção do sistema de drenagem, esgoto e pavimentação da Rodovia Virgílio Várzea; implementação das atividades do programa de Educação de Jovens e Adultos no espaço do COMOSG; retomada da execução dos Cursos de Capacitação Profissional no prédio do Centro de Capacitação Profissional localizado junto ao Conjunto Habitacional e limpeza da caixa d' água e do sistema de esgoto do Conjunto Habitacional. Salientamos que estes itens estão presentes no ofício¹⁶ entregue o Prefeito constituindo a pauta da referida reunião.

Colocadas as reivindicações pelo presidente do COMOSG, Sr. Hudson Queiroz, e com pronunciamentos dos membros da comissão de moradores, o Prefeito levantou críticas a respeito do Projeto Habitacional implementado pela gestão municipal anterior, através de expressões como "*projeto mau abrigo*" ao invés de Bom Abrigo. Mostrou sua posição em relação à necessidade do trabalho de um profissional de Serviço Social para o Conjunto habitacional Vila Cachoeira ao afirmar: "[...] eles devem andar com

cidadania e meio-ambiente, e exerce atividades práticas em sua comunidade como parte de sua formação humana e social. Fonte: www.caixa.gov.br.

¹⁶ Ver anexo B.

suas próprias pernas. Já tem tudo, escola, creche, casa, e agora eles devem se manter como os demais indivíduos sociais”.

Por fim, o Prefeito e as demais autoridades presentes se dispuseram a intervir e tomar posições a respeito dos demais problemas apresentados. Em face da urgência na solução das questões a fala do Prefeito foi: - “[...] estou no início de meu mandato. Vocês não esperam que eu resolva estes problemas apontados instantaneamente”.

Ficou evidente a necessidade da articulação permanente dos processos políticos organizativos da sociedade civil local para que conquistem avanços previstos no artigo 15 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que diz nos seus incisos III, IV, V: “compete ao Município, executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil; atender às ações assistenciais de caráter de emergência; prestar os serviços assistenciais de que trata o artigo 23 desta Lei”.

Sugerimos que os moradores e seus representantes se articulem com o Fórum da Cidade e outras formas de organização cidadã para que articulem suas reivindicações locais com a ajuda das demais lutas sociais existentes por qualidade de vida na cidade e pela garantia dos Direitos Humanos e sociais.

No decorrer deste item 2 realizamos um resgate histórico sobre a construção e fundamentação dos direitos sociais na sociedade atual. Elencamos as causas para a sua formulação e os entraves do acesso e de sua garantia aos indivíduos sociais. Entretanto salientamos conquistas da esfera estatal e da sociedade civil através de ações e implementação de projetos sociais que visem o acesso, distribuição e garantia dos direitos sociais como premissa básica para a qualidade de vida do cidadão.

O direito à moradia apresenta-se como direito social prescrito no artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Focalizamos neste trabalho não somente a moradia como um

direito social, mas sim como o direito a ter uma moradia digna, que oportunize ao cidadão não só um lugar para morar, mas sim um local que disponibilize o acesso aos demais direitos sociais, como a saúde, educação, trabalho, saneamento básico e ente outros. Para que assim se promulgue na realidade atual uma condição de vida digna ao cidadão.

Neste contexto buscou-se, com esta breve reflexão, compreender a importância da garantia dos direitos sociais ao cidadão. Para que posteriormente neste estudo, possamos interferir e refletir a realidade dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira na busca de identificar a efetividade da Política Habitacional no que se refere a garantia dos direitos sociais ao indivíduo.

Convidamos, no próximo item, para o processo de aproximação com a realidade dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, face a execução da Política Habitacional do Município de Florianópolis. A fim de iniciar a reflexão sobre a avaliação da intervenção na questão urbana municipal, da esfera pública e da sociedade civil, através da análise dos dados obtidos com a pesquisa desenvolvida com uma amostra de 20% dos habitantes do referido conjunto habitacional, considerando o total de 205 habitações.

3 - QUESTÕES LOCAIS DE HABITAÇÃO POPULAR: O OLHAR DOS (AS) MORADORES (AS) JUSTIFICANDO AS POSSIBILIDADES E LIMITES DA CONQUISTA DO DIREITO À MORADIA

3.1 O Conjunto Habitacional Vila Cachoeira como expressão da Política Habitacional Municipal no período de 1997 a 2004.

A cidade de Florianópolis vem se deparando com um processo reflexivo das más condições da ocupação habitacional, vivendo em habitações precárias, carentes de infra-estrutura urbana e equipamentos sociais. Com uma população superior a 340.000 habitantes, o déficit habitacional no Município atinge uma estimativa de 10.000 habitações para classes populares e de baixa renda,¹⁷ deixando altamente comprometidos os necessários avanços para a afirmação dos direitos sociais.

Diante desse complexo contexto local/nacional, a temática dos Direitos Humanos conquistou relevância no processo de construção da formação em Serviço Social por nós vivenciado. Assim, o Conjunto Habitacional Vila Cachoeira constitui-se em um espaço privilegiado para a formulação do presente Trabalho de Conclusão de Curso. A singularidade desta vivência de aprendizagem não impediu conhecer as questões mais amplas que envolvem a luta pela conquista e consolidação dos Direitos Humanos e sociais em sua interface com o acesso à moradia.

¹⁷ Cf. Nota 03 desta monografia.

De forma condensada, passaremos a apresentar alguns elementos que demarcam a existência na cidade do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira.

a) Breve história:

É com os ocupantes de uma das vias de acesso da cidade de Florianópolis denominada Via Expressa - BR 282, que imigrantes e moradores locais acomodam-se em pequenos abrigos com uma condição de vida no local muito precária, agravado com a chegada de mais moradores e com a ausência de políticas públicas.

A persistência dos moradores na luta pela moradia faz com que o processo da remoção dos ocupantes daquela área fosse inevitável pela absoluta ilegalidade dessa forma de ocupação e, muito mais, pelo risco de vida que era morar às margens de uma rodovia.

Segundo Korc (1997), ações para a remoção foram executadas tais como a organização de um local para assentar as 467 famílias que residiam na área considerada de interesse social até o término das obras de construção das unidades habitacionais. Esses abrigos se resumiam em barracos de lona, discordando da premissa de que esses locais estariam equipados com o mínimo de infra-estrutura para uma vivência digna. Como evidencia Korc (1997, p.139):

[...] os abrigos provisórios apresentavam inúmeros problemas como: a falta de água, freqüente queda de energia elétrica, alagamentos de alguns alojamentos, rachadura de paredes, entre outros. Gerando, além de uma má qualidade de vida naquele local, uma revolta dos (as) moradores (as) que permaneciam nos alojamentos.

Segundo Dantas (2004), considerando a preocupação com as manifestações e reivindicações dos (as) moradores (as) frente à Divisão de Ação Comunitária da Prefeitura

Municipal de Florianópolis, baseada na Proposta de Operacionalização,¹⁸ a Prefeitura Municipal de Florianópolis assumiu o processo de reassentamento dos moradores dessa área.

Todo esse processo teve início a partir de junho de 1992, com a realização de cadastramento e reuniões com as famílias e com os órgãos envolvidos na remoção. Cada morador removido comprometeu-se a pagar 12% do salário mínimo em 20 anos pela casa, e ainda, tinha direito de indenização sobre a área construída, dinheiro este que seria ressarcido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. E ainda, a parte jurídica e burocrática seria resolvida através da assinatura do Contrato de Promessa de Compra e Venda de Imóvel Popular Urbano¹⁹. Acordo este firmado entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis, com a interveniência do FMIS, pessoa jurídica de direito público de um lado e o adquirente do outro. Nesse documento, decorriam, em suas cláusulas, itens referentes ao pagamento ou inadimplência do mutuário, de rescisão de contrato, prazo de carência, transferência de imóvel, entre outros²⁰.

Muitas foram às expressões de descontentamento dos (as) moradores (as), expressas pelas inúmeras dificuldades apontadas pelos indivíduos, devido a sua nova localização, como por exemplo, a distância do local de emprego que somaria mais gastos com transporte. Outro fator que contribuiu para o



Figura 04: Processo de remanejamento dos (as) moradores (as) da marginal - Via Expressa-282.

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis.
Data: 1999

¹⁸ Ver anexo C.

¹⁹ Ver anexo D.

²⁰ Cf. Nota 03 desta monografia.

descontentamento foi a situação escolar dos filhos dessas famílias.

O referido Conjunto Habitacional Vila Cachoeira foi planejado pela Prefeitura e localiza-se no Bairro Saco Grande II na Rodovia Virgílio Várzea, a uma distância de 15 Km do centro da cidade, ocupando uma área de 54.323,86 Km².

b) O reassentamento:

Realizado no período de 1998 a 2000, período que se concluíram as obras de construção das 205 coabitações, divididas em seis quadras. (A, B, C, D, E e F).

O 'novo lugar', o Bairro Saco Grande II, encontrava-se na época entre as 46 áreas de interesse social, identificadas pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) ²¹.

A situação do bairro se mostrava um exemplo de ocupação desordenada na encosta dos morros e formação de núcleos populacionais próximos às cachoeiras existentes no local.

A distribuição das habitações foi feita da seguinte maneira: 40 casas foram destinadas aos (as) moradores (as) do bairro que tiveram suas casas embargadas pela Defesa Civil, isso através do pedido feito pelo COMOSG, o restante dos imóveis foram



Figura 05: Processo de construção do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira.

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Data: 25/05/1996

²¹ Fonte: "Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira" - Prefeitura Municipal de Florianópolis: 2003.

direcionados aos (as) moradores (as) remanejados da faixa de domínio BR 282, conhecida como Via Expressa.

c) O 'novo lugar':

No 'novo lugar' conta com a seguinte infra-estrutura: tratamento de esgoto, sistema de abastecimento de água e energia elétrica, ruas pavimentadas, quadra de esporte e coleta de lixo executada pela COMCAP (três vezes por semana).

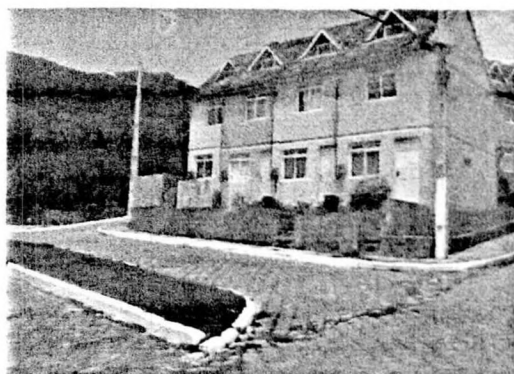


Figura 06: Fachada externa da habitação popular do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira.

Fonte: Taise Gabriel Salvaro

Data: 20 de outubro de 2004

No interior da área do Conjunto existe

uma creche pública que atende as crianças do Conjunto e do bairro; o Centro Comunitário que é utilizado pelos (as) moradores (as) como local de reuniões da AMVIC, palestras educativas e ainda para realização de festa alusivas e particulares, e ainda conta com um Centro de Capacitação Profissional, que consiste em um local apropriado para a realização dos cursos, com duas salas de aula, uma cozinha industrial completa e um escritório.

A creche pública atende um número elevado de alunos, porém não atende toda a demanda do Conjunto Habitacional. Salientamos neste contexto que a creche atende também as crianças do Bairro Saco Grande II. Acarretando assim, a redução de vagas disponíveis.

O imóvel em específico é dividido em dois quartos e um sótão nos andares superiores e, no térreo é preenchido com sala, cozinha e banheiro e algumas das habitações contam com o porão. Totalizando em 48m² de área construída, que muitas vezes é habitado por uma família composta por muitos componentes. Cabe ainda destacar, que o espaço

externo é insuficiente, limitando o morador na sua área de lazer e a possibilidade de modificação para o aumento do seu imóvel.

Nas proximidades do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira localiza-se a Escola Municipal Donícia Maria da Costa, que atende crianças em idade escolar, o Posto de Saúde localizado a 500 metros que executa o Programa Saúde da Família com o desenvolvimento do trabalho de dois agentes de saúde com as famílias residentes no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira.

O posto de saúde do Bairro Saco Grande II, conta com uma ótima estrutura física, porém conta com limitações ocasionadas pela não efetividade da política pública de saúde, gerando consequências sofridas pelos indivíduos sociais quando recorrem aos seus serviços.

Os (as) moradores (as) contam ainda com os projetos realizados no COMOSG, como fora citado no item 2.2.3 no presente trabalho. O COMOSG tem um papel importante na área social tanto no bairro como no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, considerando a grande demanda de usuários de seus serviços serem moradores do Conjunto Habitacional, pois ele é um espaço de reivindicações e organização dos (as) moradores (as) que atualmente mais se aproxima dos moradores da vila.

As possibilidades de conquistarem avanços no coletivo são limitadas, pois, os moradores também reproduzem formas de ser individualistas, consumistas e sofrem com a crescente marginalização de jovens e adultos, o incremento do uso e tráfico de drogas, o alcoolismo entre homens e mulheres, a deteriorização nas relações familiares e a violência de toda ordem. A origem e a procedência das famílias bastante diversificadas esclarece a falta de identidade cultural e a dificuldade de participação e integração comunitária. Esses

fatores acentuam os problemas de adaptação e utilização adequada do novo ambiente e também nas novas relações sociais que deveriam ser estabelecidas.²²

Nesse contexto, é operacionalizado o 'Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social' do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira. Considerado um trabalho social, que será descrito no item posterior, tendo o papel de monitorar e apoiar os (as) moradores (as) na busca de uma vida digna, assim como prevê o próprio Programa Habitar Brasil-HBB/BID.

3.2 Intervenção do Serviço Social: possibilidades na materialização de direitos sociais na questão habitacional.

É na realidade do empobrecimento onde o assistente social conhece possibilidades para exercer suas competências teórico-operativas e ético-políticas para construir direitos sociais através de ações de sensibilização, conscientização e efetivação de políticas públicas.

No caso específico da Política Habitacional, o profissional de Serviço Social deve buscar maneiras de efetivar o direito à moradia digna, que disponibiliza não somente o espaço físico do imóvel, como também o acesso e a efetivação dos demais direitos sociais.

As demandas colocadas pelos moradores da Vila Cachoeira eram problematizadas no 'Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social'.

²² Fonte: Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira - Prefeitura Municipal de Florianópolis: 2003.

Vale destacar que o desenvolvimento do trabalho social em Conjuntos Habitacionais financiados pelo Programa Habitar Brasil-HBB/BID deveria ser executado durante um ano após o término das obras. Percebe-se que o referido projeto social de estendeu durante quatro anos após a finalização das obras. Entretanto na Vila Cachoeira, os trabalhos se estenderam, de 1999 até fevereiro de 2005.

O 'Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social' desenvolveu atividades que auxiliaram na adaptação dos (as) moradores (as) à sua nova realidade. Nesse contexto os objetivos específicos do Projeto foram:

- Contribuir para a fundação, organização e fortalecimento da AMVIC, através do exercício contínuo de participação nas resoluções das demanda surgidas no decorrer do projeto;
- inserir a população desempregada e desqualificada profissionalmente em atividades de capacitação e geração de renda;
- promover a inserção de desempregados e subempregados em postos de trabalho através de grupos de produção associativos ou cooperativos e;
- sensibilizar a população beneficiária para a correta apropriação dos componentes de infra-estrutura social, sanitária e ambiental existentes na área²³.

O cotidiano do trabalho do Assistente Social era desenvolvido através do atendimento psicossocial (90 atendimentos mensais), acesso a benefícios como auxílio a cesta básica (em média de 06 cestas por mês), medicamentos (01 por mês), vale transporte (02 por mês), melhoria habitacional, acompanhamento escolar e demais encaminhamentos

²³ Ver manual de utilização do espaço de infra-estrutura do imóvel e do Conjunto em geral no anexo F.

necessários. Há de se considerar que em relação aos encaminhamentos como o auxílio a cesta básica, vale transporte e medicamentos havia limites para o atendimento à totalidade da demanda. A política de Assistência Social Pública do Município não conseguia concretizar o financiamento dessas demandas em sua totalidade.

O Projeto visava também estimular o exercício da cidadania através do fortalecimento da Mobilização e Organização Comunitária. Considerada, na linguagem do Projeto, como uma micro-ação, tinha como objetivo acompanhar o processo de formação e legitimidade da AMVIC e seu fortalecimento através do exercício contínuo da participação nas resoluções das demandas coletivas dos moradores.

Até 2003, a AMVIC se mostrava bem organizada e fortalecida, desenvolvendo ações e atividades que objetivavam o bem-estar dos (as) moradores (as) do local, como reuniões, movimentos de mobilização social, festas alusivas, entre outras. Porém, as ações desenvolvidas não são reconhecidas por parte dos moradores que, inclusive, ameaçam membros da Associação o que resultou no remanejamento dos (as) moradores (as) para outros locais, como o retorno de alguns para as cidades do interior. A AMVIC como uma forma de organização desse moradores (as) encontra-se atualmente fragilizada, sendo que o COMOSG tem apoiado e representado os interesses dos moradores.

Outra micro-ação que o 'Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social' realizou foi o projeto de Capacitação Profissional e Geração de Renda. O projeto teve como instituições



Figura 07- Foto do curso de capacitação de manicura/pedicura.
Fonte: Taise Gabriel Salvaro
Data: 25/07/2004

apoiadoras a Caixa Econômica Federal, a Prefeitura Municipal de Florianópolis com os

órgãos: Instituto de Geração de Oportunidades Florianopolitana (IGEOP), SMHTDS e a Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV).

Os cursos de capacitação realizados no Centro de Capacitação Profissional da Vila no ano de 2005 foram: eletricista, corte de cabelo, manicura/pedicura, culinária (doces e salgados para festa), jardinagem, bordado à máquina, bijuteria, artesanato e culinária (confeitaria). No total, foram abertas 116 vagas todas foram preenchidas e foram capacitados 96 alunos.



A terceira e última micro-ação presente no Projeto Social desenvolvido está relacionado com a preservação do meio-

Figura 08 – Foto curso de capacitação de artesanato.

Fonte: Taise Gabriel Salvaro

Data: 25/07/2004

ambiente e limpeza do conjunto habitacional. O projeto de Educação Sanitária e Ambiental tem por objetivo sensibilizar a população beneficiária, preparando-a para a correta apropriação, uso adequado e manutenção dos componentes de infra-estrutura social, sanitária e ambiental do local. Essa conscientização foi realizada através de reuniões, palestras, oficinas, organizadas pela estagiária de Engenharia Sanitária e Ambiental com a supervisão da assistente social.

Este projeto visava atender os problemas referentes a situações que envolvem o sistema de esgoto, do lixo na rua, proliferação de ratos, limpeza da caixa d' água central, higiene pessoal, entre outros.

Outras atividades desenvolvidas foram junto à comissão do meio ambiente adulta e a mirim e o monitoramento do Projeto Frentes Temporária de Trabalho²⁴.

Essas micro-ações desenvolvidas, através do 'Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social', tinham como objetivo a implementação da qualidade de vida dos (as) moradores (as) proporcionando o acesso a seus direitos sociais.

Avaliam-se como pouco significativos os resultados obtidos. A conjuntura pouco favorável à realização de uma política social inclusiva nas esferas da união, estados e Municípios dificultando ações profissionais que promovam projetos emancipatórios que visem a qualidade de vida dos indivíduos sociais.

Como assistentes sociais em formação, aprendemos que há desafios a serem enfrentados através da ação de implementação de políticas públicas a nível local/comunitário, comprometidas com ações coletivas e de organização social, em um trabalho intensivo e metodologicamente sustentado, sob pena de perpetuarem-se relações de dependência e paternalismo.

Cabe ao assistente social, o papel de criador, formulador e gestor de ações que visem à proteção social, a distribuição de políticas públicas e a garantia dos direitos sociais individuais e/ou coletivos.

A intervenção do Serviço Social seguindo a Lei nº 8.662/93 que regulamenta a intervenção profissional preconiza:

I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgão da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.

²⁴O projeto Frente Temporária de Trabalho, executado na gestão 1997 a 2004 da Prefeitura Municipal, consistia na contratação de cinco moradores para a realização de serviços de gari, recebendo um salário mínimo pelos serviços prestados. Tinha como objetivo proporcionar fonte de renda para os (as) moradores (as) e ainda manter as ruas da comunidade limpas. Vale salientar que ocorria a mudança dos integrantes do grupo a cada três meses.

II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com a participação da sociedade civil.

III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população;

VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

XI – realizar estudos sócio econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Percebe-se, assim, a real importância do trabalho do profissional de Serviço Social em comunidades carentes e habitacionais como o Conjunto Habitacional Vila Cachoeira. E mais importante ainda, é a sua participação ativa na esfera estatal para propor e exigir o financiamento para a execução de políticas públicas.

Essa luta pelo direito social pode ser considerada, atualmente, um longo caminho a ser seguido, pois esses novos tempos reafirmam que a acumulação de capital não é parceria da equidade, e não rimam com igualdade.

Corroborando com Iamamoto (1991), o desenvolvimento, nesta sociedade, de um lado, gerou uma enorme possibilidade de o homem ter acesso à natureza, à cultura, à ciência, enfim, desenvolver as forças produtivas do trabalho social; porém, de outro lado, faz crescer a distância entre acumulação de capital e a produção crescente da miséria, da pauperização que atinge a maioria da população nos vários países, inclusive naqueles considerados 'primeiro mundo'.

É possível atestar o crescimento da demanda por serviços sociais, aumento da seletividade no âmbito das políticas sociais, a diminuição dos recursos, dos salários, a imposição de critérios cada vez mais restritivos nas possibilidades da população ter acesso aos direitos sociais, materializados em serviços sociais públicos.

Atualmente mais do que nunca se percebe a real importância do desenvolvimento do trabalho social em áreas de interesse social, como por exemplo, no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira.

Portanto, muitos são os desafios para a operacionalização do trabalho do assistente social como operador de direitos sociais em suas relações com a esfera pública e privada.

Segundo Iamamoto (2004, p.27):

As atribuições do profissional, anterior ao processo de agudização dos problemas sociais como resultado do desenvolvimento da sociedade como um todo, estava limitada à implementação de políticas públicas, numa relação direta entre população e instituição. Atualmente, embora este perfil seja o predominante não é mais o exclusivo, a categoria trabalho do assistente social não está centralizado na implementação de políticas públicas, como técnico de uma instituição estatal.

Ainda segundo Iamamoto (2004), o processo de descentralização das políticas sociais públicas requer dos assistentes sociais novas funções e competências. Os assistentes sociais ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas à implementação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros à elaboração de planos de assistência social, acompanhamento e avaliação de programa e projetos.

A nova conjuntura social exige do assistente social uma maior preparação teórico-metodológica e técnico-operativa para a sua intervenção

Estamos sendo desafiados a reexaminar e aprimorar nossa contribuição político-profissional em face das inúmeras mudanças econômicas e ideológicas impostas pelo novo reordenamento do capitalismo em escala mundial. Cabe-nos, assim, perguntar quais as alternativas e caminhos para a organização e atuação nas entidades estatais, bem como no cotidiano social frente aos desafios profissionais surgidos no contexto da

sociedade civil na sua luta social organizada para assegurar e/ou ampliar direitos sociais e cidadãos.

O trabalho social desenvolvido no Projeto em tela sustentou-se na LOAS para um adequado enfrentamento da conquista do direito à moradia.

Relevando o alto grau de importância da LOAS para as atividades de cunho social e assistencial na sociedade, é fato que o sistema econômico e político atual, muitas vezes, contrapõem o que prescreve os artigos da Lei. Tornando difícil essa relação entre profissional capacitado para desenvolver estas atividades e o órgão responsável por garantir os direitos sociais e distribuir as políticas públicas para os setores empobrecidos da sociedade.

Devido ao descaso do Estado e as pressões econômicas e políticas do capitalismo, exige-se do profissional uma competência técnica de atuação na ordem social, se moldando, como já ressaltamos anteriormente, as novas tendências de mercado e a escassa política social disponibilizada pelas esferas públicas quase sempre, comprometendo os resultados esperados na direção de uma qualidade de vida com inclusão social.

O que fazer? Nessa realidade apresentada, ações de conformismo, muitas vezes, nos limitam. As constantes lutas na busca de recursos humanos e financeiros tomam conta do cotidiano profissional. Encontramos dificuldades de lidar com as tensões provocadas pelas maneiras de enfrentamento das expressões da questão social e ainda por vezes, entramos em conflito por defendermos opiniões divergentes no contexto de uma sociedade produtora e reprodutora de modos de ser fragmentados, competitivos e consumistas.

3.3 A pesquisa: questões norteadoras e os caminhos para a sua realização.

O interesse pela realização da pesquisa como o material embasador para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, que busca o conhecimento da qualidade de vida, o acesso aos direitos sociais em especial o direito à moradia dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, surgiu da experiência de estágio obrigatório desenvolvido no ano de 2004, no 'Projeto Participação Comunitária e Desenvolvimento Social executado no Conjunto Habitacional'.

Nesse período do fazer profissional, pudemos acompanhar a realidade vivida pelos (as) moradores (as), e, ainda, as carências na garantia e execução das políticas públicas no local, visto que as expressões da questão social, como a pobreza, a exclusão social, a deteriorização dos valores e da qualidade de vida estão presentes no referido universo como consequência do processo antigo e ainda vigente desenvolvimento tecnológico com exclusão social e domínio dos modos de ser corporativos da sociedade capitalista.

Outro aspecto de fundamental importância e que muito nos impulsionou para a execução desta pesquisa e que muito auxiliará no processo de avaliação da efetividade da Política Habitacional, da qualidade de vida e da consciência crítica e mobilizada dos (as) moradores (as), será a opinião direta dos (as) moradores (as). De como eles se sentem ao estarem incluídos em um programa de habitação popular, demonstrando dessa forma, seus medos, suas necessidades e suas opiniões sobre a sua realidade.

Nesse âmbito, vale salientar que a referida pesquisa tem como objetivo geral: identificar conquistas e garantias de direitos sociais no contexto das políticas públicas,

enfocando a questão habitacional no Município de Florianópolis, com foco no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira..

A mobilização e a consciência social dos (as) moradores (as) serão pesquisadas, a fim de percebermos como os moradores, e as pessoas que ali residem, expressam sua consciência sobre a importância de lutarem pela melhora em sua qualidade de vida, e se há a idéia de que atualmente a mobilização social bem organizada pode ser um espaço benéfico para o alcance de uma vida mais digna.

A cada ano que passa, ou até mesmo a cada semana, a sociedade e a sua realidade sofrem modificações. E sabemos, como citamos acima, que as políticas públicas, em específico a Política Habitacional, em geral muito deixa a desejar quando se fala na adaptação do mesmo à nova realidade existente. O primeiro passo, para que haja a mudança, é saber onde se deve mudar, e para isso deve-se saber onde se encontram as falhas; e nada mais evidente do que obter essa informação através da população que reside no local, que realmente convive com suas limitações objetivas e subjetivas que a sociedade capitalista impõe.

Para atingir o objetivo geral proposto no referido trabalho, fizemos uso, primeiramente, de uma bibliografia teórica em livros, trabalhos de conclusão de cursos, *sites* como o da Prefeitura Municipal de Florianópolis e do Ministério das Cidades, e também nas diretrizes do Programa Habitar Brasil-HBB/BID e do referido 'Projeto Social de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social' do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira.

Com esse material bibliográfico analisado, podemos realizar uma reflexão e obter um embasamento teórico, necessário para a elaboração tanto do questionário quanto da avaliação dos dados obtidos com a pesquisa.

Para a coleta de dados, a metodologia escolhida foi da aplicação de questionários, como citamos anteriormente, confeccionados a partir de indicadores sociais percebidos na comunidade. Desta maneira o referido questionário²⁵ é constituído de cinco categorias de análise: composição familiar, local de nascimento, relação com Políticas Públicas locais (escolaridade, trabalho, saúde, habitação, cultura e lazer, assistência social), vida associativa e demandas, sujeito coletivo.

Sendo o Conjunto Habitacional Vila Cachoeira constituído por 205 habitações, buscou-se uma amostra de 20% da quantidade geral de imóveis, o que resultou na aplicação de 41 questionários.

O questionário é dividido em questões abertas e fechadas, possibilitando o desenvolvimento de uma análise pelo método quantiquantitativa dos dados obtidos. Segundo Andrade (2002), a avaliação quantiquantitativa é aquela que trabalha com números e dados estatísticos, mas que não se esgotam neles, pois há necessidade de qualificá-los para uma aproximação inicial dos mesmos em face da necessidade sócio-humana que os produz e reproduz.

Buscou-se analisar, primeiramente, quais as famílias que seriam visitadas. A intenção era buscar indivíduos mais situados nos problemas do bairro, e que estivessem na comunidade há mais tempo. Desta maneira, buscou-se assessoria da Assistente Social que trabalhava no local, a fim de nos proporcionar uma amostra dirigida da pesquisa, fornecendo indicações de famílias para a aplicação dos questionários.

Nesse contexto, torna-se importante destacar que, no período que se foi a campo para a realização da pesquisa, não estava sendo desenvolvido o 'Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social', o qual foi interrompido pela gestão

²⁵ Ver anexo E.

atual da Prefeitura Municipal de Florianópolis(2005-2008). Ao voltarmos ao *locus* da pesquisa, o referido conjunto, percebemos que ausência de um profissional de Serviço Social, desenvolvendo suas ações interventivas através de um trabalho social no local, pode acarretar sérios problemas de organização social e de qualidade de vida aos (as) moradores (as). Esse fato foi relatado pelos próprios (as) moradores (as) no momento da aplicação dos questionários.

A primeira saída a campo ocorreu no dia 30 de abril. A princípio, fomos ao encontro da representante da AMVIC, a fim de lhe inteirar do trabalho que seria realizado no local, a qual se mostrou interessada e se pôs a disposição para o acompanhamento no período da realização da pesquisa, que se estendeu no período de 30 de abril a 6 de maio de 2005.

No decorrer da manhã do dia 30, aplicamos os questionários, e assim pudemos constatar a simpatia e cooperação dos (as) moradores (as) da comunidade. Talvez, essa aproximação com os (as) moradores (as) e a fácil possibilidade de conversa tenha sido facilitada devido ao período em que estivemos trabalhando na comunidade, assim, além de conhecer a maioria dos (as) moradores (as), tínhamos um fácil acesso às suas casas, e as conversas acabavam revelando de maneira mais confiante o que realmente os entrevistados pensavam e de que maneira se sentiam na realidade vivida.

Gestos de confiança e carinho foram demonstrados durante as visitas realizadas aos (as) moradores (as). As pessoas se mostravam felizes por nos verem novamente andando pela comunidade, e no decorrer das conversas perguntavam-nos se tínhamos voltado a trabalhar na vila. Ao ouvirem uma resposta negativa, percebia-se um sentimento de desapontamento. Atitudes como essas nos engrandecem e fazem perceber que durante o

tempo que estivemos trabalhando no universo daquelas pessoas, pudemos de alguma maneira, contribuir para a melhoria da qualidade de vida delas.

Desse modo, finalizamos a aplicação dos questionários da nossa pesquisa no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, acreditando que o pouco que pudemos fazer por aquelas pessoas, muito representou para elas, e isso nos engrandece como futuras profissionais de Serviço Social.

Concluimos que no decorrer do desenvolvimento da atividade de aplicação dos questionários, as questões ficaram claras o suficiente para que os (as) moradores (as) não encontrassem dificuldade em respondê-las. Apresentando, desse modo, que a linguagem utilizada para a construção das frases atingiu o grau de satisfação, mostrando as questões claras e objetivas, facilitando, dessa maneira, o desenvolvimento do processo de aplicação dos questionários e também a coleta final dos dados.

A seguir, apresentaremos uma primeira leitura/análise dos dados obtidos que possibilitam configurar o perfil dos (as) moradores (as), e ainda nos demonstra as falhas de implantação e operacionalização das políticas públicas setoriais, assim como da referida Política Habitacional.

3.4 A fala dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira: moradia digna e o conflito social.

Por fim, este item do trabalho expressará de maneira prática e objetiva a realidade que os (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional vivenciam, dessa forma, alcançando o objetivo expressado anteriormente, considerando a opinião dos (as) moradores (as) como instrumento importante para fundamentação dos dados obtidos.

Neste contexto, salientamos a importância da pesquisa em campo, momento no qual o pesquisador tem acesso direto ao objeto de estudo. Essa aproximação com os indivíduos e com a realidade vivida proporcionará um melhor conhecimento e reflexão dos dados obtidos, defendendo-se, assim, a premissa de que a maneira mais enriquecedora de conhecer a realidade de uma comunidade carente seja o contato e a obtenção da opinião direta dos próprios indivíduos.

Buscaremos expressar e analisar as opiniões diretas dos indivíduos, a fim de tomar conhecimento da qualidade de vida dos habitantes da Vila, pesquisando a sua satisfação com a Política Habitacional e suas especificidades como a infra-estrutura do imóvel e da comunidade em geral, da obtenção de outras políticas públicas setoriais, analisar a conscientização sobre os problemas sociais mais expressivos, poder de mobilização social dos (as) moradores (as) percebidos como atores sociais e, por fim, analisar se os direitos sociais e o direito à moradia fazem parte da realidade vivida por essas pessoas.

Dessa maneira, confiando nos dados colhidos e na reflexão executada, esperamos que os resultados aqui obtidos possam contribuir na operacionalização do trabalho ético-político e teórico-metodológico do Serviço Social e em outras áreas envolvidas, para a instituição pública responsável, e principalmente para a AMVIC na sua luta contínua em busca da cidadania e da qualidade de vida na comunidade.

Iniciaremos no próximo item com a apresentação dos primeiros dados da pesquisa, demonstrando, primeiramente, o sexo predominante, a faixa etária, a origem/procedência, renda, a situação empregatícia e a escolaridade dos (as) moradores (as), compondo assim um breve perfil socioeconômico da comunidade, a fim de tomar conhecimento sobre quem são os sujeitos do nosso estudo, e como objetivo de maior

relevância, analisaremos as questões em que se buscou atender os objetivos mais específicos, como a infra-estrutura, o acesso dos (as) moradores (as) as demais políticas públicas setoriais (saneamento básico, renda, segurança pública, assistência pública), as relações de vida associativa e o sentimento de inclusão do indivíduo no referido programa. Questões estas que estão diretamente ligadas com a promulgação e garantia dos direitos sociais dos homens, não só no direito à moradia digna, mas sim no âmbito de uma qualidade de vida oriunda do acesso às políticas públicas, no caso em especial a Política Habitacional.

3.4.1 Quem são os sujeitos? Breve perfil socioeconômico dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira.

Ao iniciarmos aqui o processo de apresentação e avaliação dos dados, achamos de extrema importância salientar que a amostra obtida dos dados corresponde a 20% do total de unidades habitacionais do Conjunto Habitacional da Vila Cachoeira, ou melhor, considerando que o Conjunto Habitacional é composto de 205 unidades casas, os questionários foram aplicados a 41 imóveis, correspondendo, assim, 20% do total de unidades habitacionais.

A sua diversificada procedência/origem dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional é explicada pelo intenso fluxo migratório que iniciou e desencadeou um largo processo de urbanização na cidade, trazendo como consequência a crise nas moradias em nível local, como já estudamos o item 2.1 do presente trabalho.

Os dados têm como principal objetivo demonstrar os diferentes estados e Municípios de origem dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira.

Assim de onde vieram esses moradores? Qual a sua origem? A respeito da procedência dos (as) moradores (as), os dados demonstram que são vários os estados e Municípios de onde se originaram os (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira.

Os dados da amostra nos mostram que 86% dos indivíduos são naturais do estado de Santa Catarina, 2% são naturais do Rio Grande do Sul, e vieram do estado do Paraná 7% dos (as) moradores (as), e, de estados mais distantes como Bahia, tem-se 2%, São Paulo corresponde a 1% e Ceará 2%, como vemos no gráfico abaixo:

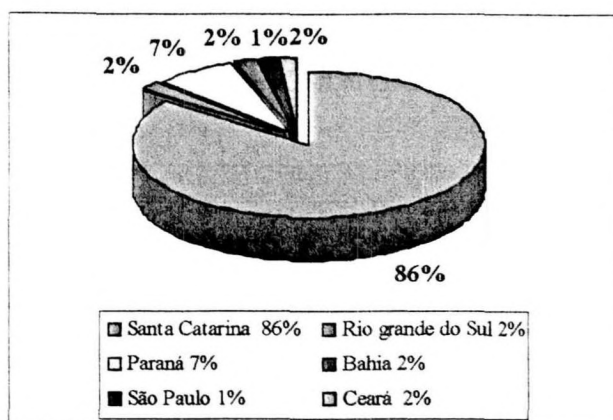


GRÁFICO 01: Mapeamento sobre o Estado de origem/procedência dos (as) moradores (as).
Fonte Primária

Segundo a amostra, dos 86% dos indivíduos que são do Estado de Santa Catarina, 55% são do Município de Florianópolis, e 4% do Município de São José e 59% correspondem aos indivíduos com origem de outras cidades de Santa Catarina como Camboriú, Blumenau, Timbó, Laguna entre outras cidades localizadas no interior do estado. No que se refere aos, estados e Municípios mais distantes, podemos citar estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará e Bahia correspondendo a Municípios como Coiapora, Vitória, Fortaleza, Araíba, São Paulo, entre outras.

O fluxo migratório e esta diversidade do local de origem dos (as) moradores (as), tanto dos (as) moradores (as) que foram remanejados da Via Expressa (282) como aqueles do bairro do Saco Grande II, revelou uma crise de culturas e valores entre os indivíduos. Representa a difícil formação de vínculos entre os vizinhos, a mobilidade social no bairro e a adaptação ao novo cotidiano do local. São fatores que deterioram a qualidade da relação social entre os (as) moradores (o individualismo, intolerâncias, enfim, subjetividades fragmentadas), causando também, a constante saída de moradores e a chegada de novos.

Quanto ao total de homens e mulheres que compõem o perfil dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional, de acordo com os dados obtidos durante a realização da pesquisa, segundo a amostra, a vila apresenta-se composta por 56% de mulheres e 44% de homens, conforme podemos perceber no gráfico que segue:

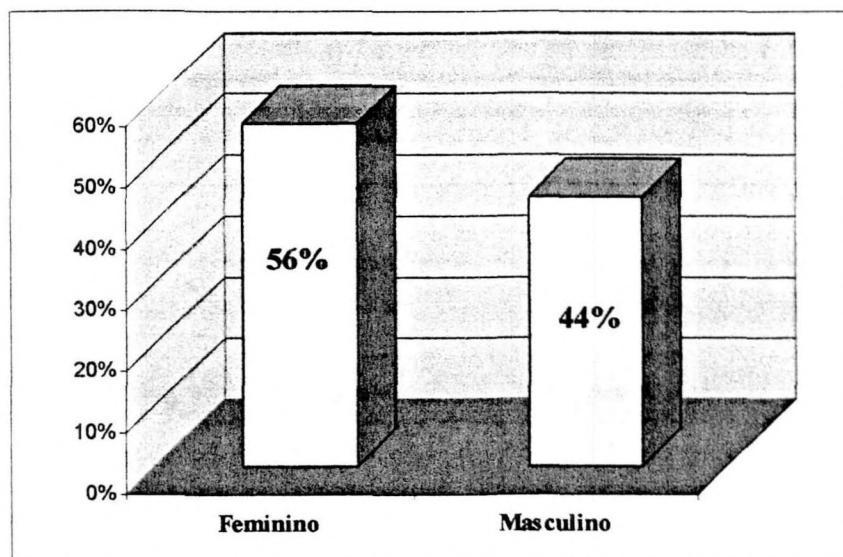


GRÁFICO 02: Mapeamento sobre o total de homens e mulheres que compõem o perfil social dos (as) moradores (as).

Fonte Primária

Os dados do ano de 2002, segundo o último Censo Demográfico do IBGE, nos mostraram que de 169.799.170 (cento e sessenta e nove milhões, setecentos e noventa e nove mil e cento e setenta) habitantes, 83.576.015 (oitenta e três milhões, quinhentos e setenta e seis mil e quinze) são homens e 86.223.155 (oitenta e seis milhões, duzentas e vinte e três mil e cento e quinze) são mulheres. Torna-se possível perceber que a maioria dos habitantes do País corresponde ao sexo feminino²⁶.

Na realidade, no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira considerando o resultado de amostra, há um excedente de 12% entre a população feminina e masculina, confirmando, a nível local, o índice superior do sexo feminino dentre os (as) moradores (as) do País.

Quanto à faixa etária dos habitantes do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, os dados da pesquisa nos revelam que há a predominância de adolescentes e jovens, na faixa de 11 a 20 anos de idade, correspondendo a 32% do total dos (as) moradores (as) pesquisados. Salientamos, ainda, que o segundo grupo com maior predominância são o das crianças, na faixa etária entre 0 a 10 anos, em um total de 29%. Seguem os adultos com faixa etária entre 21 a 30 anos correspondendo a 10% da amostra, adultos acima de 31 a 40 anos com 12% da amostra e correspondendo a 17% estão os (as) moradores (as) acima de 41, conforme revela o gráfico abaixo:

²⁶ Cf. nota 01 desta monografia.

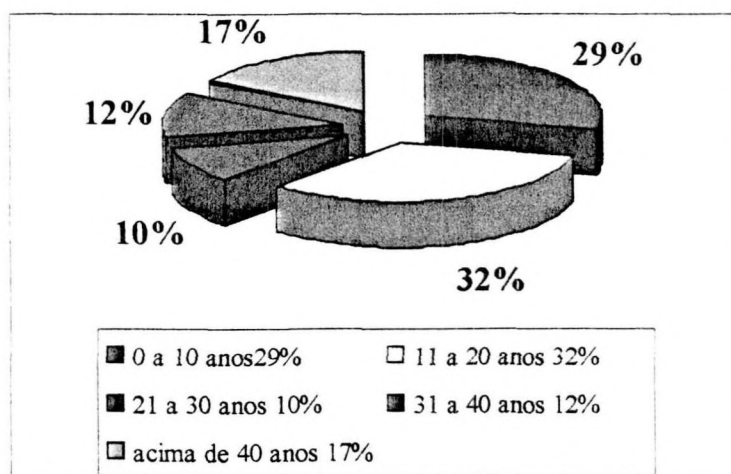


GRÁFICO 03: Mapeamento dos (as) moradores (as) por faixa etária.
Fonte Primária

Percebe-se que há um número expressivo de crianças, adolescentes e jovens no Conjunto Habitacional. A formulação, execução e gestão de políticas públicas voltadas a essa camada da população devem ser consideradas essenciais para o bem-estar e para o crescimento humano desses jovens distantes das drogas, gangues, violência e assaltos. A materialidade dos Direitos Humanos e sociais se faz visível através de programas preconizados pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que em seu artigo 4º, garante à criança e ao adolescente, os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária. Na vila, a infância tem uma atenção razoável, como observamos ao longo deste estudo.

Ações junto à juventude, como o desenvolvimento de programas (Capital Criança e o Programa Agente Jovem em Florianópolis que atendem esse segmento), e também a intervenção de ONGs que desenvolvem esse trabalho como a Fundação Guga Kuerten, a CDI (Centro de Desenvolvimento da Informática), entre outras, visam o bem-

estar das crianças e jovens em horários que não estão na escola, oportunizando crescimento social e cultural.

A predominância de um elevado índice de adolescentes, jovens e crianças na comunidade é contrária ao âmbito nacional, onde dados de pesquisas realizadas pelo IBGE demonstram que as famílias estão tendo cada vez menos filhos. Em 1960, a média era de seis filhos por mulher, em 1991 caiu para 2,89 e, em 2000, para 2,39. A projeção para 2004 é de 2,31 e, em 2023, a média deverá ser de 2,01 filhos por mulher²⁷.

Percebe-se que a taxa de fecundidade diminuiu em âmbito nacional, porém, a nível local, a realidade discorda dos dados nacionais citados acima, considerando que a população do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira compreende um número expressivo de crianças e adolescentes, persistindo, assim, um alto índice de natalidade mesmo com popularização dos métodos contraceptivos, a noção do alto custo econômico em se manter uma família e filhos, a opção de uma vida individual e ainda a busca da realização profissional.

Outro ponto a ser considerado é a gravidez precoce das adolescentes e jovens do Conjunto, o que é considerado um problema de saúde pública no Brasil, pois uma em cada 4 mulheres que dão a luz são mulheres com menos de 20 anos²⁸. O IBGE começou, no Censo de 1991, a pesquisar a maternidade entre 10 e 14 anos. Até então, a menor taxa nas estatísticas era a faixa etária de 15 a 19. Acredita-se que o fator seja a liberação sexual e o ato sexual sem proteção de métodos contraceptivos.²⁹

Quanto ao grau de escolaridade dos (as) moradores (as) da comunidade, os dados da pesquisa apontam para um equilíbrio entre pessoas que se encontram estudando

²⁷ Cf. nota 01 desta monografia.

²⁸ Fonte: www.saudevidaonline.com.br

²⁹ Fonte: www.providafamilia.org

com os indivíduos que interromperam o estudo. Assim, 43% da amostra refere-se aos indivíduos que não possuem o 1º grau completo, em contrapartida 44% correspondem aos indivíduos da amostra que permanecem cursando o 1º grau, sendo que somente 2% possuem o 1º grau completo. Já 1% da amostra corresponde aos indivíduos que não concluíram o 2º grau, 2% estão cursando o 2º grau e os outros 2% referem-se àqueles que concluíram o 2º grau. O restante da amostra corresponde a 1% dos indivíduos que possuem o 3º grau, outros 1% não possuem e ainda 1% da amostra corresponde aos indivíduos que estão cursando o 3º grau. Por fim, 2% da amostra corresponde ao grau de analfabetismo. Podemos observar os dados apresentados no gráfico que segue:

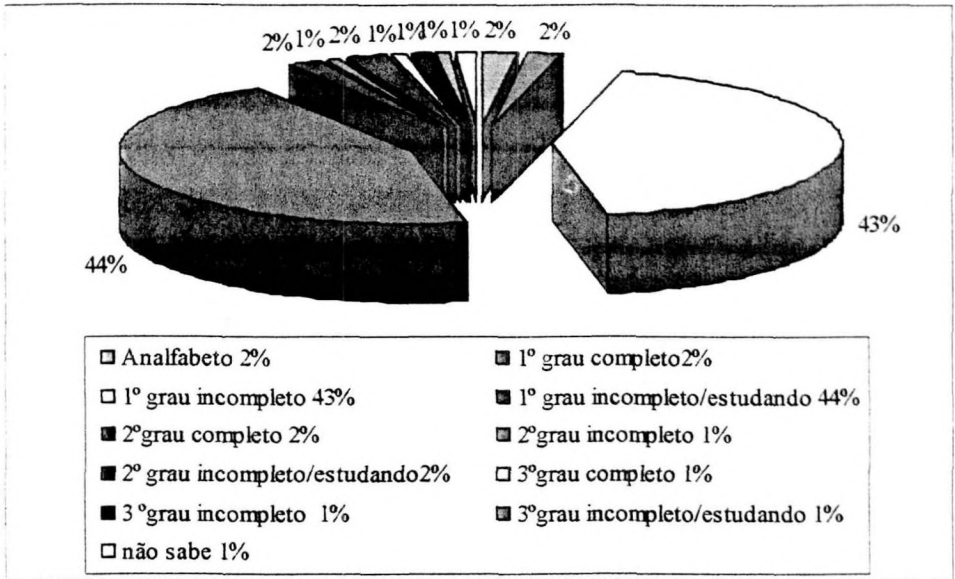


GRÁFICO 04: Mapeamento do grau de escolaridade dos (as) moradores (as).
 Fonte Primária

Deve-se considerar que o percentual de indivíduos cursando o 1º, 2º ou 3º grau está relacionado com o expressivo número de crianças e jovens que compõem o perfil da comunidade. E já aqueles que interromperam o estudo, correspondem ao percentual de adultos que não finalizaram os estudos durante sua infância, adolescência e juventude.

Quanto ao acesso da população à escola, os (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional situam-se em um momento bastante favorável, sendo que, segundo os dados apresentados acima, a maioria dos indivíduos em idade escolar encontra-se matriculados, indicando condições favoráveis para o desenvolvimento de sujeitos conscientes sobre os seus direitos sociais e suas exigências individuais e coletivas. Espera-se a constituição de um ser social consciente e crítico que desempenhe um importante papel de mobilização social na luta pelos direitos sociais que garantam a sua qualidade de vida.

Em contrapartida, o modelo educacional não se mostra eficiente como deveria, devido às falhas no currículo e a defasagem em sua estrutura com a baixa aplicação de recursos financeiros em bibliotecas, capacitação dos professores, viagens de estudos, esportes e artes, sendo que essa estrutura falha repercute, principalmente, na educação do aluno e no seu preparo para a vida social e política dentro e fora da escola.

Outro aspecto preocupante é a inserção precoce de jovens em trabalho informal, gangues, assaltos, uso e tráfico de drogas, em face da falta e também a ineficiência dos projetos educacionais e profissionalizantes que mantenham os jovens em atividade no período que não estão na escola. Essa falta afeta o crescimento social e o desenvolvimento de indivíduos atuantes na construção de direitos sociais e comprometidos com a plena proteção do direito à vida.

Procurou-se saber o grau de escolaridade dos (as) moradores (as) da comunidade por dois objetivos específicos: para tomar conhecimento sobre o acesso dos (as) moradores (as) ao direito social da educação como também ao acesso ao direito ao trabalho garantido na Constituição Federal de 1988, no artigo 12. Considera-se que, atualmente, a escolaridade interfere na concorrência por vaga no mercado de trabalho.

De acordo com o perfil, percebe-se que 85% dos (as) moradores (as) trabalham

no setor terciário (comércio e serviços), compreendendo profissões como, empregada doméstica, segurança/vigia, secretária, cozinheiro (a), atendente, cabeleireiro (a), entre outros. Já 15% da amostra está relacionada com os (as) moradores (as) que se encontram no setor secundário (construção civil/confecção), compreendido por profissões como mestre de obras, pedreiro, carpinteiro, servente e costureiros (as). A gráfico abaixo no mostra essa situação:

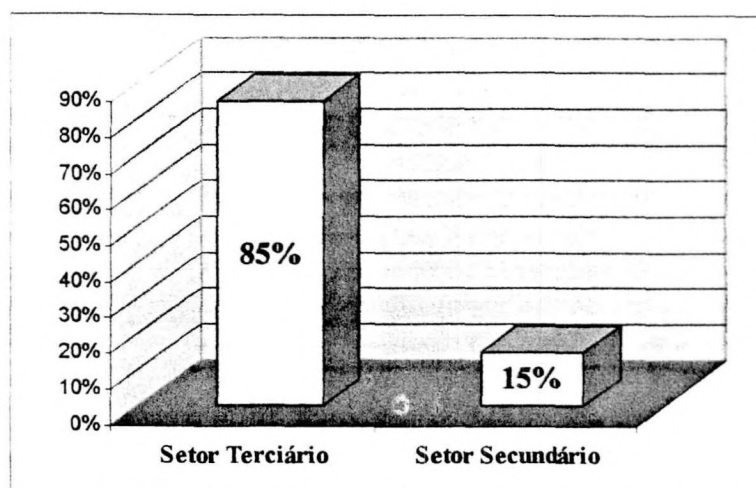


GRÁFICO 05: Mapeamento dos ramos de atividades dos (as) moradores (as)
Fonte Primária

De acordo com os dados obtidos sobre o mundo do trabalho na presente pesquisa, percebe-se que há uma interferência direta da educação na situação empregatícia dos (as) moradores (as) da comunidade, respaldando assim no acesso do morador a uma vaga no mercado de trabalho, seja no setor secundário ou terciário.

Nesse sentido, percebeu-se um elevado índice de não participação no mercado de trabalho, correspondendo a 51% de desempregados. Já o percentual de indivíduos empregados é de 48%, segundo a amostra, e somente 1% dos indivíduos encontram-se aposentados, conforme podemos observar no gráfico que segue:

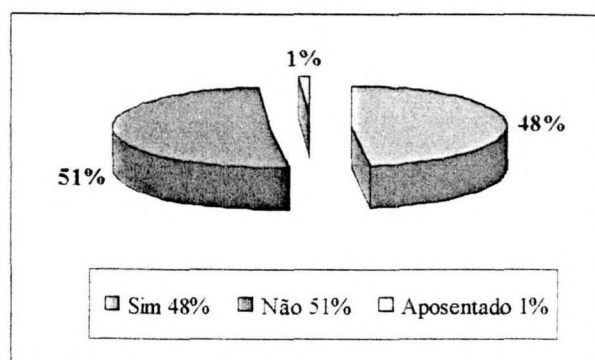


GRÁFICO 06: Mapeamento da situação empregatícia dos (as) moradores (as).
Fonte Primária

Os dados apresentados acima confirmam os dados segundo o IBGE, mostrando que no Brasil a taxa de desemprego subiu de 12% em fevereiro de 2004 para 12,8% no mesmo ano. Hoje são cerca de 12 milhões de desempregados em todo Brasil, e se medidas urgentes não forem adotadas esse índice tende a aumentar a cada mês, como já vem acontecendo³⁰.

Em contrapartida, no mesmo momento que o grau de escolaridade influencia na busca de emprego, o mesmo não influencia na qualidade dessa vaga. Dentre os indivíduos inseridos no mercado de trabalho, constata-se, através da pesquisa, que 35% encontram-se inseridos no trabalho formal, regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) a qual assegura ao trabalhador cobertura da referida legislação, como férias, 13º salário, seguro desemprego, entre outros, e a minoria, correspondendo a 13%, estão inseridos no trabalho informal, sem carteira assinada, atribuindo essa contrariedade no que se refere à relação entre o grau de escolaridade com o acesso a um trabalho que forneça melhores condições, que assegure direitos trabalhistas, que a remuneração seja maior e que, por consequência, exija um maior conhecimento na área. Ou seja, dentre os indivíduos empregados, mesmo

³⁰ Cf. Nota 01 desta monografia.

não possuindo o grau de escolaridade exigido, encontra-se inserido no mundo do trabalho formal, aquele que, teoricamente, exige uma melhor qualificação de seu trabalhador e proporciona uma melhor remuneração.

Novamente considerando o percentual dos indivíduos que se encontram inseridos no mercado de trabalho, percebe-se que é expressivo o dado levantado sobre a renda mensal dos (as) moradores (as), sendo que 57% da amostra têm sua renda mensal de até dois salários mínimos, já 37% da amostra recebe até um salário mínimo, 2 % recebem um valor de até três salários mínimos, ainda 2% recebe um valor de 3 a 8 salários mínimos e 2 % conta com o auxílio pensão correspondente a um salário mínimo³¹, como nos mostra o gráfico que segue:

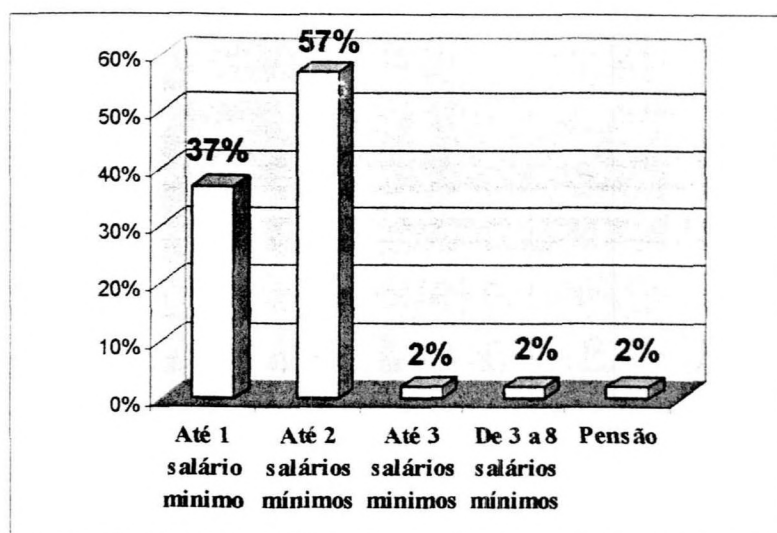


GRÁFICO 07: Mapeamento do rendimento salarial dos (as) moradores (as).
Fonte Primária

Considera-se um rendimento mensal insuficiente para indivíduos que possuem uma família composta por muitos componentes. E ainda, vale salientar que a condição financeira

³¹ O salário mínimo referente ao período da pesquisa corresponde a R\$ 300,00.

é apontada como justificativa para vários questionamentos que foram realizados, como demonstraremos a seguir nos resultados da pesquisa realizada.

3.4.2 O Direito Social e o acesso à moradia.

Tomando como referência o Conjunto Habitacional Vila Cachoeira como oportunidade de acesso à moradia, se revela bastante contraditório esse acesso no campo dos Direitos Humanos e sociais.

Financeiramente, o acesso à moradia foi através do chamado *Fundo Perdido*, ou seja, quando o recurso financeiro é investido na construção de imóveis populares sem a cobrança através do financiamento, ou seja, o dinheiro utilizado não é ressarcido para o poder público estatal.

Há um número expressivo de moradores que venderam seu imóvel para terceiros sem o conhecimento do setor público, desrespeitando a cláusula décima primeira do Contrato de Comodato de Imóvel Popular Urbano³², que proíbe qualquer forma de comercialização do imóvel popular. Portanto, nota-se um número expressivo de rotatividade de famílias ocupantes do imóvel. Vale salientar que as causas para esse comércio de imóveis são justificadas pelos (as) moradores (as) através dos seguintes acontecimentos: medo da violência no Conjunto Habitacional, melhores oportunidades de habitação e de emprego em outros locais dentro e fora do Município, retorno para cidades do interior, questões econômicas e, principalmente, pela dificuldade de relacionamento, cujos desentendimentos põem em risco a vida dos membros da família.

³² Ver anexo D.

Ações para o enfrentamento dessas situações partiam da assistente social do Conjunto. Ao tomar conhecimento da venda do imóvel, encaminhava uma notificação ao setor de planejamento da SMHTDS sobre o caso, o qual tinha como responsabilidade dar continuidade ao caso e resolvê-lo. Porém, essas ações executadas pelo setor de planejamento da SMHTDS não eram efetivadas, ficando assim os 'comerciantes' impunes, abrindo precedentes para a continuidade desse tipo de procedimento.

As demais situações, citadas anteriormente eram atendidas pela assistente social de forma individual, em visitas domiciliares e entrevistas, e também nos atendimentos executados no plantão social. Dessa maneira, fazia-se um estudo do caso apresentado e realizava-se o encaminhamento apropriado.

Os dados obtidos nos demonstram que há ainda uma superioridade relevante de moradores do conjunto que tiveram acesso ao seu imóvel à Fundo Perdido. Nesse âmbito, a pesquisa nos mostrou que 27 % adquiriram a residência através da comercialização, e 73% tiveram acesso à Fundo Perdido, como demonstra o gráfico abaixo:

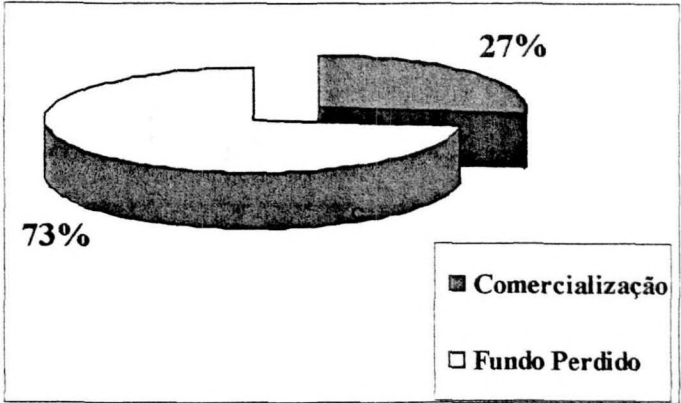


GRÁFICO 08: Mapeamento sobre a forma de aquisição do imóvel.
Fonte Primária

Vale destacar, que atualmente o modo de aquisição do imóvel se dá através da comercialização, do financiamento e a fundo perdido. Cabe destacar que neste cenário atual, que cabe à nova gestão organizar a forma de aquisição do imóvel popular. Regularizando e permitindo ao indivíduo social, o direito a propriedade, consolidando também o direito de vender ou não o seu imóvel.

E ainda, os dados induzem concluir que a maioria dos indivíduos não possuem condições financeiras para a compra do imóvel, considerando o alto índice de desemprego entre os moradores como fator relevante.

Quanto à opinião dos (os) moradores (as) sobre a forma de acesso à moradia via Fundo Perdido ou financiamento do imóvel popular, 98% das opiniões obtidas nas amostras acham que o acesso a moradia deve ser a Fundo Perdido e somente 2% optam pelo financiamento da unidade popular. No gráfico que segue, podemos melhor verificar essa questão:

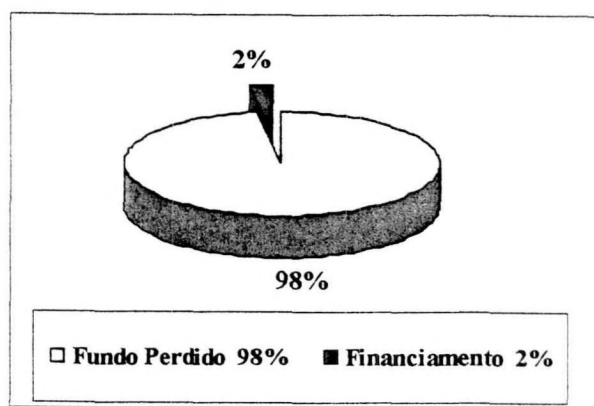


GRÁFICO 09: Mapeamento quanto à opinião dos (as) moradores (as) sobre o acesso à moradia via Fundo Perdido ou financiamento
Fonte Primária

Há considerações a serem feitas em relação aos diversos motivos que foram apontados pelos (as) moradores (as), ou seja, dos 98% que optaram pelo acesso à moradia

através de Fundo Perdido, 64% justificaram a resposta com a falta de condições financeiras para o pagamento das parcelas, 10% se referem à derrubada do imóvel localizado na Via Expressa-BR 282, 10% citam o repasse inexistente da indenização por área construída do imóvel antigo, 2% das respostas obtidas citam o fato de pagarem impostos, 5% justificam ser a moradia ser um direito social, 7% citam a condição financeira e o pagamento de impostos e 2% da amostra optam pelo financiamento do imóvel, conforme dados apresentados no gráfico que segue:

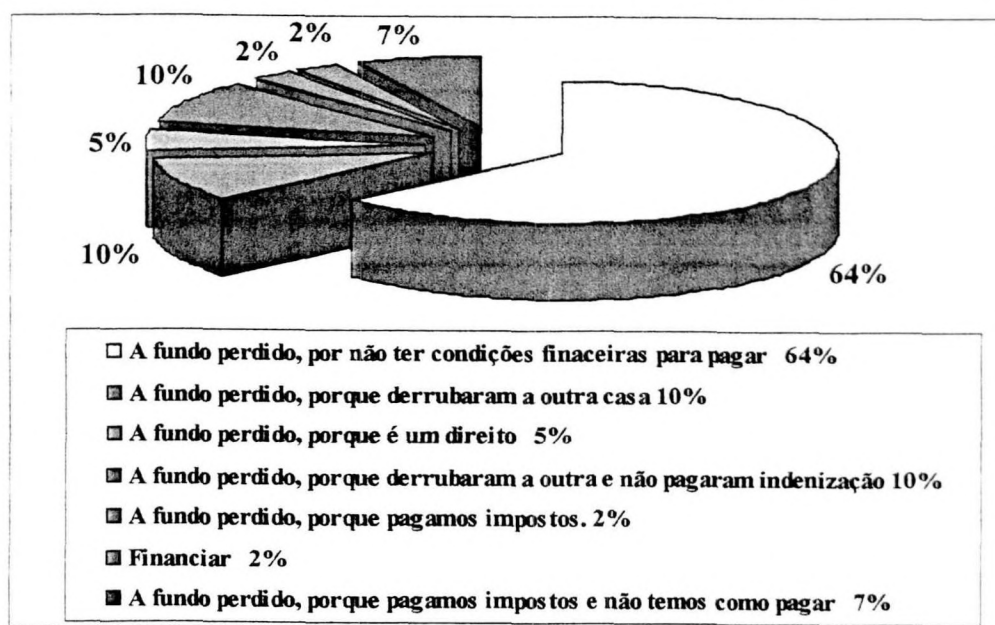


GRÁFICO 10: Mapeamento quanto ao motivo da doação do imóvel popular.
Fonte Primária

Conclui-se com esses dados, que somente uma pequena parcela defende o acesso à moradia por motivos de conhecimento de seus direitos, sendo que a maioria justifica pela falta de condição de pagamento, pois para eles o maior objetivo é se ver livre do pagamento de aluguel. Essa busca de menor investimento financeiro deve ser considerada, segundo os dados sobre a renda dos (as) moradores (as), apresentado no

gráfico 07.

Retomando a questão da aquisição do imóvel e considerando a falta de condições financeiras como causa da opção dos (as) moradores (as) a ter acesso à moradia à Fundo Perdido, nos faz refletir o que representa para o homem a aquisição da casa própria. Sabe-se que antigamente o acesso à casa própria era relacionado a um sonho a ser conquistado, no âmbito de trabalhar para a aquisição do imóvel. Atualmente o que se almeja é ter um lugar para morar e se livrar do pagamento do aluguel.

Segundo Peruzzo (1984) a casa própria desempenha função tanto subjetiva como objetiva para o seu proprietário como assegura Bolaffi (1979 *apud* PERUZZO, 1984, p.41):

Subjetivamente, a aquisição de um imóvel se constitui na principal evidência de sucesso e da conquista de uma posição social mais elevada. Objetivamente, a casa não só melhora as possibilidades de acesso ao crediário, como libera o orçamento familiar da obrigação mensal inexorável do aluguel.

Diante de situações de desemprego, baixas condições financeiras e intensificação das expressões da questão social, a obtenção do imóvel tornou-se uma solução. A cada ano, a realidade impede os indivíduos das classes empobrecidas a terem em sua lista de sonhos a serem conquistados, a obtenção da casa própria, através de seu trabalho.

E, quando o acesso à casa própria é realizado, o sentimento de conquista fica obscurecido face ao alívio que é não mais realizar o pagamento do aluguel ou da parcela do financiamento, como nos demonstram os dados da amostra. Somente 15% acham que a casa própria representa uma conquista, e 85% dos dados relacionam a casa própria como à possibilidade de não pagamento do aluguel, conforme os dados apresentados no gráfico abaixo:

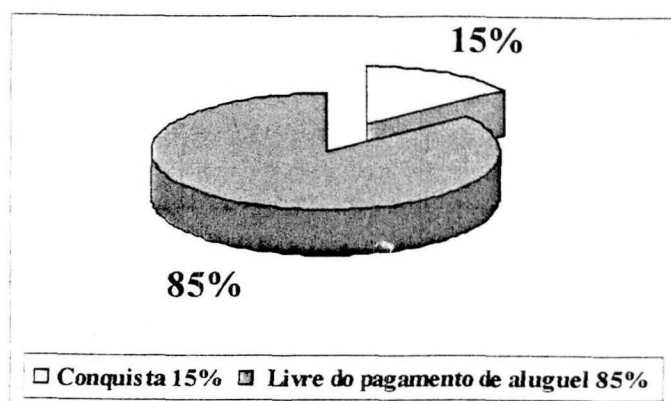


GRÁFICO 11: Mapeamento quanto a opinião dos (as) moradores (as) em relação à obtenção da casa própria.

Fonte Primária

Diante desses dados, torna-se possível pensar que a escolha dos moradores em ter acesso à moradia via Fundo Perdido, encontra-se ligada ao baixo rendimento salarial face ao trabalho informal e ao desemprego. Fator que impede que o morador da vila tenha a ambição de pagar pelo imóvel, optando assim pela opção que não inclua o investimento financeiro, considerando assim, à moradia um direito do cidadão.

3.4.3 A moradia, e a qualidade da infra-estrutura.

Esses moradores, que segundo a amostra obtida, compõem a relação dos indivíduos residentes na Vila Cachoeira provindos de diferentes estados e Municípios do Brasil, partiram em busca de uma vida mais digna, com mais possibilidades e oportunidades. Considerando o início da urbanização desordenada no País, a busca pela qualidade de vida não se torna algo de cunho simplista e sim complexa quando se considera a luta pelos direitos sociais em todas suas expressões, como no âmbito da saúde, educação, trabalho, e, no caso específico, do direito à moradia. É nesse contexto que se insere a luta por uma Política Habitacional que compreenda um imóvel com infra-estrutura mínima,

como também um espaço de distribuição de políticas sociais e da garantia dos demais direitos sociais, cujas reflexões estão presentes no segundo item do presente trabalho.

Segundo Rodrigues (1997), a casa na qual vivemos é o espaço que realizamos outras atividades além de ocupar um espaço. É onde dormimos, nos alimentamos, nos protegemos e convivemos em grupo familiar. Para que possamos viver e morar dignamente, é necessário que o imóvel apresente condições básicas de infra-estrutura.

Assim, para que a Política Habitacional oportunize uma vida digna, o imóvel deve apresentar uma qualidade de infra-estrutura que ofereça suporte para o indivíduo realizar suas necessidades de maneira segura e abrangente.

Seguindo essa reflexão de Rodrigues (1997), tentou-se perceber quais são as condições de infra-estrutura do imóvel do Conjunto Habitacional. Segundo os dados da amostra, 66% das respostas apontam que não existe nenhuma falha na estrutura física do imóvel, e o restante 34% estão divididos em distintos problemas, como 5% umidade, 17% parede rachada e 12% apresentam defeito no telhado, conforme dados apresentados no gráfico abaixo:

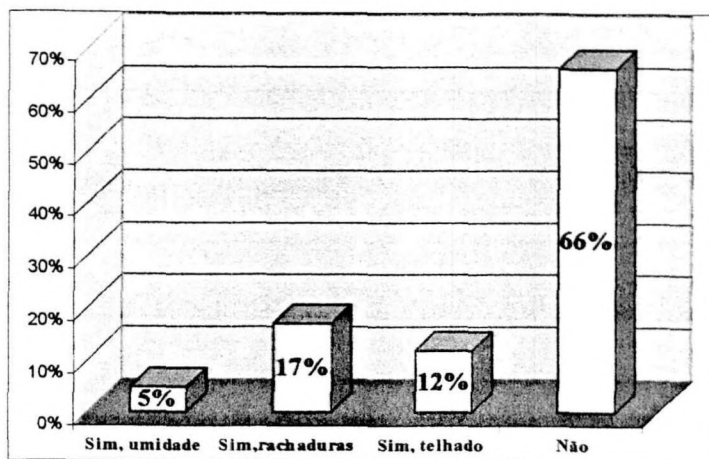


GRÁFICO 12: Mapeamento quanto a existência de problemas na infra-estrutura do imóvel popular.
Fonte Primária

Já quanto aos dados obtidos sobre a opinião dos (as) moradores (as) na satisfação com o tamanho do imóvel, 61% responderam que o imóvel atende suas necessidades diárias e 39% acham que não satisfaz suas necessidades. Entre as respostas negativas, cabe-nos salientar que os motivos são distintos: há moradores que acham que a casa deveria compreender mais quartos, 2% dos resultados, já 15% acreditam que a casa deveria ter um maior espaço externo, ou seja, um jardim maior, e por fim 22 % das amostras apontaram que para os entrevistados, o imóvel deveria tem a parte interna mais ampla, como percebe-se no gráfico abaixo:

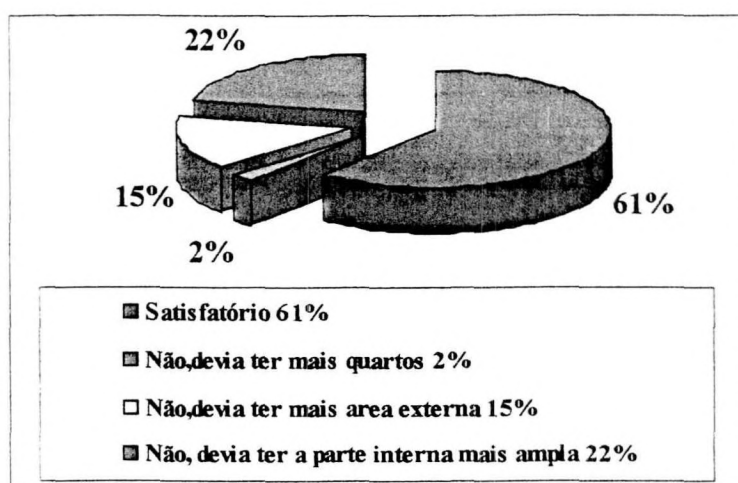


GRÁFICO 13: Mapeamento quanto a satisfação com a infra-estrutura do imóvel popular.
Fonte Primária

Percebe-se com esses dados que os (as) moradores (as) mostram-se satisfeitos com a infra-estrutura do imóvel ao considerar as condições da sua antiga moradia. Em contrapartida, mesmo eles alegando serem bem atendidos quanto à infra-estrutura, percebe-se que há falhas e 'coisas' a serem modificadas, consolidando, dessa maneira, que a demanda é contraditoriamente atendida, ou seja, mesmo considerando o imóvel satisfatório ele não atende às necessidades das famílias em geral, especialmente aquelas que se constituem com um número diferenciado de pessoas no mesmo imóvel.

Ao considerarmos a percentagem de 39% que citam que a casa não está de acordo com suas necessidade por ter um espaço interno e externo pequeno, nos interessou perguntar se o morador já havia realizado alguma mudança ou reforma na estrutura no imóvel. Segundo a amostra de 20% dos (as) moradores (as), os resultados obtidos foram que 43% já realizaram modificações como colocação de piso, construção da garagem e muros, modificação no porão e, 57% que não realizaram modificações. O motivo apresentado pelos (as) moradores (as) para a não realização de reforma no imóvel se divide em 16% porque não acham necessário a modificação e, a maioria, que corresponde a 41% não a fazem por não ter condições financeiras, conforme os dados apresentados no gráfico abaixo:

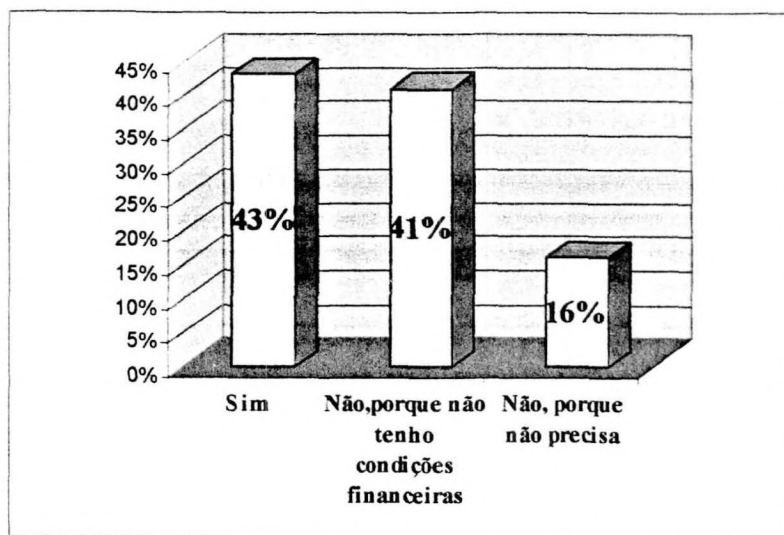


GRÁFICO 14: Mapeamento sobre a modificação na infra-estrutura da imóvel popular.
Fonte Primária

Vale salientar que segundo informações obtidas durante o processo de realização do estágio curricular obrigatório, a reforma e a alteração da infra-estrutura do imóvel só poderá ser efetivada após consulta prévia ao órgão público responsável e com a autorização da mesma, concordando com a cláusula décima primeira, inciso 1.º do Contrato

de Comodato de Imóvel Popular Urbano ³³. Segundo opiniões dos (as) moradores (as), essa proibição impõe limitações aos (as) moradores (as) que pretendem aumentar seu espaço habitacional e melhorar as condições de habitação considerando suas necessidades.

Como foi apresentado no item 3.1 do presente trabalho, o conjunto conta com os seguintes equipamentos coletivos: Centro de Capacitação Profissional, Centro Comunitário e Parque Infantil e Quadra de Esportes. Em relação às condições físicas desses equipamentos, os dados demonstram que, segundo a opinião dos (as) moradores (as) em relação ao parque infantil, 58% não utilizam o parque devido à falta de segurança no ambiente, e 42% não utilizam devido às condições físicas do parque, depredado pelos próprios usuários, julgando ter a necessidade de trazer um novo, porém sabem da possibilidade de novas ações de vandalismo no local.

As atitudes depreciativas dos equipamentos coletivos eram observadas pelos (as) moradores (as) concomitantemente, porém não foi tomada nenhuma atitude por parte deles devido ao receio de se envolverem com os jovens que destruíam os equipamentos. À assistente social, caberia mais uma vez estar desenvolvendo ações de sensibilização e conscientização dos (as) moradores (as), através de reuniões, palestras e visitas domiciliares, no que se refere aos cuidados para com os equipamentos coletivos disponibilizados.

Já em relação à quadra de esportes, 61% dos resultados nos mostram que os (as) moradores (as) não usam a quadra devido à insegurança, 2% julgam-na de boa qualidade, e 37% expressam a necessidade de manutenção da mesma, como iluminação e pintura das linhas.

Sobre o Centro Comunitário, 10% não utilizam o espaço, 37% consideram que

³³ Ver anexo D.

o local atende às necessidades, já 10% fazem referência à ampliação do espaço interno, 4% julgam ser necessário a manutenção do prédio, e ainda 39% das respostas obtidas, focalizam no fechamento do centro comunitário no início da nova gestão. Esses fatos encontravam-se na pauta de discussão na reunião com o Prefeito, como foi exemplificado no item 2.2.3 deste trabalho.

E finalmente, em relação ao Centro de Capacitação Profissional, 7% dos (as) moradores (as), segundo a amostra, não utilizam o espaço, 42% acreditam que o espaço é muito bem equipado, e 51% pontuam o fato da não execução dos cursos de capacitação profissional, devido ao cancelamento do trabalho social realizado na vila no início do ano de 2005.

Neste contexto, concluiu-se que não basta ter acesso à moradia, ao imóvel como um direito social. Busca-se ter acesso à moradia digna, que oportunize ao indivíduo um local com o mínimo de conforto e que atenda suas necessidades diárias, livres da infraestrutura imprópria e que não ofereça riscos de vida aos indivíduos.

3.4.4 Acesso às políticas públicas setoriais e programas assistenciais: direitos sociais em construção.

Para que a Política Habitacional se desenvolva de maneira satisfatória, a sua efetividade não está ligada somente à sua infra-estrutura e à maneira de aquisição do imóvel. A garantia dos demais direitos sociais como a saúde, trabalho, educação e lazer são premissas básicas para a consolidação da qualidade de vida dos (as) moradores (as).

Nesse contexto, vale ressaltar que o Posto de Saúde do Bairro Saco Grande II atende a demanda dos (as) moradores (as) do bairro e do Conjunto Habitacional Vila

Cachoeira, comportando a responsabilidade de distribuição dos serviços de saúde aos indivíduos. Porém, deve-se tomar conhecimento se o serviço oferecido é satisfatório ou não, sob a ótica dos (as) moradores (as). Considerando a saúde como direito social do indivíduo, buscou-se conhecer a realidade do acesso, garantia e efetividade dos serviços de saúde utilizados pelos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional. Conforme os dados obtidos, 24% da amostra estão satisfeitos com os serviços de saúde da unidade de saúde local, e, a maioria, 76% encontram-se insatisfeitos com os serviços oferecidos. Dentre esses 76%, a maior porcentagem de 34% justifica sua insatisfação com os serviços devido ao atendimento demorado, devido às filas e a falta de vagas, já 20% citam a ausência de profissionais especializados (médicos e enfermeiras), e 10% se direcionam para os hospitais, 5% não estão satisfeitos devido a escassez de materiais (remédios), outros 5% não estão satisfeitos com o atendimento dos funcionários e somente 2% dos dados nos demonstram que a insatisfação com os serviços é resultado da marcação e realização dos exames em outros locais, que segundo os (as) moradores (as), obriga-os a utilizarem o transporte coletivo, como percebemos no gráfico abaixo:

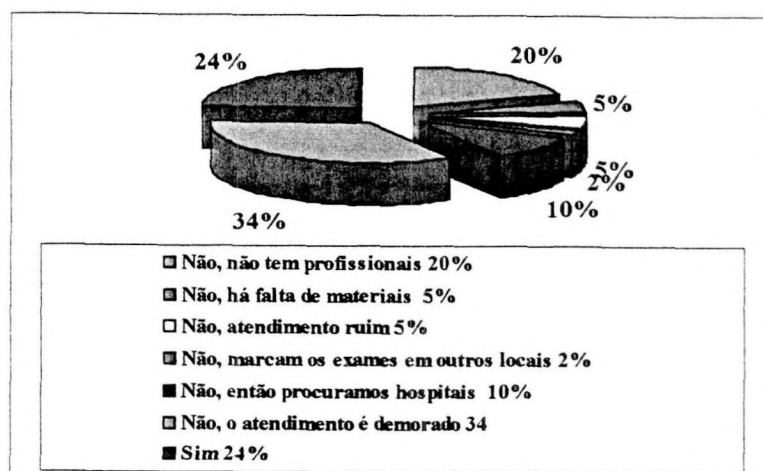


GRÁFICO 15: Mapeamento quanto à opinião dos (as) moradores (as) a respeito dos serviços de saúde oferecidos.

Fonte Primária

Percebe-se com esses dados, que há uma significativa parcela das pessoas que se encontram insatisfeitos com os serviços do Posto de Saúde do bairro, alegando que a Prefeitura deveria contratar mais médicos e os atendentes deveriam ser mais atenciosos e menos grosseiros. Cabe destacar que segundo os (as) moradores (as), a unidade de saúde tem disponível uma infra-estrutura muito bem equipada, com aparelhos e salas cirúrgicas que não utilizam por falta de médicos e materiais indispensáveis (gases, esparadrapo, etc).

Como foi citado anteriormente, o Estado, não só na área habitacional, como em todo universo das políticas públicas, revela sua ação ainda paliativa e emergencial face ao direito definido na constituição de ser um direito cidadão e universal. Buscou-se saber qual a porcentagem, considerando a amostra da pesquisa, de famílias que tem acesso a algum programa da Assistência Social Pública.

A pesquisa nos mostra que 43% das famílias, segundo a amostra, recebem Bolsa Escola³⁴, 37% recebem Bolsa Família³⁵ e uma porcentagem significativa de 20% não tem acesso a programas de Assistência pública, como percebemos no gráfico abaixo:

³⁴ O Bolsa Escola garante todo mês uma ajuda de R\$ 15,00 para cada criança entre 6 e 15 anos, que esteja frequentando e assistindo às aulas. Mas atenção, o programa cobre no máximo 3 crianças por família e a renda familiar, dividida pelo número de pessoas que a compõem, não pode ser superior a R\$90,00. A Caixa Econômica Federal é o agente operador do Programa Bolsa Escola. Assim, se está trabalhando para reduzir os índices de repetência e evasão escolar, contribuindo para o progresso educacional do País. Fonte: www.caixa.gov.br.

³⁵ O Bolsa Família é um programa de transferência de renda criado para combater a fome, a miséria e a exclusão social e promover a emancipação das famílias com renda per capita de até R\$ 100 mensais, associando à transferência do benefício financeiro o acesso aos direitos sociais básicos como saúde, alimentação, educação e assistência social. O Governo Federal, com o Bolsa Família, unificou todos os benefícios sociais (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás) para proporcionar mais agilidade na liberação do dinheiro e facilitar o controle dos recursos, dando mais transparência ao programa. Atualmente, o valor médio do Bolsa Família do Governo Federal varia de R\$ 15 a R\$ 95, de acordo com a renda per capita e número de filhos de 0 a 15 anos, gestantes e nutrízes. Fonte: www.ms.gov.br

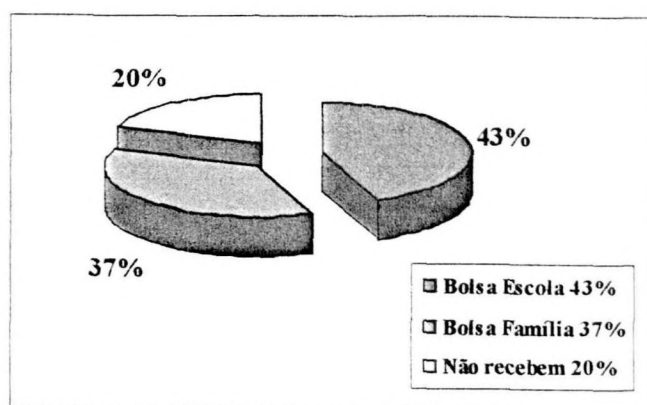


GRÁFICO 16: Mapeamento sobre a participação dos (as) moradores (as) em programas assistenciais.
Fonte Primária

Buscou-se com a pesquisa, analisar a porcentagem de indivíduos capacitados profissionalmente. Isso em relação à iniciativa de proporcionar ao indivíduo a possibilidade de ingressar no mercado de trabalho através de programas sociais que visam à capacitação profissional como um instrumento importante na luta por uma vaga no mercado de trabalho tão exigente, no que se refere ao conhecimento na área de atuação.

O trabalho é tido, na Constituição Federal de 1988, como um direito do ser humano, acompanhado com a necessidade de oferecimento de uma remuneração satisfatória, condições de bem-estar no trabalho e formalidade no contrato assinado.

Cabe ao poder estatal, mesmo que juridicamente, assegurar essas condições e assessorar os indivíduos na preparação para a busca de vaga no mercado de trabalho. Para isso, se desenvolvem os Cursos de Capacitação Profissional em comunidades carentes, em específico no referido conjunto.

Como já vimos no item 3.2 do presente trabalho, no ano de 2004 foram oferecidos cursos de capacitação profissional para os (as) moradores (as) do conjunto. Segundo as amostras obtidas, consideram 20% da população total residente no conjunto, percebemos que 49% dos (as) moradores (as) já realizaram cursos de capacitação realizado

no Centro de Capacitação Profissional da comunidade, e 51% nunca participaram de cursos profissionalizantes.

Neste sentido vale destacar que, na área habitacional, os direitos sociais não se limitam ao acesso à moradia, face aos demais elementos essenciais para a promulgação da qualidade de vida, como a saúde, a geração de renda e também o acesso à programas sociais de caráter emergencial. Estes que têm como objetivo amenizar e resolver de maneira imediata a situação de miséria e empobrecimento, como por exemplo, os programas Bolsa Escola e Bolsa Família citados anteriormente.

Assim o acesso às políticas públicas sociais em suas interfaces, que objetivam garantir os direitos sociais em sua totalidade, são ações de extrema importância e indispensáveis para a promulgação da qualidade de vida do cidadão.

3.4.5 Vida Associativa e suas dimensões.

Cabe-nos ressaltar a participação dos (as) moradores (as) nos momentos de discussão sobre os problemas da vila, do bairro e da cidade, salientando a importância da união na luta na busca de seus direitos e assim, pela qualidade de vida. Ao questionar a participação da população em reuniões e encontros comunitários, obtivemos as seguintes repostas. Considerando a amostra, 78% dizem ser convidados e julgam importante a participação em reuniões e encontros, justificando que diante dos acontecimentos, esses eventos possibilitam a percepção mais clara da realidade e a tomada de consciência do que poderá ser feito a respeito. Já 22% dizem ser convidados a participar dos eventos, porém os dados demonstram que 8% alegaram desinteresse, e 9% descréditos sobre os resultados

desses eventos, e ainda neste percentual, encontram-se as pessoas que justificam com a falta de tempo, totalizando 5%, como percebemos no gráfico abaixo:

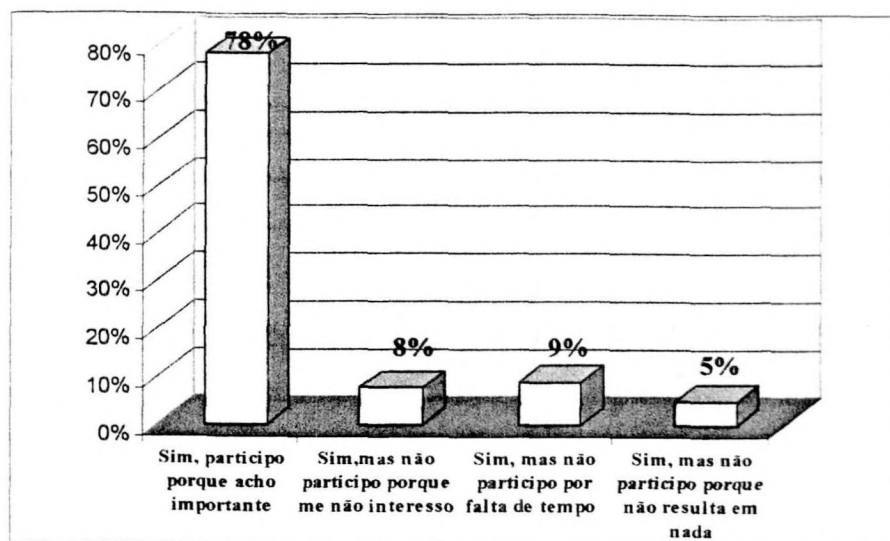


GRÁFICO 17: Mapeamento dos (as) moradores (as) de acordo com a mobilização e participação em eventos de organização comunitária
Fonte Primária

Percebe-se um resultado satisfatório em relação à consciência que os (as) moradores (as) apresentam em relação à importância da luta popular na busca de seus interesses. Dessa maneira, torna-se claro que, para os (as) moradores (as), as ações de organização comunitária para discussão de problemas são tidas como um meio de troca de experiência e de união entre os indivíduos para a consolidação da luta na busca da garantia de seus direitos sociais.

Evidencia-se que esses eventos de organização da comunidade surgem de iniciativas de instituições locais. Fica claro, com a pesquisa, que o Conselho dos (as) moradores (as) do Saco Grande II tem organizado ações de mobilização e organização comunitária, como mostram os seguintes dados: 43% das amostras citam o COMOGS como o organizador desses eventos, 25% citam a AMVIC, 20% a escola local, e 12% citam ações do Posto de Saúde do bairro.

Ao questionar sobre a existência de outras organizações que desenvolvem atividades e/ou projetos sociais na comunidade, tomamos conhecimento que não há nenhuma ação sendo desenvolvida.

Dando continuidade, toma-se conhecimento das expressões apontadas, ou seja, como os (as) moradores (as) se vêem inseridos nessa realidade e como se percebem sendo personagens principais das situações sociais e culturais vividas na comunidade, concluindo assim, o objetivo de perceber a existência ou não da noção de mobilização social dos (as) moradores (as), pois além de estarem cientes da realidade, da vila, do bairro e da cidade, julga-se necessária e importante a discussão sobre os problemas, entre familiares e amigos, e a organização da luta pela conquista de seus direitos sociais, para que assim possam alcançar uma vida digna.

3.5 Novos caminhos: percepção da consciência e mobilização social dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, vistos como atores sociais.

No âmbito de analisar melhor a opinião dos (as) moradores (as) em relação à realidade vivida e considerando a infra-estrutura, serviços de comércio e as relações sociais, buscou-se conhecer as vantagens e desvantagens de morar no referido conjunto. A pesquisa não se limitou somente ao espaço do Conjunto Habitacional, e sim com relação ao bairro e a cidade.

Ao questionarmos o morador sobre as vantagens de morar no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, relatam-se os seguintes dados: 78% citaram o imóvel, 10% gostam dos vizinhos, 5% se referem à localização do conjunto, por acharem perto do centro da cidade, 5% julgam não gostar de nada no conjunto, e 2% se mostram indiferentes sobre

suas preferências. Ao questionarmos sobre as vantagens de morar no bairro Saco Grande II, os dados demonstram que 93% gostam do bairro por este compreender os serviços de comércio necessários (farmácia, escola, mercado, posto de saúde) e 7% das respostas estão relacionadas à indiferença dos (as) moradores (as). No contexto amplo da cidade, têm-se como resultados, 75% se mostram indiferentes, 22% se agradam com as paisagens da cidade, e ainda 3% se mostram insatisfeitos, alegando não gostar da cidade, dados apresentados na tabela que segue:

TABELA 1
Mapeamento da opinião dos (as) moradores (as) quanto às vantagens de morar no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, no Bairro Saco Grande II e na Cidade de Florianópolis.

Vantagens			
	Vila Cachoeira	Bairro	Cidade
Imóvel	78%	x	x
Vizinhos	10%	x	x
Localização	5%	x	x
Insatisfeitos	5%	x	3%
Acesso aos serviços de comércio e os serviços públicos	x	93%	x
Indiferentes	2%	7%	75%
Paisagens	x	x	22%

Fonte Primária

Analisando os dados obtidos, percebe-se que os (as) moradores (as) da Vila Cachoeira mostram-se muito satisfeitos com o imóvel. Durante a aplicação dos questionários, ouviam-se expressões de contentamento sobre a casa, como por exemplo:

"Nunca que o pobre poderia imaginar que ira morar numa casa de dois andares, essa casa perto da outra parece um castelo".

Mesmo as pessoas que julgam que a casa não se encontra de acordo com as suas necessidades, evidenciam a melhora da sua situação habitacional, comparando com o local e com a infra-estrutura da antiga residência. Um fator também expressivo em relação ao bairro, é que o mesmo possui em sua área os serviços de comércio (farmácia, escola, posto de saúde, mercado, padaria) necessários à sobrevivência humana e social, e na relação com a cidade de Florianópolis, o percentual de indiferença justifica a consciência restrita ao universo social mais próximo.

Referindo-nos às desvantagens, foram apresentados os seguintes dados: 25% dos (as) moradores (as) não gostam da vizinhança, 22% mostram insatisfeito e preocupados com a violência na vila, 19% não gostam do lixo nas ruas, 12% se mostraram indiferentes, 7% citaram o número expressivo de cachorros nas ruas, 6% apontam o tratamento de esgoto localizado na entrada da vila, 4% encontram-se insatisfeitos com a Associação de Moradores, justificando que a AMVIC não desenvolve seu papel de maneira satisfatória, ainda 2% ressaltam a desordem noturna e diurna na vila e, ainda, 3% mostram-se insatisfeitos com a localização da Vila (distante do centro). Em relação ao bairro, 61% mostram-se indiferentes, 22% das respostas obtidas expressam a insatisfação com a pavimentação da rua principal do bairro, e ainda 8% julgam os serviços do Posto de Saúde do bairro ruim, e 4% citam a violência no bairro e 5% citam a insuficiência de horários dos transportes coletivos que servem à população do bairro. Já em relação às desvantagens de morar na cidade de Florianópolis, para com a cidade, 93% mostraram-se indiferentes, 4% citaram a violência e outros 3% mostram-se insatisfeitos com o trânsito da cidade, conforme dados apresentados na tabela que segue:

TABELA 2
Mapeamento da opinião dos (as) moradores (as) quanto às desvantagens de morar no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, no Bairro Saco Grande II e na Cidade de Florianópolis.

Desvantagens			
	Vila Cachoeira	Bairro	Cidade
Vizinhos	25%	x	x
Violência	22%	4%	4%
Lixo na rua	19%	x	x
Indiferentes	12%	61%	93%
Animais na rua	7%	x	x
Tratamento de Esgoto	6%	x	x
Associação de Moradores	4%	x	x
Rua do Bairro esburacada	x	22%	x
Serviço de saúde local	x	8%	x
Sistema de Transporte	x	5%	x
Trânsito	x	x	3%
Barulho diurno e noturno	2%	x	x
Localização	3%	X	x

Fonte Primária

Refletindo individualmente na insatisfação dos (as) moradores (as) em relação à vila, nota-se que o maior índice gira em torno das relações pessoais entre os vizinhos. As causas podem ser elencadas, apoiadas pela experiência em campo no momento da pesquisa como também no período de estágio obrigatório no local, sendo que, dessa maneira, julga-se como justificativa da resposta o fato da população residente no local ter diversas procedências, ocasionando uma mistura de culturas e costumes, sendo inevitável o choque cultural e social; e ainda outro fato que devemos considerar são as intrigas particulares

entre os (as) moradores (as), sejam por relacionamentos entre homem e mulher, dívidas de droga, lutas internas e externas entre traficantes, entre outros. Portanto, essas situações acabam por ocasionar rupturas e abismos no relacionamento social entre os habitantes do conjunto.

A indiferença é a expressão que apresenta a maior porcentagem, assim como nos apontamentos quanto às vantagens e desvantagens de residir no universo que ultrapassa o universo do Conjunto Habitacional, reforçando, dessa maneira, a idéia anterior que a consciência dos (as) moradores (as) encontra-se voltada para o seu espaço, para sua realidade individual. Considerando, também, que muitos habitantes da Vila Cachoeira têm sua vida restrita no interior do Conjunto Habitacional, devido às oportunidades e condições financeiras, resultando em respostas vagas relacionadas tanto com a indiferença, como com a satisfação com as belas paisagens da cidade.

Evidenciam-se nas respostas obtidas, que a violência é tida como algo que expressa a insatisfação do morador, julgando também como o principal problema da comunidade.

Nesse contexto, sabe-se que a violência se traduz na insegurança ou na falta de segurança pública do indivíduo social. Ela é sentida por todos os segmentos e classes sociais, ou seja, todos os indivíduos de todas as classes sofrem com as consequências da perversa violência que assola a sociedade atual.

Segundo Gouveia, (2000):

A violência é manifestada, principalmente, na área urbana das grandes capitais, está no centro da vida quotidiana, consoante tem sido amplamente divulgada pelos principais meios de comunicação de massa. Ela é ameaçadora, progressiva e geradora de uma profunda **sensação de insegurança**. Essa evolução é sintomática de uma perversa distribuição de rendas e de terras produtivas, de uma desintegração social, de um mal-estar coletivo, de uma desmoralização das instituições públicas e das

policias que se destinam ao seu controle e combate. A violência gera o medo, que por sua vez gera também a violência, resultando na máxima: violência só gera violência; é, pois, um círculo vicioso que se instala, uma verdadeira psicose coletiva ascendente à neurose ou à síndrome do medo, é preciso um esforço hercúleo para romper esse círculo.³⁶

Sabe-se que, atualmente, a nossa sociedade é calcada pelas expressões da questão social, considerando a violência como um dos principais motivos de preocupação para a sociedade. Na comunidade, a violência se mostra como um problema social expressivo na percebido na fala de um morador: *"A rapaziada que ganha dinheiro roubando, matando, traficando drogas, estão se sentindo donos na vila. Ninguém tem coragem de fazer nada, nem a polícia"*.

O medo pode ser considerado como uma maneira de precaução e resposta a algo que lhe é estranho, ou seja, algo que desconhecemos e que, muitas vezes, nos parece perigoso. Porém, há de se considerar que a noção de medo pode estar presente na sociedade e na vida das pessoas de maneiras distintas, se mostrando com inúmeras expressões não somente quanto à violência.

No Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, a noção de medo entre os adultos e crianças de ambos os sexos inseridos na comunidade foi assim expressa quando perguntados: segundo o universo masculino, 59% dos homens tem medo de serem traídos pela mulher, 19% com medo da solidão, outros 19% julgam o desemprego como o seu principal fantasma e 3% citam a violência. Os medos do sexo feminino dividem-se em 27% com medo da traição masculina, 15% medo da solidão, o medo de desemprego surge com a porcentagem de 46%, outros medos citados, como o medo de violência, tiroteio, vizinhos, e doença se dividem entre os 12% dos dados restantes.

³⁶ Fonte: www.militar.com.br

TABELA 3
Mapeamento quanto à noção de medo entre os homens e as mulheres.

Medos		
	Homens	Mulheres
Traição	59%	27%
Solidão	19%	15%
Desemprego	19%	46%
Violência	3%	x
Outros (doença, tiro, vizinhos)	x	12%

Fonte Primária

Considerando o universo adulto, embora as pessoas estejam cientes que vivem em um local onde a segurança pública é frágil, contraditoriamente não apresenta um índice elevado sobre o medo da violência urbana quando especificamente perguntadas, sendo que a preocupação dos homens se inter-relaciona com o poder do ego masculino, e, no entanto as mulheres se curvam ao capitalismo financeiro, defendendo o emprego como algo imprescindível, principalmente, para a sobrevivência de seus filhos.

O fato de a mulher temer o desemprego poderá ser justificado pelo alto índice da expansão do espaço conquistado por ela no mercado de trabalho. A expansão no mercado de trabalho trouxe outras responsabilidades, como por exemplo, a independência econômica do sexo feminino em relação ao domínio masculino, exercido sobre a mulher nas épocas passadas.

Já no universo infantil, a pesquisa nos mostra que, segundo os dados da amostra, 22% das meninas têm medo de tiro, 20% têm medo da autoridade materna e paterna, outros 19% não têm medo de nada, 17 % julga-se ter medo de polícia, 12% medo da ausência da mãe e 10% medo da violência. Entre os meninos, a pesquisa mostrou que

61% julgam que nada amedronta os meninos, 20% medo de polícia, 14% medo da autoridade dos pais e 5% julgam ter medo de tiro.

TABELA 4
Mapeamento quanto à noção de medo entre os meninos e as meninas.

Medos		
	Meninos	Meninas
Tiro	5%	22%
Autoridade dos pais	14%	20%
De nada	61%	19%
Ausência da mãe	x	12%
Violência	x	10%
Polícia	20%	17%

Fonte Primária

Nesse âmbito, percebe-se que as meninas assim como os meninos por já nascerem em uma realidade empobrecida material e simbolicamente, banalizam as expressões de violência, gravidez precoce, utilização de drogas ilícitas, entre outras. Portanto, para eles a violência é comum por estar inserida na realidade continuamente. Há aqui um processo de naturalização da realidade, o que ocasiona problemas de relação social e familiar, dificultando ainda mais a consolidação dos direitos sociais para a melhora da condição humana na sociedade e de compreender que somos vítimas e, ao mesmo tempo, de alguma forma vitimizadores.

Retomando os dados da violência citada pelos (as) moradores (as) como sendo uns dos principais problemas da vila, porém não tida como principal problema social desencadeador do sentimento de medo, prescreve-se aqui a possibilidade dessa violência

ser a responsável pela expressiva porcentagem de insatisfação com a vizinhança apontada anteriormente. Nesse âmbito segundo Peruzzo, (1941, p.93):

A falta de segurança dos (as) moradores (as) do conjunto pode ser um elemento inibidor do seu relacionamento, bem como da organização popular de seus residentes. Existem alguns indícios, que não me proponho a desenvolver aqui, de que a ameaça de assalto e outros tipos de violência por vezes ocorre contra as pessoas que se propõem a participar de associações reivindicativas. Seriam então provocações com finalidade de intimidar a organização e reivindicação dos (as) moradores (as).

Dando continuidade, e neste momento focando na apresentação e análise dos dados colhidos que dizem respeito aos principais problemas da comunidade e as sugestões cabíveis, segundo a fala dos (as) moradores (as), salientamos o expressivo apontamento sobre a preocupação deles em relação à situação de higiene e a sua conscientização em relação ao lixo nas ruas do Conjunto Habitacional, que, segundo eles, além de deixar a vila com aspecto sujo, podem possibilitar a proliferação de doenças e animais como ratos e baratas, sendo caracterizados também problemas da comunidade.

O trabalho social na comunidade executado até o ano de 2004 por uma profissional de Serviço Social e que teve suas ações paralisadas no início do presente ano de 2005, desencadeou uma intensificação de alguns problemas sociais da comunidade, como também resultou na percepção dos (as) moradores (as) sobre a importância das ações do Serviço Social. Como descreve uma moradora: *"Quando a gente precisava, era só correr lá pra cima e a dona Assistente Social sempre dava um jeito na nossa situação"*.

E ainda: *"Depois que saiu a assistente social, a vila piorou. Todo mundo sente-se dono da vila. Na verdade eu não gostava muito dela, mas como dizem: ruim com ela, pior sem ela"*.

Torna-se evidente que diante das respostas da amostra obtida, que corresponde a 20% das 205 habitações, verificou-se que a população local sentia-se assessorada pelo trabalho realizado pela assistente social, que através de encaminhamentos sociais e de

práticas socioeducativas e conscientização, contribuía para a melhora da qualidade de vida dos (as) moradores (as). Deve-se considerar que algumas vezes essa procura e espera dos (as) moradores (as) pelos atendimentos e ações do profissional poderia ser percebido como dependência e acomodação dos (as) moradores (as), ou melhor, dependência de sempre esperar do profissional a organização de reuniões que seriam de interesse da comunidade, ao contrário permaneceria como estava.

Salve essas avaliações, classificaremos alguns outros problemas também evidenciados pelos (as) moradores (as), porém de forma mais amena, como a falta de vagas na creche, problemas com a iluminação dos postes da vila (as lâmpadas são quebradas pelos próprios (as) moradores (as)), a falta de manutenção da área verde coletiva na extensão do conjunto (mato/capoeira), manutenção da caixa d' água central, tratamento de esgoto, tráfico de drogas, entre outros.

Considerando a análise no âmbito mais abrangente do bairro e da cidade, verifica-se que o sentimento de indiferença se expressa novamente como já citamos. As pessoas se conscientizam quanto aos problemas do local mais próximo, ou seja, do Conjunto Habitacional, fora desse mundo não faz diferença. Como expressa uma moradora: *"O problema não está lá fora, está aqui dentro"*.

E ainda, ressalta outra moradora: *"Eu vivo aqui neste mundinho cheio de problemas, tenho que me preocupar com a vila para melhorar a minha vida e a dos meus filhos"*.

Porém, citam problemas mais expressivos, como o Posto de Saúde, que não atende de forma satisfatória a população que procura seus serviços, como já fora mencionado anteriormente; a pavimentação da rua principal do bairro é evidenciada como um problema que põem em risco a vida dos pedestres e também dos motoristas; a violência no bairro e na cidade fora citada, considerando especificamente que o bairro do Saco

Grande II conta com um índice expressivo de formação de morros e favelas; o sistema integrado de transporte coletivo é salientado de maneira expressiva por conta dos horários de ônibus e o preço da tarifa.

Para problemas, buscam-se soluções. Nesse contexto, buscou-se primeiramente tomar conhecimento sobre a consciência dos (as) moradores (as) em identificar os problemas, no entanto, nesse momento busca-se tomar conhecimento sobre as sugestões cabíveis para a solução dos problemas, sob a ótica dos (as) moradores (as).

Segundo as sugestões dos (as) moradores (as) para a solução dos problemas apontados anteriormente, encontra-se envolto na efetividade da intervenção do poder público, ou seja, a prefeitura, no tratamento dos problemas sociais. Percebe-se que a consciência dos (as) moradores (as) em relação à sua contribuição para a solução dos problemas é primordial para se alcançar os objetivos da busca da qualidade da comunidade. Evidencia-se, dessa maneira, através de dados que, 10% dos resultados da amostra obtida, julgam ser a responsabilidade exclusiva dos (as) moradores (as), 12% citam a Prefeitura Municipal como a única responsável e a maior porcentagem, 78% julga ser da Prefeitura e dos (as) moradores (as) a responsabilidade de promover as soluções para os problemas apontados. Como percebemos no gráfico abaixo:

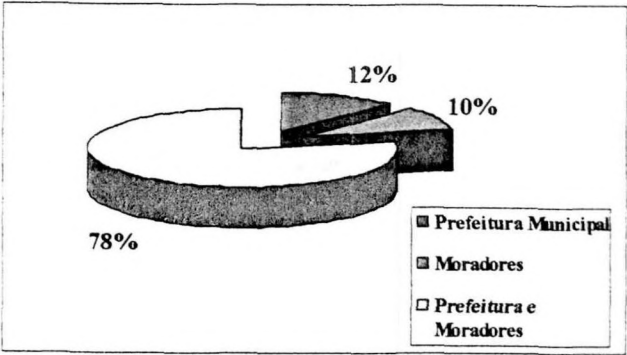


GRÁFICO 18: Mapeamento sobre a noção quanto à responsabilidade pela execução das melhorias na comunidade
Fonte Primária

Vale salientar dois aspectos neste item:

a) Primeiro o fato da considerável porcentagem dos (as) moradores (as) citarem o poder público como único responsável pela busca de soluções para todos os problemas da vila, considerando que é perceptível que muitos problemas expressados sejam resultados do comportamento social dos próprios (as) moradores (as).

b) Outro item evidenciado na pesquisa se direciona nas possibilidades de parcerias na busca das soluções dos problemas entre o órgão público, no âmbito municipal e os próprios moradores. Como afirma a Lei Orgânica da Assistência Social, no seu artigo 15º: – Compete aos Municípios: III – "executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil". Desse modo, percebe-se que a maioria das amostras obtidas encontra-se nesta lógica, ressaltando a importância da parceria entre os (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, cuja concepção pode ser percebida na fala do morador, descrita abaixo: *"A Prefeitura tem o dever de nos ajudar, mas também os (as) moradores (as) devem colaborar, que por afinal de contas o que tem aqui na vila é nosso, e devemos cuidar"*.

Tem-se consciência que nem tudo se encontra em concordância com o que prescreve a LOAS, sobre a responsabilidade do poder público em disponibilizar acesso às políticas públicas. Concordando com Iamamoto (2004), o poder estatal se inibe de cumprir as responsabilidades para com a população, desde que muitas das suas ações foram focalizadas ao interesse do capitalismo vigente, excluindo o indivíduo de classes inferiores de seus objetivos, virando-se as costas para os problemas que devastam a qualidade de vida, resultando na intensificação dos problemas sociais que acabam por degradar concomitantemente o universo social da classe superior.

Ao analisarmos relato de alguns moradores do referido conjunto, percebe-se que julgam ser culpa do poder público o aumento e proliferação da violência urbana, miséria, desemprego na sociedade atual, como nos demonstra o relato abaixo:

"Não sei por que o poder público sempre joga a culpa das desgraças que acontecem pra cima dos ladrões, dos desempregados, dos nossos filhos. Meu filho está preso porque assaltou uma loja, eu sei que não é certo o que ele fez, mas o estado e a sociedade também são culpados, não dão oportunidades para os pobres".

Voltando-se ao contexto das responsabilidades do órgão público visando às soluções para a comunidade local, os (as) moradores (as) citam ações que julgam ser o caminho para a melhora da sua qualidade de vida. Assim caberia para a Prefeitura Municipal algumas ações como a contratação de um profissional de Serviço Social para retomada da execução do 'Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social', ação que, segundo os (as) moradores (as), seria a solução e amenização dos diversos problemas sociais da comunidade. Assim sendo, o trabalho social resolveria o problema do lixo nas ruas com a revitalização do projeto das Frentes Temporárias de Trabalho; operacionalização dos cursos de capacitação profissional realizado no Centro de Capacitação Profissional; revitalização e acompanhamento da AMVIC da comunidade; e ainda, através ações de inter-relação com outras instituições públicas (COMCAP, CASAM, SMHTDS CELESC, etc.), teriam a possibilidade de resolver problemas cotidianos tidos como problema de saneamento básico, iluminação pública, vale transporte, encaminhamentos de assistência emergencial (cesta básica), limpeza da caixa d' água, entre outros.

Referindo-se no cancelamento do trabalho social na comunidade, já explicitado neste trabalho, configura-se uma revolta popular contra a nova gestão. Julgam que foram

abandonados pelo órgão público, e que é também dever da Prefeitura zelar pela qualidade de vida dos (as) moradores (as). Nesse sentido, cabe salientar a manifestação realizada frente à prefeitura, evento mencionado no item 2.2.3 do referido trabalho, e ainda julgam ser a solução para o descaso do órgão público, ações reivindicatórias de cunho mais abrangente como a participação em programas de televisão de cunho social.

Não nos desvinculando da idéia de que o poder público muito tem a zelar pela qualidade de vida dos indivíduos através da distribuição de políticas sociais e que também, como vimos no gráfico apresentada anteriormente, sabemos que os indivíduos sociais muito podem colaborar para melhora da própria qualidade de vida.

Além do respeito aos seus bens públicos, os (as) moradores (as) podem utilizar a AMVIC, tida como um mecanismo de mobilização social à frente dos órgãos públicos. Reconhecê-la como espaço público que 'empoderará' os moradores e qualificará seus interesses na interlocução com o Estado.

Desse modo, relacionando a consciência social com a organização comunitária, estabelece o surgimento da importância da AMVIC como veículo presente, para a organização de mobilização em busca das necessidades, principalmente, as individuais, que trazidas no espaço público, tornam-se coletivas. Como mesmo, expressa uma moradora, quando diz: *"A associação dos (as) moradores (as) é um espaço para se trocar experiências. Cada um leva o seu problema, aí se junta tudo e a luta se faz unida"*.

Segundo eles, quando a luta se faz na união os resultados são mais fáceis de serem alcançados e os seus problemas chegam de maneira mais abrangente nos espaços públicos vigentes.

Dessa maneira, concordando Krug (1982, p. 9):

Reconhecemos ainda o êxito, quando a experiência ganha através do esforço comum, influi em cada indivíduo para compreender suas próprias necessidades e problemas em relação aos da comunidade e para dispor-se a participar e aceitar responsabilidade para melhorar a comunidade como um todo.

Os indivíduos possuem consciência que no atual momento, para as classes inferiores desprovidas ao acesso de políticas públicas, as soluções encontram-se no poder da luta pela qualidade de vida através da união dos indivíduos organizados. A luta das camadas desfavorecidas pela garantia de seus direitos e consolidação da qualidade de vida apresentam-se de maneira expressiva. A população vê nela a possibilidade de alcançar algo melhor para a sua vivência, temos um exemplo claro desta luta, quando nos referimos aos Movimentos Sociais no item 2.2.3 deste trabalho. Considerando a luta pela qualidade de vida uma manifestação em expansão nos dias atuais, tivemos interesse em saber o que representa a luta pela qualidade de vida para os (as) moradores (as) da referida comunidade.

A luta é vista como uma maneira para a conquista de soluções que venham a suprir as necessidades e resolver os problemas que ferem a qualidade de vida dos (as) moradores (as) do local, é a maneira encontrada pela população de reivindicar os seus direitos e lutar para ter uma vida mais digna. Bem como, relata uma moradora sobre como ela vê a luta pela moradia: *"É uma maneira que o povo encontrou para tentar ser feliz de novo no mundo de hoje. Atualmente temos que lutar por tudo, até para comer"*.

E ainda: *"Se todo mundo fosse unido e lutasse para melhorar a nossa situação aqui na vila, seria mais fácil das pessoas nos escutarem, se a gente não gritar, bater panela os poderosos não escutam a gente"*.

Como percebemos nesse depoimento de uma moradora, a população só se faz ouvida e percebida como seres sociais se organizarem manifestações que chame a atenção, ao contrário passam despercebidos.

Considerando a AMVIC com um instrumento de luta unida pelo bem comum de um determinado grupo, percebe-se a importância da Associação na organização da luta popular.

Evidenciam-se assim, os resultados obtidos com a pesquisa quanto à opinião sobre a importância para os (as) moradores (as) da AMVIC, dentre eles, 97% acreditam que a Associação dos (as) Moradores (as) possa ser considerada um espaço importante na luta pela qualidade vida, já 4% da amostra dizem que não acreditam que seja um espaço importante, como percebe-se no gráfico que segue:

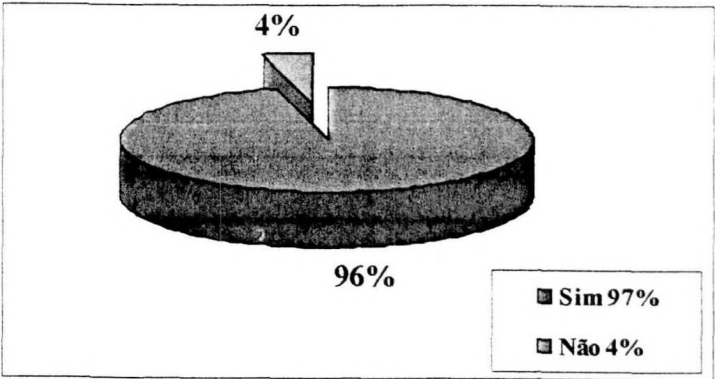


GRÁFICO 19: Mapeamento quanto a opinião dos (as) moradores (as) em relação à importância da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira.
Fonte Primária

Concluindo, diante da análise das respostas obtidas sobre a conscientização social dos (as) moradores (as) em relação aos seus direitos, busca-se compreender a satisfação do morador em relação a sua qualidade de vida atual no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira. Dessa maneira, questionou-se se os indivíduos voltariam a morar no conjunto, se pudessem escolher novamente o seu local de moradia.

Os resultados obtidos mostraram que 64% participariam novamente do referido Programa Habitacional, e 36% não voltariam a residir no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, como demonstra o gráfico que segue:

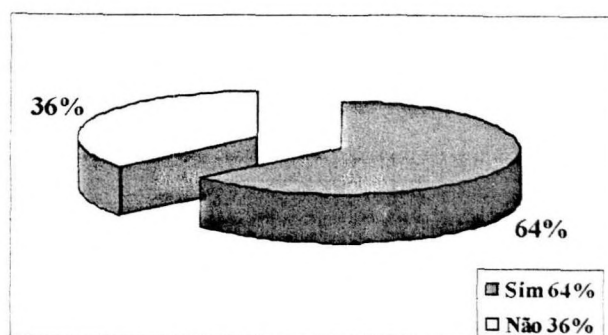


GRÁFICO 20: Mapeamento quanto à satisfação com o Programa Habitar Brasil.
Fonte Primária

Das respostas positivas, que envolve a satisfação do morador residente no local e que o levaria a escolha pelo Programa Habitar Brasil-HBB/BID evidenciam-se os seguintes apontamentos: o não pagamento do aluguel, a infra-estrutura do imóvel e ainda pela boa localização do conjunto, o que interfere, segundo os (as) moradores (as), nas melhores oportunidades de obtenção de um lugar no mercado de trabalho.

Ao considerarmos o Direito à Moradia, percebe-se que os espaços e a infra-estrutura se mostram satisfatórios para a maioria da amostra de moradores pesquisados.

Voltamos a considerar que muitos problemas são apresentados no cotidiano do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, principalmente no que se refere à distribuição dos demais direitos sociais, como a política pública de saúde, trabalho, educação e segurança pública, podendo desenvolver assim o questionamento sobre as contradições que ocorrem na Política Habitacional do Município de Florianópolis, a qual tem como objetivo geral universalizar o acesso à moradia, com a melhoria das condições de habitabilidade, de preservação ambiental e de qualificação dos espaços urbanos, avançando na construção da

cidadania. Ao nos voltarmos a realidade atual dos indivíduos que se encontram em áreas de urbanização desfavorável, sem acesso a política pública de saúde, educação, segurança e trabalho, segurança social pode-se concluir que muito ainda deve ser feito, não somente pelo setor público como também através de ações da sociedade civil.

Evidencia-se também que os (as) moradores (as) possuem consciência da realidade em que convivem e demonstram saber qual é o caminho para a efetivação da luta pela melhora da sua qualidade de vida. Porém, percebe-se que permanecem dependentes de alguém, de algum profissional como, por exemplo, o Assistente Social. Encontram-se na comodidade de alguém ter de fazer por eles, não admitindo que eles têm um grande poder em mãos, que é a AMVIC, como relata uma moradora:

"Temos a Associação de Moradores aqui, poderíamos conseguir muita coisa com ela, ninguém sabe o poder que a associação tem perante a Prefeitura. Mas acho que ela só funcionaria se a Assistente Social voltasse a trabalhar aqui".

A pesquisa demonstra, ainda que o poder estatal não apresenta suas ações de maneira eficaz, apresentando contradições na área da Política Habitacional no âmbito geral da garantia de direitos sociais através da distribuição de políticas públicas, de saneamento, transporte, trabalho e renda entre outros. Conferindo que a realidade dos (as) moradores (as) encontra-se pautada na lógica de que a garantia dos Direitos Humanos prescritos na Constituição de 1988 em seus artigos presentes no capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos e II-Dos Direitos Sociais da mesma, essas ações estão muito longe de serem efetivadas. Reaparecendo aqui a análise de Bobbio, (1992) quando explicita que o maior problema, atualmente, não se encontra na fundamentação dos direitos e sim na forma de garantir ao povo brasileiro uma vida digna diante da realidade social, política e econômica atual.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao fim deste Trabalho de Conclusão de Curso, podemos inferir que muito ainda deve ser feito para a promulgação da qualidade de vida na área habitacional. E ainda, muito deverá ser feito para que os direitos sociais sejam realmente garantidos de maneira universal e em sua totalidade aos indivíduos sociais, pois persistem entraves que merecem atenção e que revelam a necessidade de um contínuo e vigiado acompanhamento.

Algumas circunstâncias e problemas sociais que vem marcando os tempos recentes ajudam a compreender que as contradições na atuação do poder estatal estão cada dia mais voltadas para os interesses das novas formas de acumulação do capital, desgastando as suas ações de inclusão social dos indivíduos de camadas inferiores.

No caso da Política Habitacional, poucas são executadas de maneira satisfatória não atendendo assim a totalidade dos direitos sociais prescritos na Constituição Brasileira de 1988.

Todos sabem que há recursos para a melhora da qualidade de vida dos cidadãos nos orçamentos do Governo Federal, Estadual e Municipal, o que não existe é uma distribuição eqüitativa desses recursos em forma de políticas públicas que visem à promulgação dos direitos sociais.

No contexto da realidade dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, considera-se necessário uma maior atenção por parte do órgão público vigente no que se refere ao saneamento básico, trabalho e renda, áreas de lazer, educação,

pavimentação da rua de acesso, intensificação da segurança pública no local, acesso a políticas públicas emergenciais (cesta básica, vale transporte).

Em relação à infra-estrutura das habitações do Programa Habitar Brasil-HBB/BID, diante da pesquisa realizada, percebe-se um alto índice de satisfação dos (as) moradores (as) do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira. Julgam que o imóvel atende suas necessidades diárias de moradia, comparando sua atual moradia com àquela que residiam anteriormente.

Ao mesmo tempo, não devemos cegar-nos quanto às insuficiências e as falhas na infra-estrutura do imóvel. Mostram-se satisfatórias a quem as compara com 'barracos de lona e compensados' que viviam anteriormente e a atualmente não possuem outra opção. Evidenciando-se assim o acesso ao direito à moradia contraditória, ou seja, ao mesmo tempo em que estão satisfeitos com o imóvel, percebem através do seu cotidiano que o imóvel poderia ser estruturado de maneira diferenciada, proporcionando à moradia digna de maneira totalitária e eqüitativa.

Como fora citado no decorrer do referido trabalho, o Programa Habitar Brasil-HBB/BID não se restringe apenas à construção dos imóveis, o programa é voltado para o desenvolvimento social dos (as) moradores (as) dos conjuntos habitacionais após o processo de reassentamento dos indivíduos, responsabilidade essa direcionada ao órgão público vigente em cada Município.

Conclui-se como sendo de extrema necessidade a execução de um acompanhamento social mais intenso do cotidiano dos (as) moradores (as), ou melhor, um acompanhamento ativo que possibilite em primeiro lugar, o acesso às políticas públicas necessárias, em segundo lugar, a um processo de desenvolvimento e independência social

dos (as) moradores (as) em relação à Prefeitura Municipal como também ao trabalho do profissional de Serviço Social, como mencionamos anteriormente.

Nesse contexto, nos referimos ao trabalho do Serviço Social como sendo um eficaz instrumento da cidadania, ajudando o povo a participar do estudo e da solução de seus próprios problemas, desencadeando ações de mobilização comunitária partindo da organização dos próprios (as) moradores (as), ficando como responsabilidade do profissional de Serviço Social apenas o processo de conscientização dos (as) moradores (as) sobre o seu poder na luta social, através da sua organização e mobilização.

No referido caso do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, onde se evidencia uma dependência do trabalho desenvolvido anteriormente pela assistente social, de organização de atividades que deveriam ser organizadas pela AMVIC, ou melhor, nesses casos a iniciativa surgia da assistente social, não da comunidade reunida, esperava-se pela organização do profissional, pois de outro modo não seriam realizadas reuniões, eventos de conscientização, entre outros.

Vê-se a necessidade da implementação de atividades de competência do Serviço Social que envolva práticas socioeducativas, como palestras, grupos de discussão, com o objetivo de conscientização, independência e emancipação humana.

Como mesmo afirma Cardoso (1995, p. 144):

Esta função, contida no projeto ético-político-profissional, concretiza-se fundamentalmente, através do estabelecimento de novas relações pedagógicas entre assistente social e os usuários de seus serviços. Relações estas favorecedoras de um processo de participação dos sujeitos envolvidos, numa dupla dimensão: de conhecimento crítico sobre a realidade e recursos institucionais tendo em vista a construção de estratégias coletivas em atendimento às necessidades e interesses das classes subalternas; e de mobilização desses sujeitos, instrumentalização de suas lutas e manifestações coletivas na perspectiva de fortalecimento e avanço da organização das referidas classes como classe hegemônica.

E ainda, corroborando com Cardoso (1995) diante da realidade da comunidade estudada, e também pelo contato no período de realização do estágio curricular, pode-se perceber que as requisições feitas por essas classes à prática do assistente social, na atualidade, focalizam-se nas necessidades referentes às frentes de luta que caracterizam o projeto interventivo dessas classes na sociedade. Essas frentes de lutas referem-se aos processos de construção de respostas às necessidades materiais imediatas compatíveis ao pleno desenvolvimento físico e intelectual dos sujeitos que compõem as referidas classes e a necessidades de sua formação e organização política.

Esse processo citado como um meio de emancipação do ser humano e de independência do poder político vigente, como também no âmbito local, de independência do trabalho do assistente social, traz consigo a dimensão real da luta dessas classes pela conquista e defesa dos seus direitos sociais e a constituição de sua hegemonia, sua superioridade em relação à sociedade capitalista, causadora dos problemas sociais que impossibilita a promulgação da qualidade de vida desses indivíduos de classes inferiores, para, dessa maneira, construir uma nova sociedade, uma sociedade mais justa.

De que forma que poderíamos consolidar essa emancipação através das práticas educativas desenvolvidas pelo profissional de Serviço Social? A mobilização comunitária é condição indispensável na concretização de processos educativos desenvolvidos pelo assistente social.

Busca-se dessa maneira a execução de um trabalho associativo para o profissional de Serviço Social, no que se refere na construção de uma rede de proteção social que perpassa pela garantia pelo direito a ter acesso a moradia, mas também ter acesso a educação, a saúde, à trabalho, à lazer e a segurança pública. Ações que almejam algo em comum, a melhora na qualidade de vida dos indivíduos da classe subalterna.

Julga-se necessário assim, no contexto do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, a necessidade da organização de grupos de vizinhança, grupos de reflexão e conscientização da importância da união e mobilização de uma sociedade civil organizadas.

Sugere-se que as práticas sócio-educativas sejam realizadas e organizadas em parceria com a escola municipal do bairro, com a creche, como o Conselho Comunitário, o Posto de Saúde e também com Ong's.

Assim, o processo de mobilização desenvolvido pelos assistentes sociais visa à organização dessas classes em espaços onde é possível gerar e socializar conhecimento, constituindo sujeitos coletivos capazes de participar da construção da hegemonia das referidas classes. (CARDOSO, 1995, p.140).

Evidencia-se que no enfrentamento desse desafio, o assistente social materializa sua função de mobilização, participando com outros sujeitos em processos que contribuam para a formação da consciência das classes subalternas. Ou seja, para que apreendam a totalidade de suas condições objetivas de vida e posicionem-se no enfrentamento com as classes adversárias, construindo novas relações hegemônicas na sociedade brasileira. (CARDOSO, 1995, p. 147).

Conclui-se, dessa maneira, que cabe ao Serviço Social mostrar o caminho e conscientizar a população local que eles podem caminhar com as próprias pernas, demonstrando sua independência em relação às ações da sociedade capitalista e dos poderes estatais. E que, atualmente, deve-se buscar alternativas para a solução dos problemas através de outras instituições não governamentais, não filantrópicas inseridas do universo da sociedade civil, florescendo antes tarde do que nunca a ânsia e a iniciativa dos indivíduos sociais em se mobilizar, lutar sozinhos, utilizando-se de instrumentos como no referido caso, a AMVIC para a busca pela qualidade de vida.

Assim, segundo Korc (1997, p. 152):

De acordo com os princípios Ético-Profissionais do Serviço Social, impõe-se o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas a ele inerentes: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Tal liberdade não se reduz ao estrito âmbito das decisões individuais, pois a experiência da liberdade se constitui como a construção coletiva. Nesse sentido, aponta-se para uma nova direção social, que tenha o indivíduo como fonte de valor, na perspectiva de que a plena realização da liberdade de cada um requer a plena realização de todos.

Enfim, cabe ao assistente social, portanto, comprometer-se com a construção e a difusão dessa liberdade que brota da consciência dos próprios deveres e direitos, que é capaz de levar o indivíduo a conduzir-se autonomamente, por isso mesmo, empreender a sua ação através da independência, se mostrando ciente de que a busca pela vida digna pode se efetivar sem a submissão e intervenção total da esfera pública vigente.

Concluindo, podemos reafirmar que, a partir da oportunidade que o Curso de Serviço Social nos ofereceu, unida à prática profissional e o relacionamento com a comunidade tivemos um grande aprendizado, e que, apesar dos muitos impasses que ainda persistem, teimamos em sonhar, pois...

"Sonhar é necessário para mudar, a positividade para a subalternidade inconformada é a possibilidade de mobilização para alternar a condição histórica subalterna" (YASBEK, 1993).

5 - REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Henrique Sérgio; SANTOS, Guilherme Wanderley dos; COIMBRA, Antonio Marcos. **Política Social e Combate a Pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ABRANS, Charles. **Habitação, Desenvolvimento e Urbanização**. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1964.

ANDRADE, Vanessa de. **O perfil dos (as) moradores(as) do Morro da Penitenciária – Florianópolis/SC: o saneamento básico na relação com a qualidade de vida e a contribuição do Serviço Social**. 2002. Monografia de Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento Popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.

ARRETECHE, M.T. Tendências no estudo sobre avaliação. In: MELO RICO, E. (org.) **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONDUKI, Nabil. **Habitação e Autogestão, Construindo Territórios de Utopia**. São Paulo: Fase, 1992.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pela Emendas Constitucionais nº 1/92 a 32/2001 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos/Departamento da Criança e do Adolescente. COMANDA – 2 ed. – 2002.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (1993). LOAS: lei orgânica da assistência social: legislação suplementar / Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria de Estado de Assistência Social; revisão do texto, Laisy Roriz...[et al.].-2 ed. – Brasília: MPAS, SEAS, 2001.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das Classes Subalternas – Um desafio para o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

DANTAS, Carolina de Carvalho. **Projeto de participação comunitária e desenvolvimento social no Conjunto Habitacional Vila Cachoeira: o percurso entre o teórico e à prática**. 2004. Monografia de Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BRASIL. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. Dispõe sobre o Estatuto da Cidade que estabelece diretrizes gerais para a política urbana. -2 ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A prática como trabalho e a inserção do Assistente Social em processos de trabalho.** São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis/ Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa Social em Serviço Social.** Brasília, 2 ed, Ano 2, n. 3, p. 09-30, jan.-jun. 2004.

JACOBI, Pedro. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas: demandas por saneamento básico e saúde.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

LOPES, Dora Maria. Ações públicas em Habitação Popular: um olhar sobre duas experiências na cidade de Vacaria RS.2000.Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina,Florianópolis.

KLEINSCHMIDT, Carin; SILVA, Jorgina Maria da. **Movimento Popular e Serviço Social.** Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

KORC, Paulina. **As Margens da “Via Expressa”. A prática de sujeitos coletivos pelo direito social à moradia.** 1997. Monografia de Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

KRUG, Jorge Gilberto. **A Mobilização Comunitária**. São Paulo: Cortez, 1982.

MARICATO, Erminia. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PERUZZO, Dilvo. **Habitação: Controle e Espoliação**. São Paulo: Cortez, 1984.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social do Conjunto Habitacional Vila Cachoeira. Florianópolis: editora, 2003. Projeto não publicado.

RIBEIRO, Edaléa Maria. **Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina: anos 90**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz. **O que é questão moradia**. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, A. Carla. Os Fóruns Temáticos da Sociedade Civil: um estudo sobre o fórum nacional de Reforma Urbana. In: DOGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**: São Paulo: Paz e Terra, 2002, cap. 5, p.143-183.

SILVA, Mario Ozanira da Silva e. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 1993.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SITES

Política Habitacional Municipal <www.pmf.gov.sc.br> - Acessado dia 22/04/2005

Resultados de Pesquisas <www.ibge.gov.com.br> - Acessado dia 23/05/2005

Violência <www.militar.com.br> - acessado dia 21/05/2005

Conselho das Cidades <www.fase.org.br> - acessado dia 04/07/2005

Política Habitacional Nacional <www.cidades.gov.br> - acessado dia 04/07/2005

Investimentos no Programa Agente Jovem <www.caixa.gov.br> - acessado dia 08/07/2005

Gravidez na adolescência <www.saudevidaonline.com.br> - acessado dia 11/07/2005

Gravidez na adolescência <www.providafamilia.org> - acessado dia 11/07/2005

Programas de Assistência Social Pública <www.ms.gov.br> acessado dia 13/07/2005

Sociedade Civil <www.dhnet.org.br> acessado dia 08/08/2005

Programa Habitar Brasil <www.pbh.gov.br> acessado dia 09/08/2005

ANEXOS

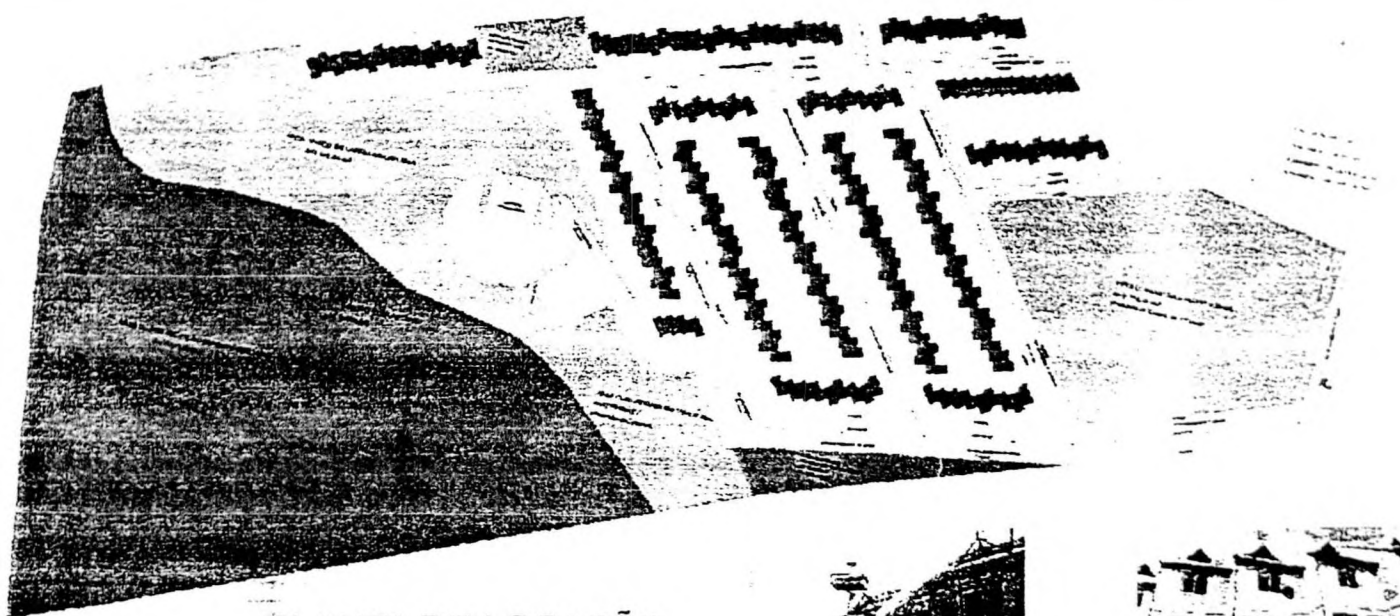
ANEXO A

PROJETO

**BOM
ABRIGO**

Vila Cachoeira

FLORIANÓPOLIS
CAPITAL DA GENTE



PLANTA DE LOCAÇÃO



Conjunto Habitacional Vila Cachoeira

Localização: Saco Grande

Área: 5,4 ha

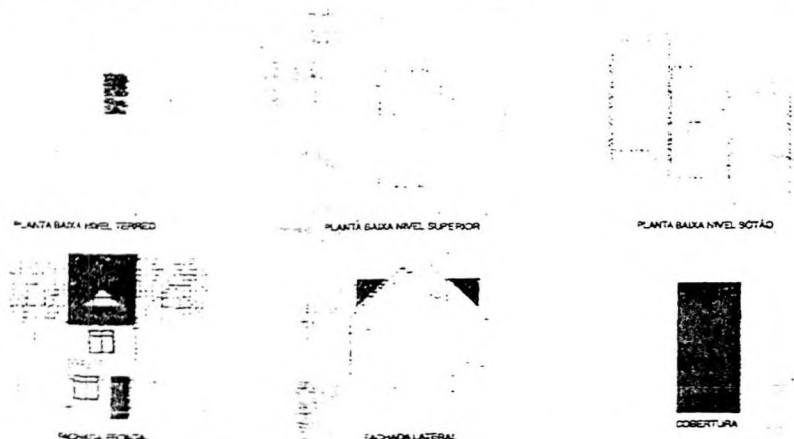
População beneficiada: ²⁰⁵ 222 famílias

Características: Reassentamento de famílias com baixa renda e remoção de áreas públicas (via expressa 282)

Programa: Conjunto Habitacional e Popular compreendendo:

- Regularização Fundiária
- Infra-estrutura Urbana
- Equipamentos comunitários
- Habitações

Participação: Prefeitura/União



Prefeitura Municipal de Florianópolis
Departamento de Desenvolvimento Social
Fundo Municipal de Integração Social

ANEXO B



Conselho dos Moradores do Saco Grande II
CNPJ 75.398.297/0001-94

Telefone para contato: 99036313

Ofício n. 672/COMOSG/2005

Fpolis, 11 de maio de 2005.

Para: Presidente do COMOSG
Para: Sr. Dário Berger
De: ID. Prefeito Municipal de Florianópolis

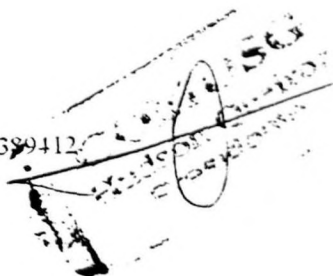
Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos mais uma vez expor algumas situações que nos preocupa, com relação ao bairro do Saco Grande II, tendo em vista que mesmo com a nossa tentativa de firmarmos algumas parcerias com o Município, o abandono sempre foi a resposta da Administração Pública Municipal. Vivemos outra era, e apostamos na concretização de suas propostas de trabalho enquanto candidato. Para isso expomos abaixo:

COMOSG - Conselho dos Moradores Saco Grande

- Nosso Conselho desenvolve Projetos de cunho social, dentre eles destaca-se o Projeto Renascer que atende cerca de 150 crianças na faixa etária de sete a quatorze anos, iniciado em fevereiro passado, mesmo sem a assinatura dos Convênios para o ano de 2005, o que dificultou o atendimento, prejudicando a qualidade e o cumprimento das metas previstas para o referido projeto;

Rod. Virgílio Várzea, 1313 - A - Saco Grande II - Fpolis/SC - CEP 88032-001 - TEL: (0xx48) 2389412

Gestão Chega de Abandono!!!





Conselho dos Moradores do Saco Grande II

CNPJ 75.398.297/0001-94

O Bairro carece com urgência de uma Praça de Esportes, visto que o número de crianças e adolescentes é muito grande, necessitando de atividades, principalmente no período noturno, oportunizando um ambiente sadio bem como atividades desportivas e culturais, evitando assim que os mesmos se interessem mais pelas drogas, tráfico e outros delitos cometidos por adolescentes e jovens marginalizados pela sociedade.

Entendemos que o COMOSG é um instrumento legal de comunicação e de reivindicação junto ao Poder Público, nesse sentido solicitamos que a PMF repense a decisão de retirar o malote, instrumento esse que facilita e agiliza o nosso trabalho bem como o da Prefeitura também, já que a mesma tem funcionários nesta Entidade.

Solicitamos ao setor de obras da referida Prefeitura que faça uma análise detalhada da Rodovia Vergílio Várzea no ponto enfrente à saída da Vila Cachoeira, no que concerne à drenagem da mesma rodovia. Pois este trabalho precisa ser realizado com urgência, tendo em vista o prejuízo que a comunidade tem em tempos de chuvas constantes onde fica inviável passar enfrente a rodovia, bem como o alagamento do terreno do COMOSG prejudicando o solo e impedindo a prática desportiva.

Temos um número grande de moradores semi - analfabetos e analfabetos, nesse sentido colocamos o nosso espaço a disposição para realizar a educação de Jovens e Adultos.

Assinatura
Presidente



Conselho dos Moradores do Saco Grande II
CNPJ 75.398.297/0001-94

CONJUNTO HABITACIONAL VILA CACHOEIRA

- Há aproximadamente quatro anos foi construído em nossa comunidade o Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, trazendo das margens da Via Expressa cerca de 205 famílias, aumentando substancialmente a população no Bairro em aproximadamente 1000 (mil) pessoas. Foram trazidas e desprovidas de qualquer atendimento relacionado à reintegração social, familiar, sem emprego, sem escola e sem atendimento a saúde, visto que os dois últimos equipamentos ainda não haviam sequer iniciado as construções, na qual fomos parceiros na cessão de terreno para construção do Posto de Saúde, bem como no empréstimo de nossa sede social para instalação provisória do Posto de Saúde;
- Destacamos aqui, o excelente trabalho desenvolvido pela Assistente Social junto ao Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, buscando integrar aqueles moradores junto ao bairro, auxiliando-os na busca de espaço no mercado de trabalho, buscando profissionaliza-los através de cursos, no desenvolvimento de atividades recreativas esportivas e culturais, enfim dando o suporte de Assistência Social e não de Assistencialismo Social (Projeto encerrado em meados de fevereiro /2005);



Conselho dos Moradores do Saco Grande II
CNPJ 75.398.297/0001-94

Nesse sentido solicitamos com urgência a implementação de Políticas Públicas eficientes, dando o suporte necessário para que essa comunidade (sujeita de direitos e deveres) venha de fato se desenvolver.

Precisamos assim da assistência social perdida, dos cursos profissionalizantes (abandonados pela atual administração), a fim de incentivar a geração de renda e emprego, retirando essas pessoas da mendicância e do sub-emprego.

Gostaríamos ainda de relembrar à administração pública dos seus deveres com relação à limpeza e manutenção da caixa d'água (que desde a implantação do C. H. Vila Cachoeira , nunca foi limpa) bem como também do sistema de esgoto.

Questionamos também a pesquisa que a CASAN decidiu fazer em algumas casas do C. H. Vila Cachoeira, colocando relógios para o controle da água, fazendo com que famílias de baixa renda deixassem de pagar aproximadamente R\$ 15,00 reais para pagar R\$ 60,00 e 80,00 reais .
Que tipo de pesquisa é esse?

Entendemos, portanto que os Centros Comunitários são Instituições legais perante a sociedade, e que são regulamentados inclusive por leis e estatutos. Nesse sentido gostaríamos que a atual administração devolvesse a chave da Associação dos Moradores da Vila Cachoeira – AMVIC, que bem ou mal ainda tem seus representantes, ou seja, seus representantes legais que nesse momento estão impedidos de entrar no próprio centro comunitário.



Conselho dos Moradores do Saco Grande II
CNPJ 75.398.297-0001-94

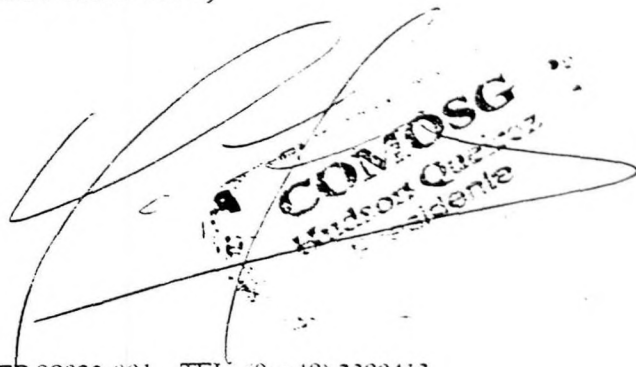
ESCOLA MUNICIPAL DONICIA MARIA DA COSTA

Lembramos a atual administração que os Projetos como dança, Karate, futebol entre outros desenvolvidos na Escola no ano anterior, não estão acontecendo mais. Então nos perguntamos de quais crianças e adolescentes a Prefeitura esta "cuidando". Que cuidar é esse que abandona os projetos desenvolvidos na comunidade? Que tipo de educação essa administração deseja? Que proposta idealiza? E o principal que metas prioriza?

Bem Senhor Prefeito, nos posicionamos até então com a vontade de construirmos uma Florianópolis para todos, principalmente para aquelas crianças que tanto recebem colo no período eleitoral, para aquelas famílias que se enchem de esperança de um novo começo de administração pública, transferindo para si os sonhos das propostas eleitorais.

Assim vimos solicitar com a **devida urgência, uma outra presença** da Vossa Senhoria em nossa comunidade, bem como com a Exma. Secretária do Desenvolvimento Social, Habitação e Trabalho para que juntos possamos traçar metas que venham a amenizar a situação de abandono a que se encontra o bairro do Saco Grande II.

Na certeza de Vossa Atenção, subscrevemo-nos,



COMIOSG
Wudson Queiroz
Presidente

ANEXO C

**PROPOSTA DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO
DE REMOÇÃO DE FAMÍLIAS OCUPANTES DA BR 282-
VIA EXPRESSA**



ATIVIDADES

01. Atualização de Cadastros Sócio-econômico das famílias residentes às margens da Via Expressa (BR 282);

02. Seleção das famílias

02.01. Definição das famílias com perfil para apartamentos e famílias aptas para casas, com pré seleção através das fichas de cadastro, observando:

- (a) Situação de ocupação/trabalho das famílias (carteira assinada, vale transporte, tempo no emprego, etc.)
- (b) Composição familiar
- (c) Número de filhos
- (d) Renda
- (e) Situação escolar das crianças e adolescentes (número de crianças na escola/creche, idade, série, etc.)
- (f) Existência de pessoas idosas, deficientes e portadoras de doenças graves
- (g) Famílias já beneficiadas pela COHAB ou por outra alternativa habitacional

03. Negociação

03.01. Reavaliação dos dados atualizados, com checagem de informações, redefinindo os grupos para atendimento de acordo com as modalidades casa/apartamento/outras alternativas (solteiros sozinhos, menor, portadores de necessidades especiais, etc.). A negociação com estas pessoas será feita através de Desapropriação Amigável de Beneficência, conforme Resolução do Conselho do FMIS, por meio de abordagens individuais e/ou grupais com as famílias e pessoas não enquadradas nos critérios de seleção estabelecendo um processo de negociação, de acordo com as seguintes alternativas:

- (a) Passagens para retorno ao local de origem
- (b) Auxílio transporte/mudança
- (c) Outras alternativas a serem definidas junto ao Departamento, de acordo com as situações apresentadas
- (d) Pagamento da beneficência construída (conforme previsão de desapropriação amigável de beneficência)

04. Reuniões com as famílias por Setor da Via Expressa, subdividindo cada Setor em grupos, de acordo com a modalidade habitacional (casa ou apartamento), estabelecida na pré seleção para abordar e definir os seguintes assuntos:

- (a) Situação de ocupação/trabalho das famílias (carteira assinada, vale transporte, tempo no emprego, etc.)
- (b) Apresentação da modalidade habitacional (projeto arquitetônico, localização, números de unidades, etc.)
- (c) Custos, formas de financiamento e novos encargos a serem assumidos (luz, água, condomínio, no caso de unidades verticalizadas.)
- (d) Documentação necessária (importância e função de cada documento e encaminhamento aos órgãos responsáveis para a emissão quando necessário)



- (e) Sorteio das unidades habitacionais, considerando critérios de distribuição pré definidos (prioridade do pavimento térreo para idosos e deficientes no caso de unidades verticalizadas)
- (f) Definição de data/prazo para reuniões com grupos para interpretação do contrato de financiamento, quando também deverá ser prevista data para assinatura do contrato
- (g) Eleição de representantes das famílias para compor comissão de moradores
- (h) Informes sobre o trabalho social a ser desenvolvido com a comissão de moradores e com as famílias, como forma de preparação para processo de remoção.

05. Reuniões com técnicos da área social para definição de estratégias e propostas de negociação junto aos grupos de tensão e resistência à remoção

06. Abordagens individuais e grupais com famílias resistentes à remoção visando um trabalho de convencimento, com base nos aspectos legais e o estabelecimento de acordos que viabilizem a remoção.

07. Reuniões, encontros e providências com os seguintes órgãos, para as seguintes providências, entre outras:

- (a) Secretaria Municipal de Educação, para que informe como receberá as crianças em idade escolar e adequação dos equipamentos à nova demanda;
- (b) COMCAP, para que informe a regularidade da coleta de lixo no local do empreendimento Vila cachoeira (Saco Grande), bem como se tal regularidade é suficiente para comportar o acréscimo de 205 (duzentos e cinco) famílias;
- (c) Núcleo de Transportes da Prefeitura Municipal de Florianópolis, para que informe o número de linhas e respectivos horários que servem o local, bem como de sua capacidade para receber 205 famílias (aproximadamente 1000 – mil – pessoas);
- (d) FLORAM, para que informe os projetos que possui para ocupação ambiental da área, bem como forneça 200 (duzentos) mudas de plantas ornamentais e frutíferas;
- (e) Fundação Municipal de Esportes, para que informe os projetos que pretende implantar na área do empreendimento Vila Cachoeira;
- (f) Fundação Franklin Cascaes, para que informe os projetos que pretende implantar na área do empreendimento Vila Cachoeira;
- (g) CASAN, para que informe sobre a possibilidade de implementar o programa de "tarifa popular" no empreendimento Vila Cachoeira;
- (h) CELESC, para que informe sobre as portarias regulamentadoras de descontos para consumidores de baixa renda;
- (i) DNER, para que informe sobre os projetos para a Via Expressa, bem como a responsabilidade pelas demolições e remoção dos entulhos das casas demolidas das margens da Via Expressa;
- (j) Comando de Policiamento da Capital, para que encaminhe efetivo de apoio junto aos técnicos na Via Expressa e na localidade de Saco Grande;
- (k) Secretaria do Continente, para que informe sobre os servidores (fiscais) que acompanharão o processo de remoção, bem como os servidores operacionais;

08. Preparação das Famílias para o Processo de remoção

09. Reuniões com as famílias para orientações quanto a:



- (a) uso das instalações sanitárias
- (b) acondicionamento do lixo
- (c) limpeza e higiene pessoal
- (d) animais domésticos e vetores
- (e) prevenção de doenças
- (f) normas de convivência
- (g) uso dos novos equipamentos
- (h) utilização dos espaços coletivos
- (i) planejamento financeiro de novos encargos (luz, água e financiamento)

10. Planejamento e realização das remoções

11. Reuniões com técnicos para definição de datas e estrutura de apoio às remoções

12. Reuniões para a programação e planejamento das remoções prevendo:

- (a) Cronograma
- (b) Estrutura de apoio
- (c) Planejamento logístico (número de mudanças e de viagens por veículo, rotas, demolições necessárias nas áreas desocupadas, etc.)

13. Reuniões com as famílias para orientações e programação das remoções:

- (a) Datas e horários
- (b) Procedimentos quanto a organização e acondicionamento de pertences
- (c) Procedimentos em relação aos animais
- (d) Solicitação de dispensa do trabalho para mudança através de documentação pela P.M.F.

14. Realização das remoções previstas com apoio e acompanhamento das famílias desde a saída do local de origem até a recepção na nova moradia, minimizando os transtornos para as famílias.

Florianópolis, 6 de Maio de 2000.

Cronograma de Execução das Atividades de Remoção da Via Expressa – BR 282

Atividade	Janeiro				Fevereiro				Março				Abril				Maio			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Atualização cadastral		x	x	x			x	x	x	x	x			x						
Seleção das famílias									x	x	x	x								
Seleção final															x	x	x			
Negociação com as famílias (*)									x	x	x	x	x	x	x	x				
Visitas domiciliares									x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Reuniões com as famílias por Setor																x	x	x		
Reuniões com técnicos da área social			x				x				x		x	x	x	x	x	x	x	x
Abordagens com famílias resistentes													x	x	x	x	x	x		
Reuniões com órgãos envolvidos						x	x	x	x	x				x		x		x		
Preparação das famílias para a remoção														x	x	x	x	x	x	
Apresentação do projeto às famílias															x	x	x	x		
Remoção das famílias																		x	x	x
Acompanhamento social pós-uso (*)																		x	x	x

(*) Ainda não iniciada, aguardando definição legais e burocráticas.

(*) O acompanhamento social pós-uso será realizado nos meses de maio a dezembro de 2000

Este cronograma, desde a sua elaboração inicial, já sofreu alterações, considerando ajustes no cronograma de obras do Conjunto Vila União.

Poderá sofrer novas alterações, em razão do atraso na entrega do Conjunto Habitacional Abraão (COHAB), para os quais serão removidas 87 (oitenta e sete) famílias.

Florlanópolis, 05 de maio de 2000.



Departamento de Desenvolvimento Social
Divisão de Ação Comunitária



P R O J E T O

**BOM
ABRIGO**

**MODELOS DE CONTRATOS
CONJUNTO HABITACIONAL
VILA CACHOEIRA**

Pelo presente Contrato de Promessa de Compra e Venda que entre si fazem, de um lado o Município de Florianópolis, com a intervenção do Fundo Municipal de Integração Social - FMIS, pessoa jurídica de direito público, instituída pela Lei Municipal n.º 3.210/89, através de seu Presidente Dr. Manoel Américo Barros Filho, devidamente autorizado pela Lei Municipal n.º 4.922/96, doravante denominado simplesmente compromitente e, de outro lado, o(s) adquirente(s) identificado(s) no item I, do anexo I, adiante denominado(s) simplesmente compromissário(s), firma(m) o presente Contrato de Promessa de Compra e Venda, que será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO: O objeto do presente contrato é a venda de imóvel para fins residenciais com as características descritas no item II, do anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA - TITULAÇÃO DA ÁREA: O Município de Florianópolis é legítimo possuidor do imóvel em questão, conforme escritura pública de propriedade registrada junto ao Cartório do 2.º Ofício de Registros de Imóveis de Florianópolis, sob a matrícula n.º 48690, livro n.º 2 - Registro Geral, fls. 01.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Contrato será igual ao tempo necessário para o pagamento das prestações descritas no item III, do anexo I.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO IMÓVEL: O preço do imóvel é o especificado no item III, do anexo I.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento do preço estipulado será feito pelo(s) compromissário(s), mediante prestações mensais e sucessivas, conforme descrito no item III, do anexo I, sendo que o valor da prestação será reajustado anualmente, a partir da data de assinatura deste contrato, no mesmo índice da variação da UFIR ou outro índice de atualização monetária que a substitua.

§ 1º: O valor da prestação mensal não poderá comprometer mais de 30% da renda familiar, conforme estabelecido no artigo 5º, da Lei Municipal n.º 4.922/96;

§ 2º: O valor do imóvel, ao final do presente contrato, será igual à soma das prestações fixadas neste instrumento de promessa de compra e venda;

§ 3º: Após o pagamento de todas as prestações, considerar-se-á quitado o imóvel, sendo a escritura fornecida ao adquirente após a transcrição da área no Cartório de Registros de Imóveis competente, em nome do Município;

§ 4º: Poderá ser concedido mensalmente a título de subsídio um percentual de desconto conforme descrito no item III, para o(s) compromissário(s) que comprovarem o comprometimento da renda familiar além dos limites previstos na Lei Municipal n.º 4.922/96. O subsídio das prestações será sempre proporcional, até o montante do percentual previsto na Lei Municipal n.º 4.922/96, findando com a alteração financeira favorável do beneficiário.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO DE CARÊNCIA: O(s) compromissário(s) terá(ão) prazo de carência de 2 (dois) meses após a data de assinatura deste contrato, para iniciar(em) o pagamento das prestações mensais estipuladas.

CLÁUSULA SÉTIMA - QUITAÇÃO ANTECIPADA: O(s) compromissário(s) poderá(ão), a qualquer momento, quitar o imóvel pelo valor do devedor, equivalente ao número de prestações vincendas sem o subsídio previsto na cláusula quinta, § 4º, sendo a escritura fornecida ao adquirente após a transcrição da área no Cartório de Registros de Imóveis, em nome do Município.

CLÁUSULA OITAVA - MULTA POR INADIMPLÊNCIA: Após 10 (dez) dias do vencimento, as prestações estarão sujeitas a multa de 2% (dois por cento), mais 1% (um por cento) de juros ao mês.

PARÁGRAFO ÚNICO: Atrasos superiores a 03 (três) meses consecutivos no pagamento das prestações acarretarão notificação administrativa para pagamento das parcelas em atraso e superiores a 6 (seis) meses consecutivos serão alvo de notificação judicial, para entrega do bem imóvel.

CLÁUSULA NONA - TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL: Em caso de necessidade de transferência do imóvel objeto do presente contrato, o compromitente terá preferência ao mesmo, independentemente da existência de outros interessados, cabendo ao(s) compromissário(s) notificar por escrito a sua intenção, ficando o compromitente com direito de optar pela compra no prazo de 60 (sessenta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO: Não havendo interesse ou possibilidade na reaquisição do imóvel pelo compromitente, o(s) compromissário(s) poderá(ão) fazer a transferência a terceiros, que deverá estar cadastrado no Serviço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis e desde que tenham o aval do compromitente com sub-rogação dos direitos, exceto os subsídios previstos na cláusula quinta, § 4º, considerando os critérios estabelecidos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO DO CONTRATO: O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:
por falta de pagamento de seis prestações sucessivas, nos termos do parágrafo único da cláusula oitava, do presente contrato;
por transferência do imóvel a terceiros sem a prévia oferta deste ao compromitente e/ou sem a anuência do compromitente;
por não cumprimento de quaisquer outras cláusulas do presente contrato, a critério do compromitente.

§ 1º - A rescisão contratual por qualquer dos motivos dispostos neste contrato, não ensejará ao(s) compromissário(s), o direito de qualquer tipo de indenização, a qualquer título;

§ 2º - A rescisão do presente contrato, nos casos acima, independe de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, pelo que as partes convencionam este instrumento nos termos do artigo 1163, Parágrafo único do Código Civil Brasileiro;

§ 3º - Havendo rescisão, desistência, transferência ou perda do imóvel por qualquer outro motivo fica(m) o(s) compromissário(s) impedido(s) de adquirir(em) outro imóvel em qualquer plano de financiamento implantado pelo compromitente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL: O(s) **PERMISSIONÁRIO(S)** fica(m) desde já investido(s) na posse precária do imóvel, mas não poderá(ão) alugar, emprestar, ceder, vender, hipotecar ou transferir o imóvel, salvo no caso previsto na Cláusula Nona.

§ 1º. O imóvel destina-se exclusivamente para fins residenciais;

§ 2º. Toda construção, reforma e ampliação das edificações existentes sobre o imóvel, somente poderá ser feita após consulta prévia ao **PERMITENTE** e com a concordância deste, de acordo com as normas legais da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONSERVAÇÃO DO BEM: Desde a assinatura do presente Contrato de Permissão de Uso até o seu termo final, bem como durante a sua vigência, fica(m) o(s) **PERMISSIONÁRIO(S)** obrigado(s) a manter o imóvel em perfeito estado de conservação, segurança e habitabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - QUALIDADE DE PROPRIETÁRIO: Declara(m) o(s) **PERMISSIONÁRIO(S)** não ser(em) proprietário(s), cessionário(s), promitente(s) cessionário(s) de imóvel residencial, financiado ou não, em qualquer município do território nacional, ficando sujeitos as penas da lei em caso de declarações inverídicas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - COMPROVAÇÃO DA RENDA: É condição de validade do presente Contrato a comprovação da renda familiar. Na hipótese da renda ser comprovada através de declaração do(s) **PERMISSIONÁRIO(S)**, esta será integralmente de responsabilidade deste(s), ficando sujeito às penas da lei em caso de declaração inverídica.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste contrato.

por estarem de comum acordo, assinam o presente instrumento de Contrato de Permissão de Uso em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo arroladas.

Florianópolis, 20 de fevereiro de 1999.

PERMITENTE

PERMISSIONÁRIO(S)

.....
Manoel Américo Barros Filho
Presidente do Fundo Municipal de Integração Social

.....
Mutuário

.....
Angela Regina Heinzen Amin Helou
Prefeita Municipal

.....
Mutuário

.....
Testemunha

.....
Testemunha

Pelo presente Contrato de Comodato que entre si fazem, de um lado o Município de Florianópolis, com a interveniência do Fundo Municipal de Integração Social - FMIS, pessoa jurídica de direito público, instituída pela Lei Municipal n.º 3.210/89, através de seu Presidente **Dr. Manoel Américo Barros Filho**, devidamente autorizado pela Lei Municipal n.º 4.922/96, doravante denominado simplesmente **COMODANTE** e, de outro lado, o(s) interessado(s) identificado(s) no item I, do anexo I, adiante denominado(s) simplesmente **COMODATÁRIO(S)**, firma(m) o presente Contrato, que será regido pelas cláusulas e condições seguintes:

- CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:** O objeto do presente contrato é o empréstimo de imóvel para fins residenciais com as características descritas no item II, do anexo I.
- CLÁUSULA SEGUNDA - TITULAÇÃO DA ÁREA:** O Município de Florianópolis é legítimo possuidor do imóvel em questão, conforme escritura pública de propriedade registrada junto ao Cartório do 2.º Ofício de Registros de Imóveis de Florianópolis, sob a matrícula n.º 48690, livro n.º 2 - Registro Geral, fls. 01.
- CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste Contrato será de 01 (um) ano.
- CLÁUSULA NONA - TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL:** Em nenhuma hipótese poderá(o) o(s) **COMODATÁRIO(S)** transferir o imóvel objeto do presente Contrato, retornando o imóvel ao **COMODANTE**, independentemente da existência de outros interessados, cabendo ao(s) **COMODATÁRIO(S)** notificar por escrito a sua intenção.
- CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO DO CONTRATO:** O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:
- a) por transferência do imóvel a terceiros sem a prévia anuência do **COMODANTE**.
 - b) por não cumprimento de quaisquer outras cláusulas do presente contrato, a critério do **COMODANTE**.
- § 1º - A rescisão contratual por qualquer dos motivos dispostos neste contrato, não ensejará ao(s) **COMODATÁRIO(S)**, direito a qualquer tipo de indenização, a qualquer título;
- § 2º - A rescisão do presente contrato, nos casos acima, independerá de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, pelo que as partes convencionam este instrumento nos termos do artigo 1163, Parágrafo único do Código Civil Brasileiro;
- § 3º - Havendo rescisão, desistência, transferência ou perda do imóvel por qualquer outro motivo fica(m) o(s) **COMODATÁRIO(S)** impedido(s) de adquirir(em) outro imóvel em qualquer plano de financiamento implantado pelo **COMODANTE**.
- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL:** O(s) **COMODATÁRIO(S)** fica(m) desde já investido(s) na posse precária do imóvel, mas não poderá(ão) alugar, emprestar, ceder, vender, hipotecar ou transferir o imóvel.
- § 1º - O imóvel destina-se exclusivamente para fins residenciais;
- § 2º - Toda construção, reforma e ampliação das edificações existentes sobre o imóvel, somente poderá ser feita após consulta prévia ao **COMODANTE** e com a concordância deste, de acordo com as normas legais da Prefeitura Municipal de Florianópolis.
- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONSERVAÇÃO DO BEM:** Desde a assinatura do presente Contrato de Comodato até o seu termo final, bem como durante a sua vigência, fica(m) o(s) **COMODATÁRIO(S)** obrigado(s) a manter o imóvel em perfeito estado de conservação, segurança e habitabilidade.
- CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - QUALIDADE DE PROPRIETÁRIO:** Declara(m) o(s) **COMODATÁRIO(S)** não ser(em) proprietário(s), cessionário(s), promitente(s) cessionário(s) de imóvel residencial, financiado ou não, em qualquer município do território nacional, ficando sujeitos as penas da lei em caso de declarações inverídicas.
- CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO:** Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste contrato.
- por estarem de comum acordo, assinam o presente Contrato de Comodato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo arroladas.

Florianópolis, 20 de maio de 2000.

CONCEDENTE

COMODATÁRIO(S)

.....
Manoel Américo Barros Filho
 Presidente do Fundo Municipal de Integração Social

.....
 Mutuário

.....
Angela Regina Heinzen Amin Helou
 Prefeita Municipal

.....
 Mutuário

ITEM I - ADQUIRENTE

NOME:			
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	RG:	ORGÃO EMISSOR	ESTADO CIVIL
CPF:	PROFISSÃO:		
NOME:			
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	RG:	ORGÃO EMISSOR	ESTADO CIVIL
CPF:	PROFISSÃO:		

ITEM II - DO IMÓVEL

ENDEREÇO:		
BAIRRO:	QUADRA:	LOTE
ÁREA TERRENO (M²):	ÁREA HABITAÇÃO (M²):	
FRENTE:	FUNDOS:	
ESQUERDA:	DIREITA:	

ITEM III - DO FINANCIAMENTO

SISTEMA DE RECURSOS	VALOR TOTAL (R\$):	
TAXA DE JUROS:	PERIODICIDADE DE REAJUSTE: ANUAL	PLANO DE VARIAÇÃO: UFIR
PRAZO (MESES):	VALOR 1ª PRESTAÇÃO (R\$):	
MÊS DO INÍCIO DOS PAGAMENTOS:		SUBSÍDIO (%):

✍ «NOME1»

✍ «NOME2»

ITEM I - ADQUIRENTE

NOME:			
NACIONALIDADE:	RG:	ORGÃO EMISSOR:	ESTADO CIVIL:
BRASILEIRA			
CPF:	PROFISSÃO:		
NOME:			
NACIONALIDADE:	RG:	ORGÃO EMISSOR:	ESTADO CIVIL:
BRASILEIRA			
CPF:	PROFISSÃO:		

ITEM II - DO IMÓVEL

ENDEREÇO:		
BAIRRO:	QUADRA:	LOTE:
ÁREA TERRENO (M²):	ÁREA HABITAÇÃO (M²):	
FRENTE:	FUNDOS:	
ESQUERDA:	DIREITA:	

✍ «NOME1»

✍ «NOME2»

ANEXO E

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DA CASA: _____ QUADRA: _____

1- COMPOSIÇÃO FAMILIAR

1.1 Nome Completo	1.2 Sexo	1.3 Grau de Parentesco	1.4 Idade	1.5 Estado Civil
1.	(F) (M)			
2.	(F) (M)			
3.	(F) (M)			
4.	(F) (M)			
5.	(F) (M)			
6.	(F) (M)			
7.	(F) (M)			
8.	(F) (M)			
9.	(F) (M)			
10.	(F) (M)			

2- LOCAL DE NASCIMENTO

2.1 BAIRRO	2.2 LOCALIDADE	2.3 MUNICÍPIO	2.4 UF
1.			
2.			
3.			
4.			
5.			
6.			
7.			
8.			
9.			
10.			

3.4.3 – Em sua opinião, o governo deve dar ou financiar a casa popular?

SIM () Porque? _____

NÃO () Porque? _____

3.4.4 – A casa está de acordo com as suas necessidades diárias?

SIM () Porque? _____

NÃO () Porque? _____

3.4.5 – Como você se sente tendo sua casa própria? O que ela representou na história da sua vida?

3.4.6 – A casa apresenta algum problema?

() umidade
() parede rachada
() outros: Quais? _____

3.4.7 – Você já realizou alguma melhoria no imóvel?

() SIM – Quais? _____

() NÃO – Porque? _____

3.4.8 – Que melhorias deveriam ser feitas nas partes comuns da Vila Cachoeira?

No parque? _____

Na quadra de esportes? _____

No Centro Comunitário? _____

No Centro de Capacitação? _____

3.5 - Cultura e lazer

3.5.1 – Como você ocupa o seu tempo livre?

- | | | |
|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> Conversando | <input type="checkbox"/> Dançar, | <input type="checkbox"/> Assistir TV, |
| <input type="checkbox"/> Visitas –parentes e/ou amigos. | <input type="checkbox"/> Fazer melhorias na comunidade, | <input type="checkbox"/> Encontros religiosos, |
| <input type="checkbox"/> Passeio | <input type="checkbox"/> Fazer melhorias no imóvel, | <input type="checkbox"/> Bates, |
| <input type="checkbox"/> Assistindo filme em casa | <input type="checkbox"/> Fazer trabalhos domésticos, | <input type="checkbox"/> Parques, |
| <input type="checkbox"/> Game/computador | <input type="checkbox"/> Ir à igreja, | <input type="checkbox"/> Viagens para fora da cidade |
| <input type="checkbox"/> Cinema | <input type="checkbox"/> Ir à praia, | <input type="checkbox"/> Festas. Quais? _____ |
| <input type="checkbox"/> Brincar, | <input type="checkbox"/> Ler | <input type="checkbox"/> Outros Citar _____ |
| <input type="checkbox"/> Dormir, | <input type="checkbox"/> Ouvir musica, | |
| <input type="checkbox"/> Conversar com os amigos, vizinhos; | <input type="checkbox"/> Praticar esportes, | |

3.6 – Assistência social.

3.6.1 – Você participa (ou sua família) de programas da Assistência Social Pública?

- ☐ SIM ☐ NÃO

Se SIM, quais?

- ☐ bolsa família
☐ programa sócio família
☐ Proati
☐ Liberdade Assistida
☐ Programa Agente Jovem
☐ Cesta Básica
☐ Igrejas/ONGs
☐ Outros. Cite _____

4- VIDA ASSOCIATIVA E DEMANDAS.

4.1 - Você é convidado (a) para participar de reuniões, encontros comunitários para discutir a qualidade de vida na Vila, no bairro e na Cidade?

SIM (☐) Porque? _____

NÃO (☐) Porque? _____

Do Bairro: 1- _____

2- _____

3- _____

4- _____

Da cidade: 1 - _____

2- _____

3- _____

4- _____

6.2 - Quais as sugestões possíveis?

Da Vila Cachoeira: 1 - _____

2- _____

3- _____

4- _____

Do Bairro: 1 - _____

2- _____

3- _____

4- _____

Da cidade: 1 - _____

2- _____

3- _____

5.9 – Como você vê a luta do povo por qualidade de vida?

5.9.1 – Você considera a Associação de Moradores um espaço público importante na organização da luta pela qualidade de vida?

SIM () Porque? _____

NÃO () Porque? _____

5.10 – Se você pudesse começar tudo novamente, você participaria do Programa Habitar Brasil?

SIM () Porque? _____

NÃO () Porque? _____

Agradecemos a sua atenção e sua participação.

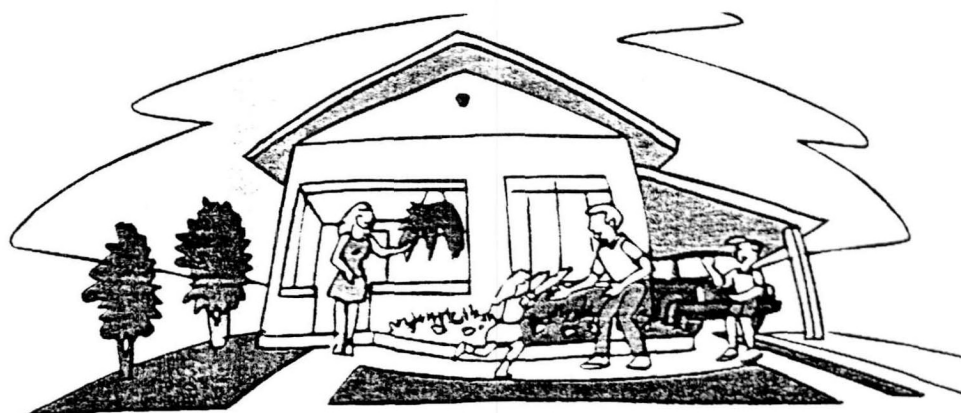
Florianópolis, 30 de abril de 2005.

Entrevistador: _____

Observações: _____

ANEXO F

Bem-vindo ao
Conjunto Habitacional
Vila Cachoeira



BOM
ABRIGO

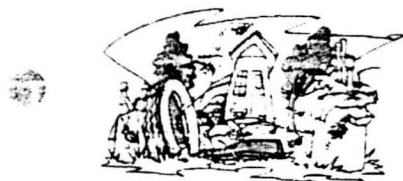
Paradens.

Você agora é o proprietário de um imóvel especialmente construído para atender às necessidades básicas de moradia da sua família. Tudo foi planejado para que você possa viver melhor. A arquitetura, inspirada na ocupação açoriana em Florianópolis, criou moradias unidas umas às outras e com fachadas de pequenas dimensões. Se por um lado os terrenos são reduzidos, os espaços de área comum são valorizados com infra-estrutura social, de esporte e lazer.

Através do conceito de Vilas, foi possível obter uma significativa redução dos custos finais de cada moradia. Seu imóvel será financiado através de uma carteira própria do Fundo Municipal de Integração Social. Assim você estará pagando apenas o valor do terreno e da habitação, pois a infra-estrutura urbana e social não será cobrada. A Prefeitura Municipal está desenvolvendo também um trabalho social, que busca orientar você e sua família para a organização comunitária, a geração de renda e a educação ambiental. Para isto foi criada esta cartilha ilustrada. Ela vai orientá-lo sobre a forma mais correta de cuidar da sua casa e de viver em comunidade. Leia suas páginas com atenção. Você descobrirá que pequenos cuidados diários são fundamentais para um lar saudável e gostoso de viver.



LIXO TEM LUGAR CERTO.



Lixo espalhado por toda a parte favorece o surgimento de moscas, ratos, baratas, mosquitos (vetores) e outros, que causam doenças.

1. Mantenha sempre fechado o local onde você coloca lixo;

2. Não jogue lixo nos terrenos abandonados, nem mesmo no seu próprio terreno;

3. Lixo deve ser recolhido pela COMCAP;



4. Mantenha sempre limpo o local onde é colocado o lixo para o caminhão pegar;

5. Se não cuidarmos da limpeza poderemos pegar doenças como:



• Leptospirose

• Dengue

• Sarna



6. Use sempre sacolas ou sacos resistentes.

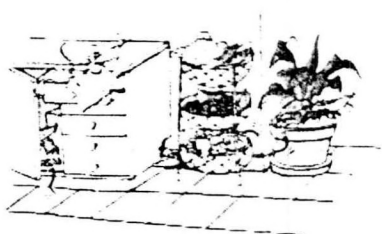
7. Veja se no lixo há alguma coisa que possa ser reaproveitada (reciclada). Lembre-se: reciclar é economia. No final do mês pode fazer diferença no orçamento familiar.

RATOS - O perigo que mora no lixo.

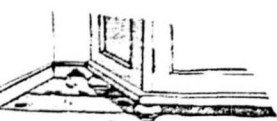
1 O rato pode causar doenças como:

Leptospirose; Tifo; Múrdio; Peste Bubônica; Disenteria e outras.

2 O rato traz prejuízo quando roe alimentos, roupas, móveis, plantas e outros.



3 Podemos perceber a presença de ratos:



pelas fezes ao longo do caminho e nos cantos escuros;



alimentos, roupas, móveis e outros ratos, entre outros.



buracos no chão, nas paredes, nos terrenos e muros.

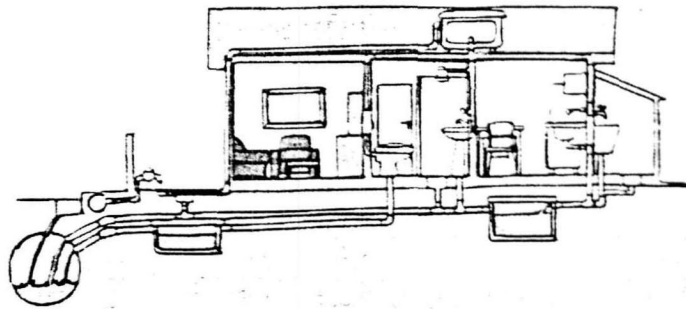
4 Para acabar com os ratos use veneno. Porém, tenha um cuidado especial para não deixá-lo ao alcance das crianças, nem mesmo aplicá-lo em locais de fácil acesso.



5 Se houver muitos ratos na comunidade, entre em contato com a Vigilância Sanitária, para que a mesma faça uma desratização.

SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO

Quem sabe usar sempre tem.



- ❶ A sua comunidade possui rede para coleta de esgotos, que vem da rua, do banheiro e do tanque. Esta rede leva tudo o que é coletado em sua casa, e encaminha para um local adequado para tratamento, a ETE- Estação de Tratamento de Esgotos.

Alguns cuidados devem ser tomados:

- ❷ Evite jogar objetos, lixo ou papel higiênico no vaso sanitário;



- ❸ Não abra as caixas de inspeção da rua para deixar a água da chuva entrar;
- ❹ Não coloque lixo nas caixas de inspeção da rua;

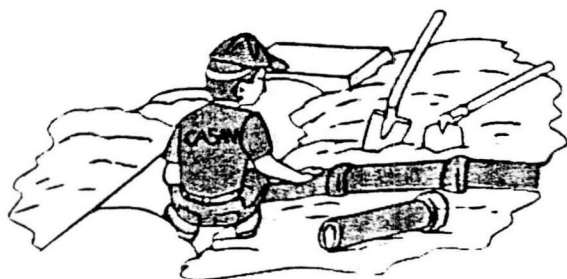
Evitar os desperdícios produzidos de entulho dentro da rede, pois é prejudicial ao funcionamento.

Manter a sempre limpa a rede de coleta.



Restos de frituras e de alimentos não devem ser colocados na pia ou no vaso sanitário, pois isto causa entupimento.

O local onde será tratado o esgoto não deve ser visitado por ninguém, apenas por pessoas da CASAN, responsáveis pelo Sistema.



ÁGUA - Cuidados que valem a sua saúde.

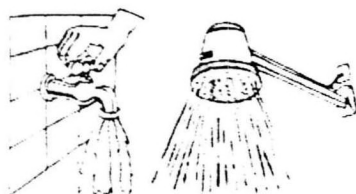
A água chega a sua casa através de uma rede de adução (tubo) e é armazenada numa caixa d'água. É preciso tomar alguns cuidados com a água que chega a sua casa como a limpeza da caixa d'água para não ficar suja e contaminada.

A limpeza da caixa d'água deve ser feita a cada seis meses na seguinte forma:

1. Para fazer a limpeza precisa um balde, uma vassoura, uma escova e água sanitária.



2. Feche o registro de entrada da água ou amarre a bola do reservatório;



3. Esvazie o reservatório, abrindo as torneiras e chuveiros;

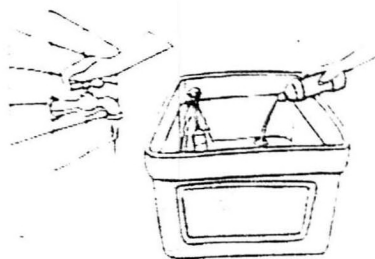
4. Escove as paredes internas do reservatório, acumulando em um dos cantos o material que será retirado, como folhas, areia, pedras, etc;



5. Retire o material maior com um balde;

6. Lave as paredes e o fundo do reservatório;

1. Feche as torneiras e chuveiros, deixe a água entrar no reservatório até encher. Coloque a água sanitária, encerre e deixe enchendo. Para cada 50 litros de água, coloque mais uma de água sanitária.



2. Repare a rede sem usar a água.

3. Encha a rede novamente entre as torneiras e os chuveiros para esgotar o reservatório.

Pronto, a caixa estará limpa. Repita a operação após 6 meses.

MEIO AMBIENTE

A natureza faz parte do seu mundo. Preserve-a.

Além dos cuidados com o lixo, mantenha sempre limpo o quintal e o jardim.



4. Preserve as espécies animais e vegetais. Cuide de seus animais domésticos. Trate com carinho a natureza, pois dela depende nossa sobrevivência.

UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL E O REGIMENTO INTERNO

Quando cada um faz a sua parte todo mundo vive melhor.



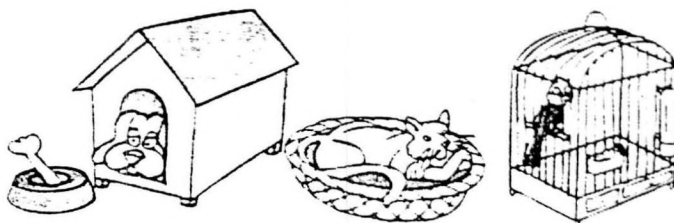
Quando muitos bairros vivem num mesmo local, é preciso seguir um conjunto de normas para que todos tenham seus direitos e seus deveres. Leia com atenção o regimento interno do seu condomínio.

- 1 A casa deve ser utilizada para moradia, a não ser nos casos em que o regimento permita outra utilização.

- 2 A casa não deve ser alugada, trocada ou cedida (emprestada) para alguém. Em cada casa deve morar, de preferência, uma família apenas. Em caso de dúvida, procure o departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis através do telefone 248 1474.



- 3 São permitidos apenas animais que não tragam perigo. Lembre-se que você vive em comunidade. Respeite-a.



TELEFONES ÚTEIS

Prefeitura Municipal de Florianópolis :	251 6000
Secretaria Municipal de Saúde :	234 7111
Departamento de Desenvolvimento Social (DDS) :	248 1355
Divisão de Habitação do DDS :	248 1355 Ramal : 215
Vigilância Sanitária :	234 7111
TELESC :	102
COMCAP :	244 5422
AFLOV :	225 1053
Divisão de Ação Comunitária :	248 1355
Corpo de Bombeiros :	193
FLORAM :	224 8650
CASAN :	195
CELESC :	196 e 120
Polícia Militar :	190
Polícia Rodoviária Estadual :	1551

FICHA TÉCNICA

Engenheiro Elson Benedito das Passas

Engenheiro principal

Engenheira Maria Perpétua Locks Ghisi

Engenheira Juniorista

Engenheira Madalena Silva

Engenheira Juniorista

Maria Inês T. Rodrigues

Assistente Social

Angela Regina Heinzen Fortes de Azevedo
Secretaria de Planejamento

Manoel Americo Barros Filho
Secretário de Saúde e Defesa do Meio Ambiente

Salomão Marcos Sabrinho
Diretor de Planejamento e Defesa do Meio Ambiente

